

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA



RELATÓRIO DE GESTÃO

2018



Relatório de Gestão do Exercício 2018

Relatório de Gestão do exercício 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade compõe a prestação de contas anual a que esta unidade está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. O documento foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa -TCU nº 63, de 1º/9/10, retificada pela Instrução Normativa -TCU nº 72, de 15/5/13, da Decisão Normativa -TCU nº 170, de 19/09/2018, da Decisão Normativa -TCU nº 172, de 19/09/2018 e da Portaria -TCU nº 369, de 17/12/2018.

Brasília, 2019

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro do Desenvolvimento Regional

Gustavo Henrique Rigodanzo Canutto

Codevasf**Conselho de Administração****Conselheiros**

Marco Aurélio Ayres Diniz – Diretor-Presidente da Codevasf (respondendo)

Simião Estelita Sá de Oliveira – Representante ME

Ana Arminda Souza Regis – Representante MAPA

Domingos Romeu Andreatta – Representante MME

Maria da Conceição da Silva – Representante dos Empregados

Conselho Fiscal

Irani Braga Ramos (Suplente) - Representante do MDR

Fernanda Barbosa Garcia (Titular) – Representante do MDR

Lilian Maria Cordeiro (Titular) – Representante STN/MF

Cristiano Beneduzi (Suplente) – Representante do STN/MF

Diretoria Executiva**Diretor-Presidente (respondendo)**

Marco Aurélio Ayres Diniz

Diretores**Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura**

Marco Aurélio Ayres Diniz

Diretor da Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação

Luís Napoleão Casado Arnaud Neto

Diretor da Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas

Fábio André Freire Miranda

Gerentes-Executivos**Gerente-Executivo da Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico**

Plácido Cardoso de Melo Junior

Gerente-Executiva da Área de Gestão Estratégica

Maria Clara Netto Oliveira

Superintendentes Regionais

Aldimar Rodrigues Filho 1ª SR (MG)

Harley Xavier Nascimento 2ª SR (BA)

Aurivalter Cordeiro Pereira da Silva 3ª SR (PE)

Cesar Fonseca Mandarino 4ª SR (SE)

James Marlan Ferreira Barbosa 5ª SR (AL)

Elmo Aluizio Vieira Nascimento 6ª SR (BA)

Inaldo Pereira Guerra Neto 7ª SR (PI)

João Francisco Jones Forte Braga 8ª SR (MA)

Copyright© 2018, Codevasf.

Permitida a reprodução, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte e o sítio da internet no qual pode ser encontrado o original.

Disponível em: <http://www2.codevasf.gov.br/empresa/relatorios-de-gestao>

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf

SGAN - Quadra 601, Conjunto I, Asa Norte

Edifício Deputado Manoel Novaes

CEP: 70.830-019 - Brasília - DF

Telefone: (61) 2028-4611 / 4640

Fax: (61) 2028-4726

www.codevasf.gov.br

Ouvidoria da Codevasf: (61) 2028-4610

E-mail: ouvidoria@codevasf.gov.br

Responsável pela elaboração e publicação

Gerência de Planejamento e Estudos Estratégicos: Daniel Pereira Costa

Equipe técnica

Carla Roberta Alves dos Santos

Fernando de Oliveira

Maurício Pietro da Rocha

Bruna de Souza

Normalização: Biblioteca Geraldo Rocha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C737r

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

Relatório de Gestão 2018/ Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. – Brasília: Codevasf, 2019.

127 p. : il.; color.

1. Relatório de gestão. 2. Prestação anual de contas. I. Título.

CDU 35.077.7“2018”(047.32)CDU 35.077.7“2019”(047.32)

Lista de abreviaturas e siglas

AA - Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico
AD - Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
AE - Área de Gestão Estratégica
AI - Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação
AR - Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas
APL - Arranjo Produtivo Local
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
AUPIT - Associação dos Usuários do Perímetro Tourão
AUPPI - Associação dos Usuários do Projeto Pirapora
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal
CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas
CELPE - Companhia Energética de Pernambuco
CEMIG - Centrais Elétricas de Minas Gerais
CGPAR - Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União
CGU - Controladoria Geral da União
CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIEE - Centro de Integração Empresa Escola
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento
COOPERC - Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma
COPASA - Companhia de Saneamento de MG
DIB - Distrito de Irrigação do Projeto Boacica
DIC - Distrito de Irrigação do Projeto Curaçá
DICOP - Distrito de Irrigação do Projeto Cotinguiba/Pindoba
DIF - Distrito de Irrigação do Projeto Formoso
DIJ - Distrito de Irrigação do Projeto Jaíba
DIMAND - Distrito de Irrigação do Projeto Mandacaru
DIPE - Distrito de Irrigação do Projeto Estreito
DIPI - Distrito de Irrigação do Projeto Itiúba
DIPIB - Distrito de Irrigação do Projeto Bebedouro
DIPIM - Distrito de Irrigação do Projeto Mirorós
DIPP - Distrito de Irrigação do Projeto Própria
DISB - Distrito de Irrigação São Desiderio/Barreiras Sul
DISNC - Distrito de Irrigação do Projeto Senador Nilo Coelho
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DNR - Distrito de Irrigação de Nupeba e Riacho Grande
DOU - Diário Oficial da União
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBASA - Empresa Baiana de Água e Saneamento
ER - Estações de Recalque
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LOA - Lei Orçamentária Anual
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MF - Ministério da Fazenda
MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional

MMA - Ministério do Meio Ambiente
MME - Ministério de Minas e Energia
OCI - Órgão de Controle Interno
OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OGU - Orçamento Geral da União
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional
PR - Presidência
RDC - Regime Diferenciado de Contratações
RP - Restos a Pagar
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEST - Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGA - Sistema de Informações Gerenciais de Auditoria
SIGEC - Sistema de Gestão de Contratos e Convênios
SIOP - Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SR - Superintendência Regional
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
TCE - Tomada de Contas Especial
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia da Informação
UPROPIC - União dos Produtores do Perímetro Curaçá
USACE - *United States Army Corps of Engineers* (Corpo de Engenheiros do Exército Americano)
VBP - Valor Bruto da Produção

Lista de ilustrações

Figura I - Missão, visão e valores	13
Figura II - Área de atuação da Codevasf – Bacias Hidrográficas	15
Figura III - Estrutura Organizacional da Sede.....	16
Figura IV- Estrutura Organizacional das Superintendências Regionais.....	17
Figura V - Modelo de Negócio da Codevasf.....	18
Figura VI – Mapa Estratégico da Codevasf	19
Figura VII – Modelo de Governança Corperativo daCodevasf.....	22
Gráfico 1 – -Principais canais de entrada em 2018	25
Gráfico 2- Ocorrências por Tipologia em 2018	25
Gráfico 3 - Pesquisa Satisfação e-OUV	25
Figura VIII - Linhas de defesa segundo o Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA.....	26
Figura IX – Arranjo orgânico da Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos	27
Figura X– – Fluxo Geral da Governança da Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos na Codevasf	28
Gráfico 4 - Resultados alcançados pelas instâncias de integridade na Codevasf em 2018	29
Gráfico 5 – Faixa de desempenho dos indicadores	30
Gráfico 6 – Faixa de desempenho por Perspectiva	30
Gráfico 7- Evolução da execução orçamentária - 2016 a 2018.....	42
Gráfico 8 - Despesas pagas - 2017 x 2018.....	42
Gráfico 9 Valores pagos por GND -2018.....	43
Gráfico 10 --Distribuição por escolaridade.....	48
Gráfico 11- Distribuição por faixa etária e gênero	45
Gráfico 12- Contratação por elemento de despesa	48
Gráfico 13 - Contratações por modalidade de licitação	48
Gráfico 14 - Contratações por tema estratégico	49
Gráfico 15- Gastos com locação de equipamentos e imóveis	51
Gráfico 16 -Valores pagos – Elemento de despesa	52
Gráfico 17- Recomendações do OCI – 2014 a 2018	85
Gráfico 18- Deliberações do TCU – 2014 a 2018.....	82

Lista de tabelas e quadros

Quadro 1 - Principais linhas de negócio por tema estratégico	14
Quadro 2 - Faixa de desempenho	21
Quadro 3 – Instância interna de governança da Codevasf	23
Quadro 4– Principais iniciativas de reestruturação de governança	24
Quadro 5 – Resultado do objetivo “Desenvolver a Governança Corporativa”	31
Quadro 6 – Resultado do objetivo “Aprimorar a TI Corporativa e as Competências para sua Utilização”	31
Quadro 7 – Resultado do objetivo “Assegurar a Logística Corporativa”	32
Quadro 8 – Resultado do objetivo “Desenvolver e Consolidar a Gestão de Pessoas”	32
Quadro 9 – Resultado do objetivo “Elevar o Grau de Sustentabilidade Financeira da Empresa”	33
Quadro 10 – Resultado do objetivo “Garantir Disponibilidade Orçamentária e Financeira”	33
Quadro 11 – Resultado do objetivo “Aprimorar a Eficiência da Irrigação”	34
Quadro 12 – Resultado do objetivo “Implementar Gestão Autossustentável nos Projetos Públicos de Irrigação”	34
Quadro 13 – Resultado do objetivo “Apoiar Projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável”	35
Quadro 14 – Resultado do objetivo “Contribuir para Formação e Atualização do Capital Humano”	36
Quadro 15 – Resultado do objetivo “Estruturar e Dinamizar Atividades Produtivas”	36
Quadro 16 – Resultado do objetivo “Contribuir para a Revitalização das Bacias Hidrográficas”	37
Quadro 17 – Resultado do objetivo “Contribuir para Redução das Desigualdades Intraregionais”	38
Quadro 18 – Resultado do objetivo “Melhorar os Indicadores Sociais, Econômicos e Ambientais da Área de Atuação”	39
Tabela 1 - Liquidação e Pagamentos de 2018 por Função de Governo	43
Quadro 19- Força de trabalho	45
Tabela 2 – Despesa com pessoal 2017 x 2018 (Em Reais)	46
Tabela 3–Despesa anual com estagiários	46
Tabela 4 – Valores investidos patrimônio e infraestrutura - 2018	50
Tabela 5 – Desfazimento bens - 2018	50
Quadro 20 - Alinhamento PETI x PEI	52
Tabela 6 – Montantes aplicados em TI	52
Quadro 21 – Principais iniciativas e resultados de TI - 2018.....	53
Quadro 22– Consumo recursos naturais.....	56
Quadro 23 - Série histórica das determinações e recomendações dos órgãos de controle – 2014 a 2018.....	82

Lista de anexos e apêndices

Anexo 1 – Informações sobre os indicadores de desempenho	85
Quadro 1 - Resultados dos indicadores de desempenho da Lei Orçamentária Anual – LOA	86
Quadro 2 - Resultados dos indicadores estratégicos	91
Quadro 3 - Indicador de eficiência operacional dos projetos públicos de irrigação	100
Quadro 4 - Indicador de rentabilidade da água fornecida ao produtor dos projetos públicos de irrigação	101
Quadro 5 - Indicador da taxa recebimento da tarifa de K2 dos projetos públicos de irrigação	102
Quadro 6 - Indicador de autossuficiência financeira dos projetos públicos de irrigação	103
Quadro 7 - Indicador inadimplência nas tarifas K2 dos projetos públicos de irrigação	104
Anexo 2- Dados Complementares de Projetos Públicos de Irrigação.....	105
Quadro 1 - Situação da emancipação dos perímetros públicos de irrigação da Codevasf.....	106
Quadro 2 - Medidas para redução da inadimplência no pagamento da tarifa de água e na amortização dos lotes	107
Quadro 3 - Taxas de inadimplência dos componentes K1 e K2 da tarifa de água e da amortização de lotes agrícolas por perímetro de irrigação	109
Quadro 4 - Montante acumulado de valores inadimplidos no pagamento dos componentes k1 e k2 - tarifa de água e amortização de lotes agrícolas	110
Quadro 5 - Valores faturados e recebidos de k2 por perímetro de irrigação	111
Quadro 6 - Montante de despesas em operação e manutenção por perímetro de irrigação	112
Quadro 7 - Amortização dos investimentos públicos nas obras de infraestrutura de irrigação de uso comum	113
Quadro 8 - Ocupação dos projetos públicos de irrigação – Codevasf.....	114
Quadro 9 - Produção dos projetos públicos de irrigação por ocupação – Codevasf	116
Quadro 10 - Produção dos projetos públicos de irrigação por tipo de cultura – Codevasf.....	118
Anexo 3 - Informações sobre as Providências Adotadas para Atender às Deliberações em Acórdãos do TCU ...	120
Quadro 1- Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento no exercício	121
Quadro 2 - Deliberações do TCU que devam ser tratadas no relatório por força de acórdão específico	126

Sumário

Mensagem do Dirigente Máximo da Unidade	11
1 Visão Geral Organizacional	13
1.1 Missão, Visão e Valores	13
1.2 Quem somos	14
1.3 Expansão do negócio e área de atuação.....	14
1.4 Estrutura organizacional	16
1.5 Ambiente externo	17
1.6 Modelo de negócios.....	18
2 Planejamento Estratégico e Governança.....	19
2.1 Planejamento Organizacional	19
2.2 Descrição da estrutura de governança	22
2.3 Relacionamento com a sociedade e transparência.....	25
3 Gestão de Riscos e Controles Internos.....	26
3.1 Estratégia de atuação e modelo de governança	26
3.2 Referencial metodológico e disciplinas do risco	28
3.3 Perspectivas e desafios	29
4 Resultados da Gestão	30
4.1 Perspectiva Desenvolvimento Institucional.....	31
4.2 Perspectiva Orçamentária e Financeira	33
4.3 Perspectiva Processos de Negócios	34
4.4 Perspectiva Sociedade	38
4.5 Desafios para o alcance do planejamento estratégico	39
5 Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão.....	40
5.1 Declaração dos secretários-executivos responsáveis pelo planejamento, orçamento e administração	40
5.2 Gestão Orçamentária e Financeira.....	42
5.3 Principais desafios e ações futuras	44
5.4 Gestão de Pessoas	45
5.5 Gestão de Licitações e Contratos.....	48
5.6 Gestão Patrimonial e Infraestrutura	50
5.7 Gestão da Tecnologia da Informação	51
5.8 Sustentabilidade Ambiental	55
6 Demonstrações Contábeis.....	57
6.1 Declaração do contador	57
6.2 Demonstrações Contábeis.....	58
6.3 Notas explicativas das demonstrações financeiras –exercício 2018	63
7 Informações Relevantes	82

7.1	Determinação da materialidade das informações	82
7.2	Tratamentos de determinações e recomendações do TCU	82
Anexo e Apêndices		84

Mensagem do Dirigente Máximo da Unidade

A Codevasf tem como missão institucional “*Desenvolver bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades regionais*”, norteada pelos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos na Carta Magna, em especial, o de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, inciso III).

Para atingir a sua missão, a Empresa desenvolve, por meio de execução direta ou mediante parcerias firmadas com diferentes entes federativos, iniciativas materializadas na forma de obras e ações, concentradas em três temas estratégicos: “Agricultura Irrigada”, “Economia Sustentável” e “Segurança Hídrica”.

A “**Agricultura Irrigada**” é o setor que mais gera empregos diretos e com o menor investimento por posto de trabalho gerado (Banco Mundial, 2004). Baseado nessa premissa, a Codevasf gerencia 35 (trinta e cinco) Projetos Públicos de Irrigação - PPI com uma área irrigável total de 159.000 (cento e cinquenta e nove mil) hectares, beneficiando diretamente cerca de 16.000 (dezesesseis mil) famílias.

No exercício de 2018, foram realizadas ações de revitalização, modernização, manutenção e operação dos Projetos Públicos de Irrigação - PPI. Além da gestão e manutenção desses projetos, a Empresa investiu na continuidade de estudos e obras para implantação de novas áreas irrigadas.

As ações do tema “**Segurança Hídrica**” tem como objetivo principal ampliar a oferta de água de boa qualidade, por meio da revitalização das bacias hidrográficas e da construção, recuperação e gestão de infraestruturas hídricas.

No tocante à revitalização das bacias, em 2018 foram entregues 5 (cinco) sistemas de esgotamento sanitário, 6.532 (seis mil, quinhentos e trinta e duas) ligações intradomiciliares e 1 (uma) ação de processo erosivo. Estes empreendimentos têm potencial para atender a cerca de 265.000 (duzentos e sessenta e cinco mil) pessoas, elevando a qualidade de vida da população dos municípios atendidos.

Foram realizadas também ações de operação, manutenção, regularização e fiscalização de barragens sob responsabilidades da Codevasf, em atendimento à Lei nº 12.334/2010, que instituiu a Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB.

Por fim, devido ao conhecimento e a expertise acumulados pela Empresa ao longo de mais de 44 anos de experiência na implantação e gestão de grandes obras de infraestrutura hídrica, a Codevasf foi designada oficialmente para exercer a função de Operadora Federal do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, por meio do Decreto Federal nº 8.207, de 13 de março de 2014. Assim, para desempenhar adequadamente as suas competências diante do desafio imposto, a Codevasf vem adotando uma série de medidas para se estruturar.

Visando aumentar a produção, ampliar o rendimento e manter o trabalhador no campo, a Codevasf atua no tema “**Economia Sustentável**”, investindo no apoio, estruturação e dinamização de cadeias produtivas. Em 2018, a Codevasf interviu em 5 (cinco) cadeias por meio de fornecimento de máquinas, equipamentos, veículos e treinamentos, além de executar obras de infraestrutura de apoio à produção. Estima-se que com a realização dessas ações, foram beneficiados diretamente 1.500 (mil e quinhentos) produtores e 1.200 (mil e duzentas) famílias de forma indireta.

A Lei nº 13.702, de 06 de agosto de 2018, ampliou a área de atuação da Codevasf, aproximadamente, de 13% para 27% do território nacional como resultado do reconhecimento do seu trabalho em desenvolver as áreas em que atua.

Tal ampliação, de importante magnitude, merece considerações aprofundadas que permitam estabelecer mecanismos de garantia de recursos e de financiamento das ações a serem realizadas,

configurados num panorama de compromisso estrutural de dotações orçamentárias e de aumento de quadros de pessoal, assim como uma cadeia de responsabilidades de maneira clara e eficaz.

Como uma empresa pública dependente da União, a Codevasf vem sofrendo as consequências da recessão econômica brasileira e recebendo cortes significativos em seu orçamento ao longo dos anos. Essa vulnerabilidade prejudica a execução de ações e projetos demandados pela Empresa. Com o intuito de diminuir a dependência de aportes do Tesouro Nacional, estamos estudando formas de conciliar a geração de valor para sociedade com a busca de retorno financeiro, visando assim aumentar a sustentabilidade do negócio.

Os desafios apresentados à liderança executiva representam uma oportunidade para a Empresa transpor barreiras culturais, quebrar paradigmas e avançar na sua missão e visão de longo prazo, que é ser reconhecida como referência na implantação de políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável de bacias hidrográficas.

Marco Aurélio Ayres Diniz

Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

(Respondendo pela Presidência)

1 Visão Geral Organizacional

1.1 Missão, Visão e Valores

Figura I -Missão, visão e valores



Missão

Desenvolver bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades regionais.



Visão

Ser reconhecida por governos e pela sociedade, até 2021, como referência na implementação de políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável de bacias hidrográficas.



Valores

- Empregar as melhores práticas, prover a padronização de métodos e processos e primar pela agilidade na realização do trabalho, com foco na entrega dos resultados dentro dos prazos e com alto grau de qualidade

Excelência



- Ter como padrão de conduta ações que busquem a verdade dos fatos, amparadas em honestidade, moralidade, coerência e probidade administrativa

Ética



- Valorizar a diversidade de opiniões, estimular a participação no processo decisório, propiciar um ambiente de trabalho saudável e desenvolver o capital intelectual da empresa

Valorização dos Colaboradores



- Adotar soluções que devolvam para a sociedade os investimentos realizados de forma comprometida com o meio ambiente

Responsabilidade Ambiental



- Gerenciar com vistas ao atendimento regular e contínuo das necessidades dos cidadãos e da sociedade, na condição de sujeitos de direito, beneficiários dos serviços públicos prestados pela Codevasf

Foco na Sociedade



- Atuar de forma consciente. Com ações pautadas pela publicidade e compartilhamento de informações com todos os interlocutores

Transparência



1.2 Quem somos

A Codevasf é uma empresa pública dependente, com capital 100% da União, que transforma a realidade das pessoas, com foco na melhoria dos três pilares básicos da sustentabilidade: social, econômico e ambiental. Atuamos com base na capacidade técnica de nossa força de trabalho, alicerçados nas expertises e experiências adquiridas ao longo da nossa história, ou mediante parcerias com instituições públicas ou organizações privadas da sociedade civil sem fins lucrativos, notoriamente nos segmentos de agricultura irrigada, revitalização de bacias hidrográficas, segurança hídrica e inclusão produtiva, promovendo o desenvolvimento regional sustentável em regiões de baixo poder econômico e distribuição de renda.

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf é uma empresa pública de direito privado, vinculada atualmente ao Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, cuja criação tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas que compõem sua área de atuação, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, com a promoção do desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários, com possibilidade, para esse efeito, de coordenar ou executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infraestrutura, particularmente de captação de água, para fins de irrigação, de construção de canais primários ou secundários, e também obras de saneamento básico, eletrificação e transportes, conforme plano diretor, em articulação com os órgãos federais competentes, de acordo com o artigo 4º da Lei nº 13.702, de 06 de agosto de 2018.

A Empresa se solidificou, principalmente, por sua capacidade em impulsionar a agricultura irrigada na bacia hidrográfica do rio São Francisco e, assim, contribuir para o desenvolvimento econômico da região.

1.3 Expansão do negócio e área de atuação

Nas últimas décadas, em reconhecimento ao relevante trabalho realizado pela Codevasf como agente público de promoção de crescimento econômico e social e na difusão de novas tecnologias no segmento da agricultura irrigada e da oferta de água, a sociedade e o corpo político passaram a demandar a sua presença em outros segmentos e regiões, aumentando suas linhas de negócios.

Quadro 1 - Principais linhas de negócio por tema estratégico

Tema estratégico	Setor	Segmentos/Intervenções
Segurança Hídrica	Revitalização de Bacias Hidrográficas	- Esgotamento sanitário - Ligações intradomiciliares - Sistemas de abastecimento de água - Processos erosivos
	Infraestrutura Hídrica	- Cisternas - Poços - Barragens/Barreiros - Adutoras - Sistemas de abastecimento de água
	Adução de água bruta	- Implantação do sistema de gestão do PISF - Operação e manutenção do PISF
Agricultura Irrigada	Agricultura Irrigada	- Gestão, administração e operação de projetos públicos de irrigação - Implantação de infraestrutura de uso comum para irrigação
Economia Sustentável	Inclusão Produtiva	- Capacitação de jovens - Aquicultura, apicultura, fruticultura, agricultura familiar, etc - Obras de infraestrutura para escoamento de produção - Projetos e obras em infraestruturas urbana e rural - Operação dos Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura

1.3.1 Área de atuação

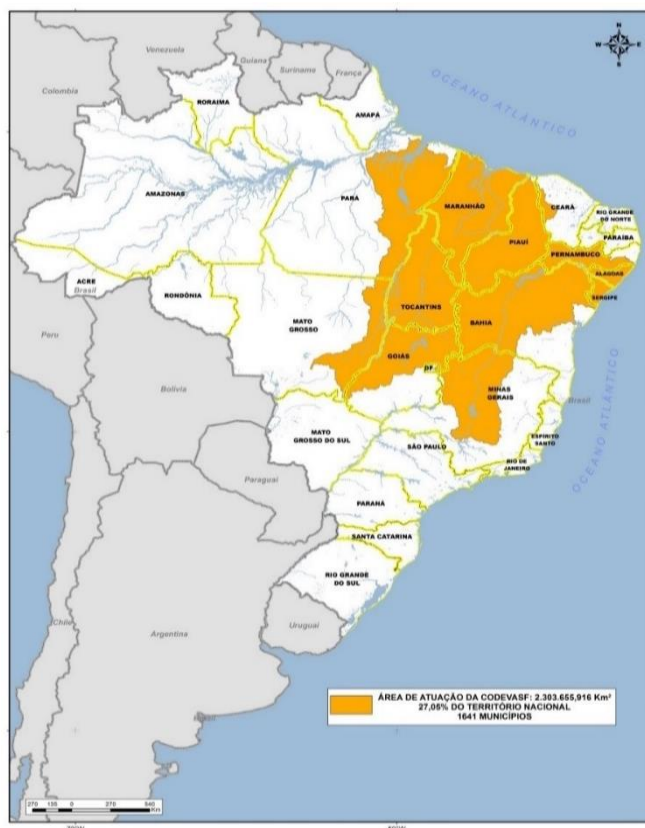
Em sua área de atuação existem diversos municípios que possuem os piores indicadores socioeconômicos do país e enfrentam severos problemas climáticos. Essas regiões têm grandes potencialidades para o desenvolvimento pleno, os quais não são totalmente aproveitados, com destaque para agricultura irrigada, com o aproveitamento e utilização racional das águas dos rios, o qual beneficia famílias por meio da geração de renda e da movimentação econômica local.

Figura II - Área de atuação da Codevasf – Bacias Hidrográficas

Lei nº 13.702/2018

- ✓ 27% do território nacional
- ✓ 12 Estados e o Distrito Federal
- ✓ 17 Bacias Hidrográficas Principais
- ✓ 33% no Semiárido
- ✓ 43% na Amazônia Legal
- ✓ 1.641 municípios
 - ✓ 48% possuem IDH baixo (menor que 0,550)
 - ✓ Nos estados do Piauí, Maranhão e Alagoas, o percentual dos municípios com IDH baixo é maior que 70%
- ✓ A área de atuação concentra 62% dos mil piores IDH do Brasil

Fonte: Utilizados dados da ANA e IBGE



A área de atuação da Codevasf abrange os municípios das bacias hidrográficas rios São Francisco, Parnaíba, Itapicuru, Mearim, Vaza-Barris, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumã, Una, Real, Itapicuru e Paraguaçu, nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Piauí, Maranhão, Ceará, Mato Grosso, Pará, Tocantins e no Distrito Federal, bem como nas demais bacias hidrográficas e litorâneas dos Estados de Alagoas, Maranhão e Sergipe.

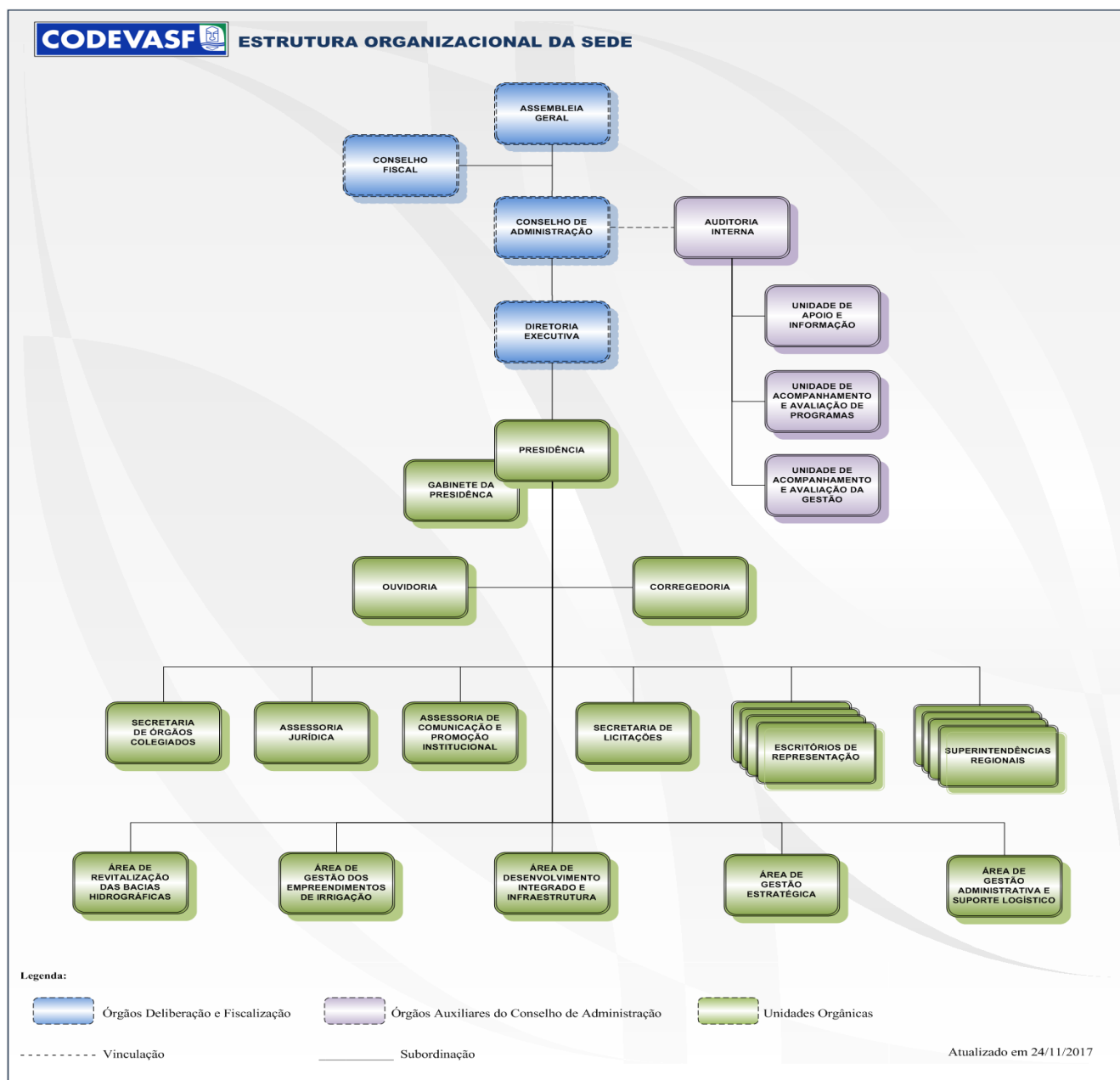
Com as atribuições assumidas com o PISF, por meio do Decreto nº 8.207/2014, a Codevasf passou a ser a Operadora Federal do Projeto, que está situado nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

Cabe destacar, que a Lei nº 13.702, de 06 de agosto de 2018, ampliou a área de atuação da Codevasf, de aproximadamente, 13% para 27% do território nacional, incluindo a bacia hidrográfica do rio Vaza-Barris, além das bacias hidrográficas dos rios Itapicuru, Paraguaçu, Real e Una, bem como as demais bacias hidrográficas e litorâneas dos Estados de Alagoas, Maranhão e Sergipe. O rol de Estados da Federação apresentados na referida Lei também foi ampliado, passando a incluir os Estados do Mato Grosso, Pará e Tocantins.

1.4 Estrutura organizacional

As figuras abaixo apresentam a estrutura orgânica representativa da Sede da Empresa e de suas Superintendências Regionais modeladas para viabilizar a execução dos diferentes processos de trabalho idealizados para o cumprimento de sua missão, segundo diferentes linhas de negócio estabelecidas:

Figura III - Estrutura Organizacional da Sede

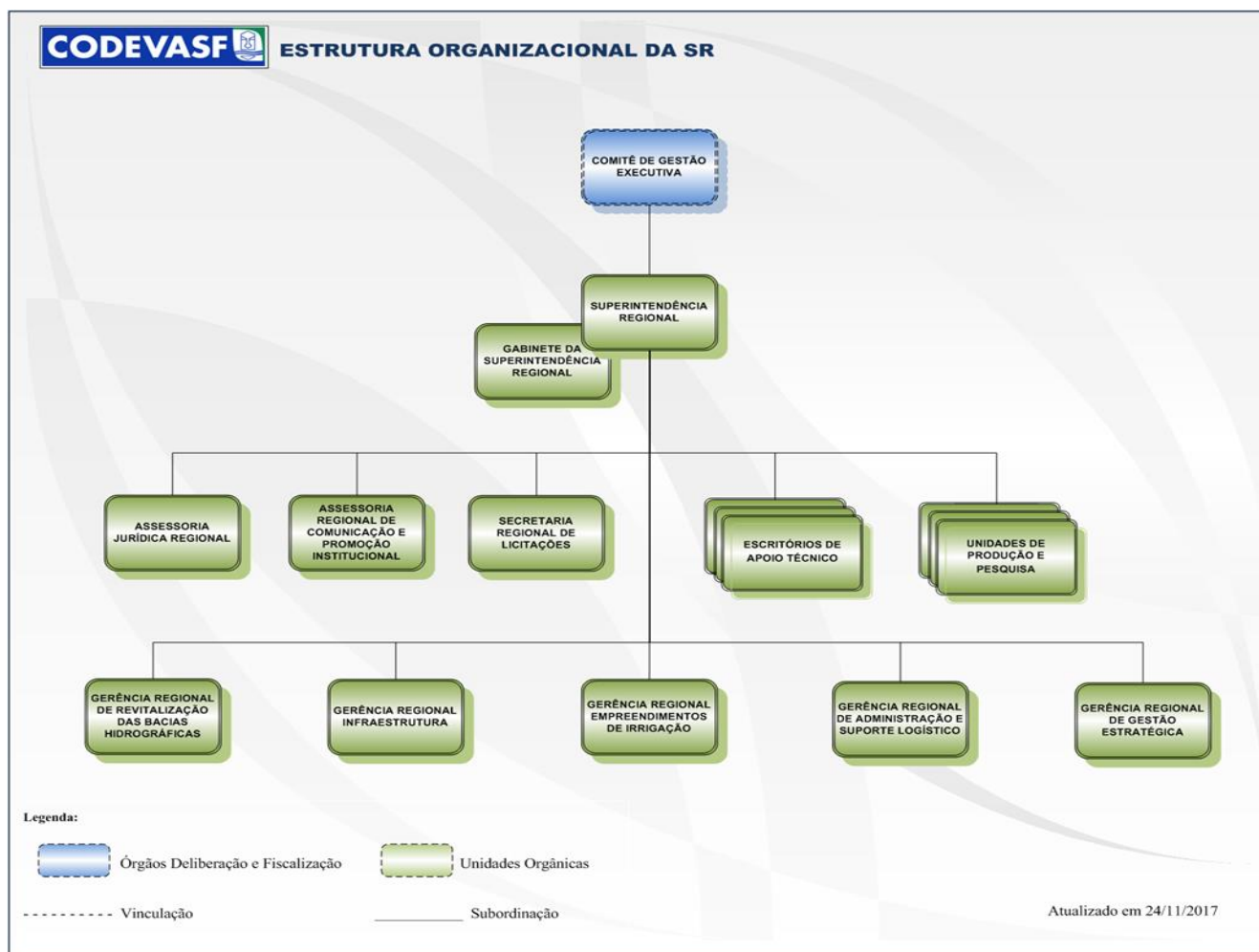


Fonte: Área de Gestão Estratégica/Unidade de Gestão de Processos – AE/GPE/UGP

Nota: Em atendimento à Lei nº 13.303/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016, a Codevasf incluiu em seu Estatuto Social as seguintes estruturas: Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Elegibilidade e Secretaria de Integridade, Riscos e Controles Internos. No entanto, estas estruturas não estão representadas na Figura III, uma vez que o Regimento Interno está em processo de atualização

A Codevasf possui oito superintendências regionais e cada uma implanta seus projetos de acordo com as potencialidades das regiões onde estão instaladas e de acordo com as necessidades da população local.

Figura IV- Estrutura Organizacional das Superintendências Regionais



Fonte: Área de Gestão Estratégica/Unidade de Gestão de Processos –AE/GPE/UGP

1.5 Ambiente externo

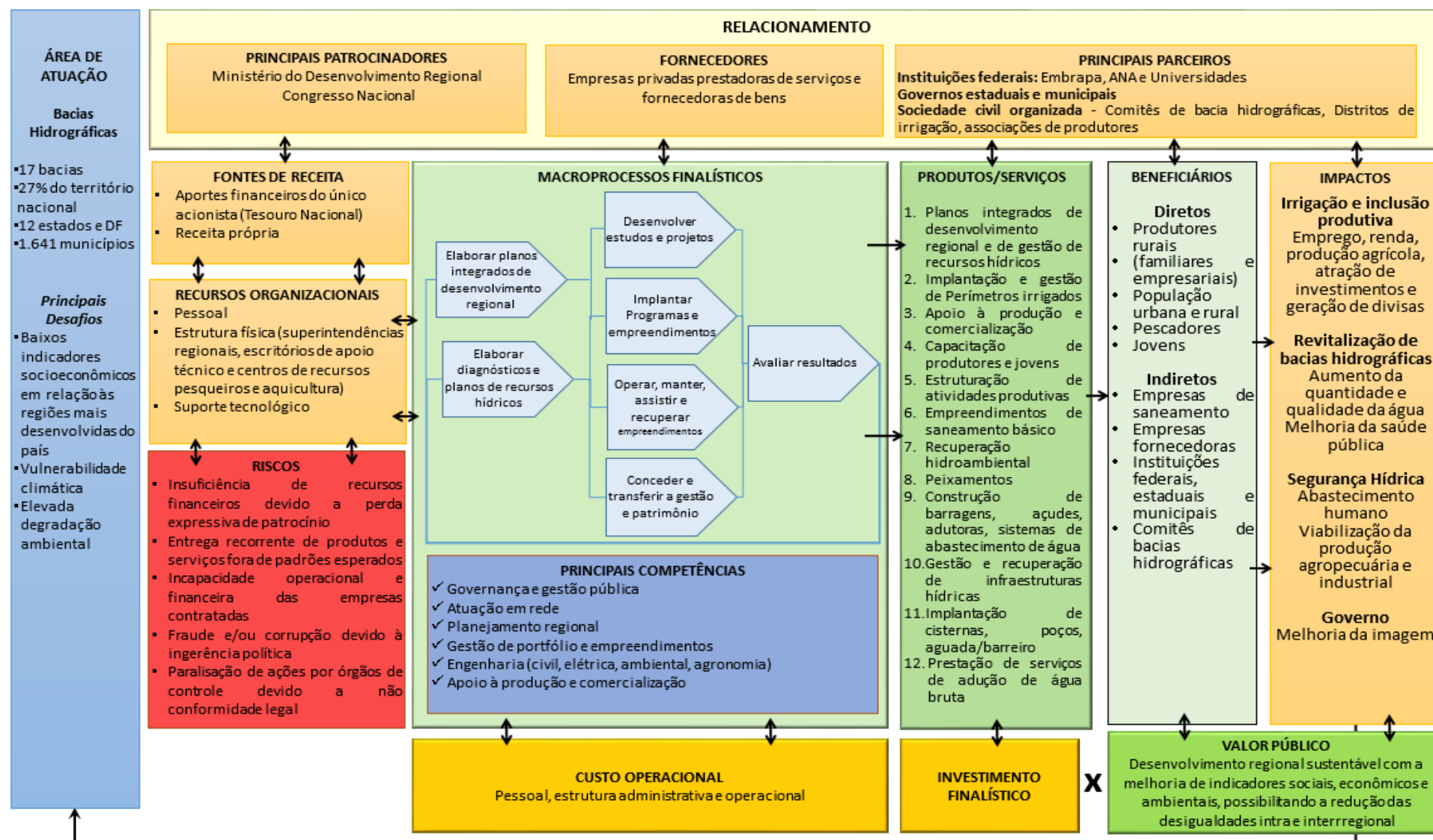
A economia brasileira saiu da recessão em 2017, após dois anos seguidos de retração. No início de 2018, a expectativa era que a economia nacional voltasse a se associar com o pleno desenvolvimento e o PIB alcançaria aproximadamente 2,7% (BCB, 2018). No entanto, a recuperação foi muito lenta, tendo fechado o ano com o crescimento do PIB de apenas 1,1%.

A Codevasf, por ser uma empresa pública dependente, com capital 100% da União, vem sofrendo as consequências da recessão econômica brasileira e recebendo cortes significativos em seu orçamento ao longo dos anos.

Visando tornar a Empresa menos vulnerável a crises políticas, econômicas e fiscais, o Planejamento Estratégico Institucional – PEI vigente (2017/2021), definiu como um dos seus objetivos estratégicos “Elevar o Grau de Sustentabilidade Financeira da Empresa”. Esse direcionamento utilizou como premissa a conciliação entre a geração de valor para a sociedade e a busca de retorno financeiro, de forma a melhorar a sustentabilidade financeira do negócio.

1.6 Modelo de negócios

Figura V - Modelo de Negócio da Codevasf



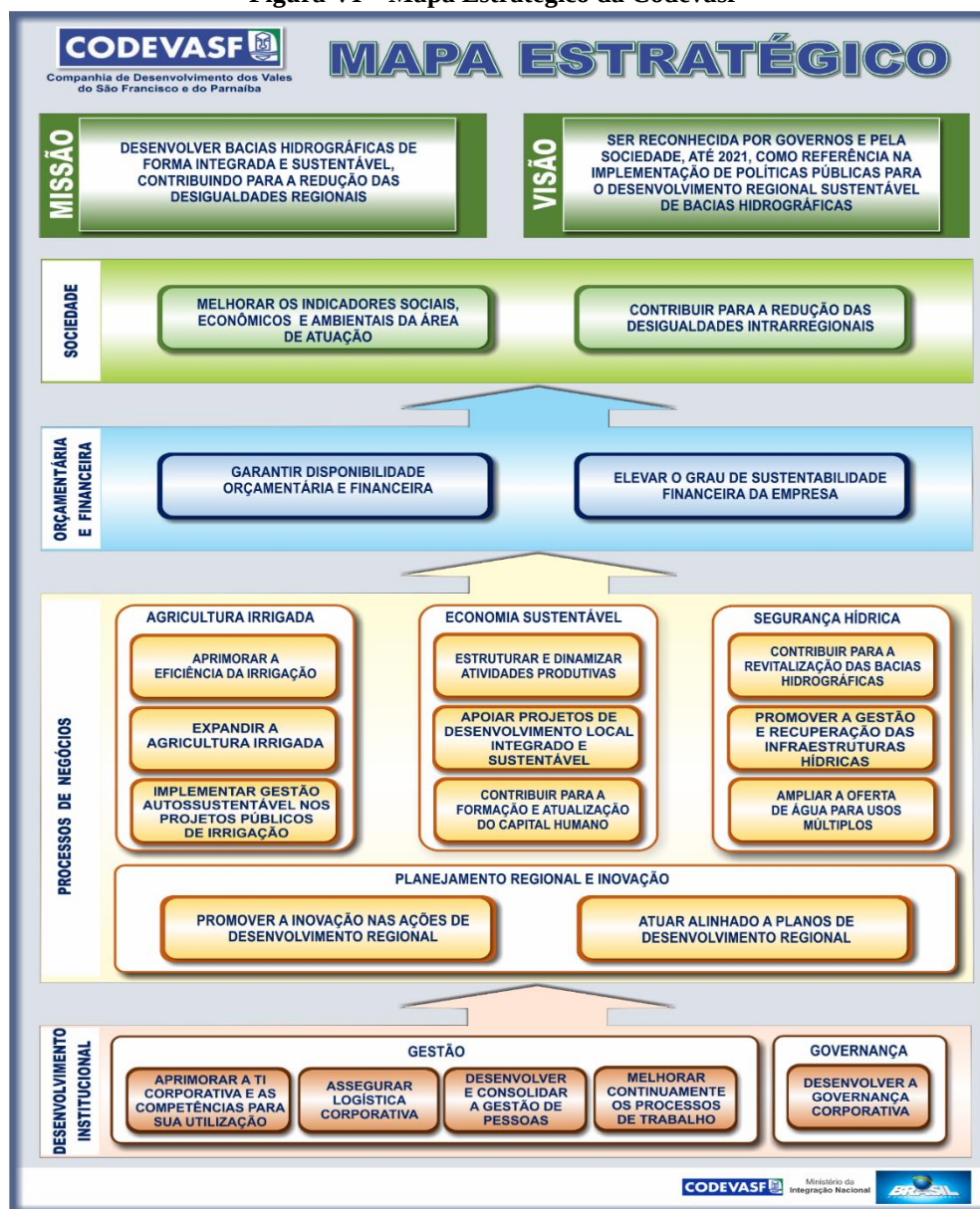
2 Planejamento Estratégico e Governança

2.1 Planejamento Organizacional

2.1.1 Planejamento Estratégico Institucional - PEI

O Planejamento Estratégico Institucional (2017-2021) foi aprovado por meio da Resolução nº 837/2016 e da Deliberação nº 17/2016, e posteriormente, teve suas revisões aprovadas pelas Resoluções nº 055/2017 e nº 670/2018 e Deliberações nº 3/2017 e nº 37/2018, respectivamente, onde foram definidos a missão, visão, valores, alicerçada em um conjunto de objetivos estratégicos que direcionam as ações estratégicas da Empresa.

Figura VI – Mapa Estratégico da Codevasf



Para a construção da estratégia corporativa da Codevasf foi utilizado o método Balanced Scorecard – BSC que, muito mais que um conjunto de indicadores balanceados, é uma ferramenta que auxilia no monitoramento do progresso das organizações rumo à visão de futuro e as suas metas de longo prazo, a partir da tradução da estratégia em objetivos, indicadores, metas e projetos estratégicos, garantindo uma gestão estratégica eficiente e eficaz.

O Mapa Estratégico da Codevasf (Figura VI) trata-se de uma arquitetura lógica que representa graficamente a sua estratégia corporativa, explicitando a relação entre sociedade, processos de negócio e capacidades, e evidencia os desafios que a Empresa tem de suplantat para concretizar a visão de futuro e cumprir sua missão institucional. Estes desafios estão estruturados na forma de objetivos estratégicos, interrelacionados por relações de causa e efeito, permitindo a identificação dos impactos que determinado objetivo gera ou recebe, criando uma história lógica da estratégia.

Outro elemento importante do mapa é o tema estratégico, que representa os eixos da estratégia e são formados por conjunto de objetivos estratégicos que possuem uma finalidade ou um desafio comum visível, e que fornecem uma dimensão de análise em termos do negócio da Empresa.

Para medir o desempenho da estratégia, foram definidos indicadores vinculados diretamente aos objetivos estratégicos. É a partir desses indicadores que a organização verifica se a estratégia escolhida está alcançando os resultados esperados ou se é preciso realizar ajustes para atingir as metas, os objetivos estratégicos e a sua visão de futuro.

Cumprir destacar que o PEI (2017-2021) foi revisado em 2018 afim de corrigir problemas ou falhas identificadas e promover inovações e melhorias no processo de planejamento da Codevasf. Dentre as principais iniciativas realizadas nesta revisão, destacam-se:

- ✓ Ajustes nos atributos constantes nas fichas de cadastro dos objetivos estratégicos (responsáveis, envolvidos, fatores críticos de sucesso, alinhamento estratégico, base legal entre outros);
- ✓ Ajustes, inclusões e/ou exclusões de indicadores dos objetivos estratégicos, seus atributos e suas respectivas metas, mediante justificativa plausível;
- ✓ Ajustes, inclusões ou exclusões de iniciativas estratégicas;
- ✓ Estabelecimento de diretrizes alinhadas aos instrumentos de planejamento orçamentário do Governo Federal: PPA, LDO e LOA;
- ✓ Alinhamento entre as metas estabelecidas no PEI e o referencial monetário da LOA aprovada para 2018; e
- ✓ A identificação dos riscos relacionados aos PEI (2017-2021), de acordo com metodologia própria de identificação e tratamento.

2.1.2 Plano Anual de Negócios – PAN

Cabe destacar que os projetos contidos no PAN 2018 tiveram como base as ações descritas no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA de 2018 e de outros projetos considerados prioritários para o alcance da missão institucional e atendimento dos objetivos estratégicos definidos no PEI.

Para a composição deste Plano foram priorizados os projetos que:

- ✓ Apresentassem suporte orçamentário definido no PLOA 2018;
- ✓ Contribuíssem para o alcance dos objetivos estratégicos da Empresa;
- ✓ Atendessem as diretrizes estabelecidas pelo Ministério supervisor, ou seja, projetos que seriam concluídos em 2018, o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – PISF e que promovessem a Revitalização das Bacias Hidrográficas; e
- ✓ Fossem necessários para o atendimento das demandas apresentadas pela sociedade.

Com a aprovação da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2018, fez-se necessária a revisão do PAN para o mesmo exercício a fim de adequá-lo aos recursos efetivamente disponibilizados e, também, com intuito de promover os seguintes aperfeiçoamentos:

- ✓ Inclusão dos projetos planejados para 2017, mas que não foram concluídos;
- ✓ Inclusão dos projetos que seriam executados em 2018 utilizando-se dos valores inscritos em Restos a Pagar de exercícios anteriores;
- ✓ Realização de análise crítica sobre o alinhamento dos projetos propostos para o alcance de cada objetivo estratégico, considerando os desafios impostos pelas metas; e
- ✓ Realização de análise crítica e promover eventuais ajustes na programação plurianual dos projetos estratégicos (até 2021), buscando manter o foco no alcance das metas.

Desde a aprovação do PAN 2018 revisado, o plano foi monitorado trimestralmente de acordo com os parâmetros estabelecidos por Decisão do senhor diretor-presidente, que instituiu o Modelo de Gestão do Planejamento e Monitoramento da Codevasf.

2.1.3 Metodologia de monitoramento e avaliação dos resultados

A avaliação é um processo que se realiza antes, durante e depois da execução de um plano, programa ou projeto, para verificar se o que foi planejado está ou não alcançando os resultados desejados.

Este processo tem como propósito medir os efeitos e impactos, além da relevância e a eficácia no alcance dos objetivos e metas, a eficiência no uso dos recursos, a adequação da organização, a contribuição/participação dos beneficiários e instituições envolvidas e a sustentabilidade da intervenção, propondo recomendações a fim de serem tomadas decisões para melhorar, modificar, reestruturar ou terminar o programa ou projeto.

Os indicadores de desempenho são variáveis que ajudam a medir as mudanças, progresso ou resultado de uma ação em relação aos objetivos e metas definidos, num determinado período de tempo. Estes podem ser expressos em percentuais, índices e/ou conceitos, e facilitam a verificação de mudanças ou a ocorrência dos resultados que se esperam de um programa/ação, ou seja, são as variáveis contra as quais a mudança pode ser medida.

Como parte da metodologia de avaliação dos resultados, foi definida uma escala de avaliação com intervalos e limites quantitativos, os quais foram divididos conforme quadro abaixo:

Quadro 2 - Faixa de desempenho

Classificação	Faixa	Cor
Satisfatório	Maior ou igual a 80%	Verde
Regular	Maior que 50% e menor que 80%	Amarelo
Insatisfatório	Menor que 50%	Vermelho
Não apurado	Não apurado no período	Cinza

2.2 Descrição da estrutura de governança

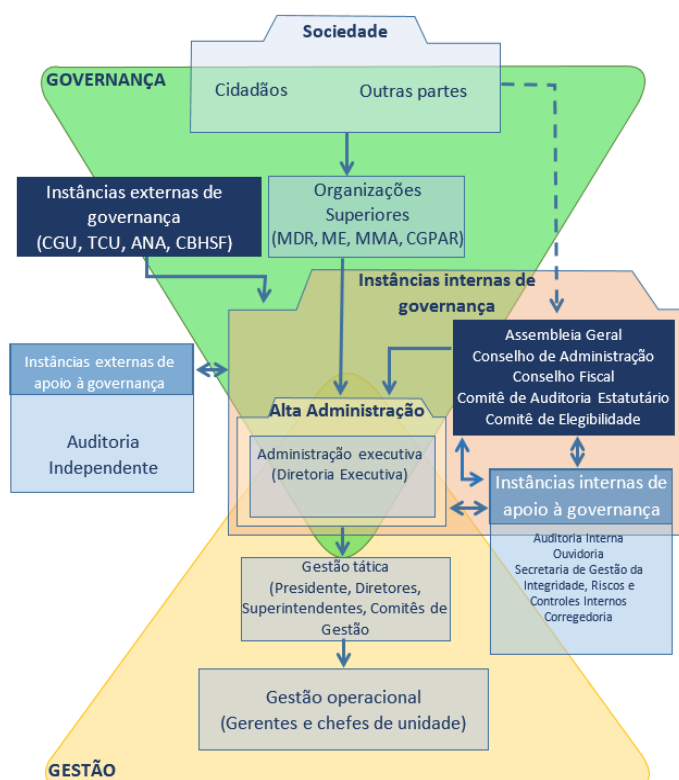
A Codevasf, empresa pública constituída sob a forma de sociedade anônima, é regida pelas Leis nº 6.088, de 16 de julho de 1974, nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo seu Estatuto, além de normas de direito aplicáveis, que norteiam as atividades de governança, controle interno, avaliação e correição na organização. Os normativos, as diretrizes, recomendações e deliberações das diferentes instâncias decisórias constituem o arcabouço direcionador de seu processo de governança.

O Referencial Básico de Governança, aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da Portaria - TCU nº 25, de 29 de janeiro de 2014, estabelece que a “Governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”.

Segundo esse Referencial, o “sistema de governança reflete a maneira como diversos atores se organizam, interagem e procedem para obter a boa governança. Envolve as estruturas administrativas (instâncias), os processos de trabalho, os instrumentos, o fluxo de informações e o comportamento das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização”.

O sistema de Governança da Codevasf, de forma simplificada, pode ser representado conforme diagrama abaixo:

Figura VII – Modelo de Governança Corporativa da Codevasf



Legenda:

MDR: Ministério do Desenvolvimento Regional

ME: Ministério da Economia

MMA: Ministério do Meio Ambiente

CGPAR: Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União

CGU: Controladoria Geral da União

TCU: Tribunal de Contas da União

ANA: Agência Nacional das Águas

CBHSF: Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco

A Codevasf, para o cumprimento de sua missão institucional como empresa pública dependente do Tesouro, atua alinhada com as diretrizes, os planos e as políticas definidas pelos vários entes do Governo Federal, em especial aqueles referentes ao seu segmento de atuação, destacando-se os de meio ambiente, recursos hídricos e agricultura irrigada, além dos objetivos estratégicos definidos em seu Planejamento Estratégico Institucional – PEI.

A fim de contribuir com a formulação e implementação dessas políticas públicas e com a prestação de serviços de interesse da sociedade, a Empresa conta com estrutura clássica de governança que objetiva avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão.

Nas funções de governança visando a definição do direcionamento estratégico, supervisão da gestão, envolvimento das partes interessadas, gerenciamento de riscos estratégicos e conflitos internos, conta com duas instâncias colegiadas de deliberação, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. Para exercer as funções de controle, em especial auditar e avaliar o sistema de gestão e promover a “*accountability*” (prestação de contas e responsabilidade) e a transparência foram criados o Conselho Fiscal e a três unidades internas de governança: a Auditoria Interna, a Secretaria de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos e a Ouvidoria. Por fim, conforme sua natureza de Empresa Pública constituída sob a forma de sociedade anônima, possui uma instância para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social da empresa, que é a Assembleia Geral.

Em 2018, com a alteração do Estatuto Social da Codevasf, foram criados o Comitê de Auditoria Estatutário, a Secretaria de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos, e o Comitê de Elegibilidade da Codevasf.

Embora a Corregedoria não tenha sido formalizada no estatuto social, a Codevasf dispõe desta unidade orgânica em sua estrutura de governança responsável pelas atividades correccionais da Empresa.

2.2.1 Composição da estrutura de governança da Codevasf

Quadro 3 – Instância interna de governança da Codevasf

Instâncias Interna de Governança	
Órgão	Descrição e Competências
Assembleia Geral	Órgão máximo da Codevasf com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social da empresa. A Assembleia Geral será presidida pelo diretor-presidente da Codevasf ou substituído por ele designado e, na ausência de ambos por pessoa escolhida pela União, nos termos do Decreto-Lei nº 147, de 03 de fevereiro de 1967.
Conselho de Administração	Órgão de deliberação estratégica e de natureza colegiada da Codevasf e tem como competência, dentre outras, estabelecer a orientação geral dos negócios da Empresa em conformidade com diretrizes, planos e políticas de governo.
Diretoria Executiva	Órgão executivo de administração e representação da Codevasf, cabendo-lhes assegurar o funcionamento regular da Empresa, em conformidade com a orientação geral e as diretrizes emanadas do Conselho de Administração.
Conselho Fiscal	Órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual, que tem como função acompanhar e verificar as ações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração e o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; zelar pelos interesses da Empresa e exercer as atribuições inerentes ao seu poder fiscalizador em consonância com a legislação aplicável, com Estatuto Social da Codevasf e o seu Regimento Interno.
Comitê de Auditoria Estatutário	Órgão estatutário de natureza colegiada, vinculado ao Conselho de Administração, tem por finalidade assessorá-lo no exercício das suas funções de auditoria, supervisão e fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e financeiras, a efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente
Comitê de Elegibilidade	Órgão estatutário vinculado ao Conselho de Administração, tem por objetivo auxiliar os acionistas na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, e da Diretoria Executiva.

Unidades Internas de Governança	
Órgão	Descrição e Competência
Auditoria Interna	Unidade interna de governança vinculada ao Conselho de Administração e sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, nos termos do caput do artigo 15 do Decreto nº 3.591/2000. Entre suas competências estão a elaboração e execução de planos periódicos de inspeção de diversas atividades da Empresa, o exame e a emissão de parecer acerca da prestação de contas anual e tomada de contas especiais instauradas pela Codevasf; além de assessoramento e orientação preventiva à Assembleia Geral, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, à Diretoria Executiva, ao diretor-presidente, aos diretores, aos gerentes-executivos e aos superintendentes regionais.
Ouvidoria	Unidade interna de governança vinculada ao diretor-presidente da Codevasf, porém, reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração quando houver denúncias em que haja suspeita de envolvimento do diretor-presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada. Entre suas competências estão a de receber e examinar sugestões e reclamações visando melhorar o atendimento da Codevasf em relação às demandas de investidores, empregados, fornecedores, clientes, usuários e sociedade em geral; receber e examinar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, relativas às atividades da Codevasf; e executar outras atividades correlatas definidas pelo diretor-presidente.
Secretaria de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos	Unidade interna de governança vinculada ao diretor-presidente da Codevasf e com atuação independente. Tem como objetivo assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais está exposta a organização, aumentando a probabilidade de alcance dos seus objetivos, agregando valor à organização por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes de sua materialização.
Corregedoria*	Unidade interna vinculada ao diretor-presidente da Codevasf, porém, reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração quando houver denúncias em que haja suspeita de envolvimento do diretor-presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada. Entre suas competências estão a de planejar, coordenar, organizar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de correção desenvolvidas tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais.

* Ainda não está formalizado no Estatuto Social da Codevasf como uma unidade interna de governança.

Fonte: Unidade de Gestão de Processos – AE/GPE/UGP (editado)

2.2.2 Principais iniciativas de reestruturação do sistema de governança corporativa

Como principais iniciativas de reestruturação foram aprovados os seguintes normativos visando aprimorar a governança da Empresa, destacando-se:

Quadro 4– Principais iniciativas de reestruturação de governança

Normativo	Instrumento de Aprovação
Código de Conduta Ética e Integridade	Resolução nº 903, de 31 de dezembro de 2017 ¹ Deliberação nº 03, de 26 de janeiro de 2018
Estatuto Social da Codevasf (adequado à Lei nº 13.303/2016 e Decreto nº 8.945/2016)	Decreto nº 8.258, de 29 de maio de 2014, e alterado pelas Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias de 13 de abril de 2017, de 08 de agosto de 2017, de 23 de março de 2018 e de 19 de abril de 2018
Política de Segurança da Informação e Comunicações da Codevasf	Resolução nº 141, de 27 de março de 2018 e Deliberação nº 12, de 11 de maio de 2018
Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos	Resolução nº 87, de 21 de fevereiro de 2018 e Deliberação nº 11, de 11 de maio de 2018
Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário	Resolução nº 746, de 18 de dezembro de 2018 e Deliberação nº 05, de 29 de janeiro de 2019 ¹
Regimento Interno do Comitê de Elegibilidade da Codevasf	Resolução nº 366, de 23 de julho de 2018 e Deliberação nº 28, de 19 de outubro de 2018
Regulamento Interno de Licitação e Contratos	Resolução nº 463, 05 de setembro de 2018 e Deliberação nº 35, 05 de novembro de 2018

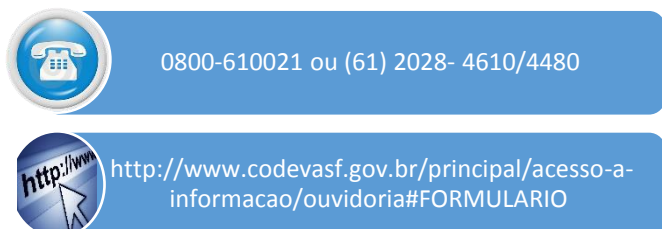
Fonte: Unidade de Gestão de normas e Processos – AE/GPE/UGP

Nota: ¹ Instrumentos de aprovação foram inseridos devido à importância para a governança da Empresa, considerando a data próxima do fechamento do Relatório Anual da Administração.

2.3 Relacionamento com a sociedade e transparência

A Ouvidoria da Codevasf é a unidade orgânica responsável pelo tratamento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios relativos às políticas e ações desenvolvidas pela Empresa.

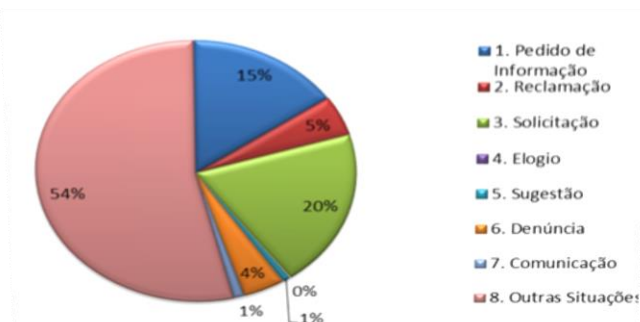
2.3.1 Principais canais de acesso com a sociedade



Para maiores informações, acesse o link:
<http://www.codevasf.gov.br/principal/aceso-a-informacao/ouvidoria>

2.3.2 Principais resultados da ouvidoria

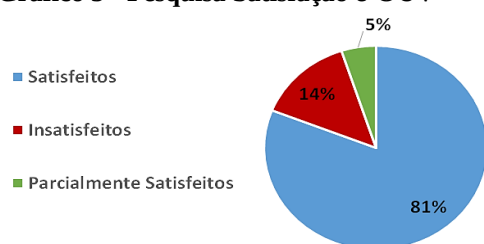
Gráfico 2- Ocorrências por Tipologia em 2018



Fonte: Relatório de Atividades da Ouvidoria 2018

2.3.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuário

Gráfico 3 - Pesquisa Satisfação e-OUV



Fonte: Relatório de Atividades da Ouvidoria 2018

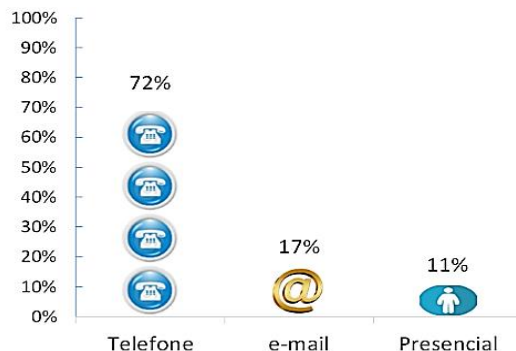
2.3.4 Carta de serviço ao cidadão

A “Carta de Serviços ao Cidadão” tem como objetivo prestar informações ao cidadão sobre as atividades desenvolvidas pela Empresa, sua finalidade, requisitos, forma de acesso e público-alvo. A Carta foi publicada em 2016 e está disponível no seguinte endereço eletrônico: (<http://www.codevasf.gov.br/documentosdiversos/cartadeservicosaocidadao.pdf/download>)

2.3.5 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Em atendimento à Lei de Acesso à Informação - LAI, Lei nº 12.527/2011, e a Resolução CGPAR nº 05/2015, a Codevasf disponibiliza em seu site eletrônico (<http://www.codevasf.gov.br/principal/aceso-a-informacao>) informações sobre o funcionamento e ações executadas pela Empresa, demonstrativos contábeis, relatórios anuais, e outras informações que contribuem para a transparência da gestão da Empresa.

Gráfico 1 – Principais canais de entrada em 2018



No exercício de 2018, foram registradas 533 ocorrências distribuídas entre as tipologias registradas no gráfico 2, incluindo 82 requerimentos de informações respondidos no prazo médio de 11,39 dias.

Cabe destacar que as demandas se concentram nos temas de Governo/Política, que representam mais de 71,95 % das solicitações.

A Ouvidoria verifica o grau de satisfação dos serviços prestados à sociedade, por meio de pesquisa realizada no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - e-SIC, e a partir de 2018, passou a utilizar também o Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal - e-OUV.

3 Gestão de Riscos e Controles Internos

3.1 Estratégia de atuação e modelo de governança

Para que realize seu papel em agregar valor ao cumprimento da missão institucional desdobrada na forma de objetivos estratégicos e iniciativas preconizadas em seu Planejamento Estratégico Institucional (2017-2021), a gestão de riscos na Codevasf emprega instrumentos balizadores materializados na forma de políticas, diretrizes, métodos e modelos referenciais de mercado. Adicionalmente, estruturas de controle interno foram criadas por força de exigências legais segundo os regramentos definidos na Lei nº 13.303/2016 e normas complementares.

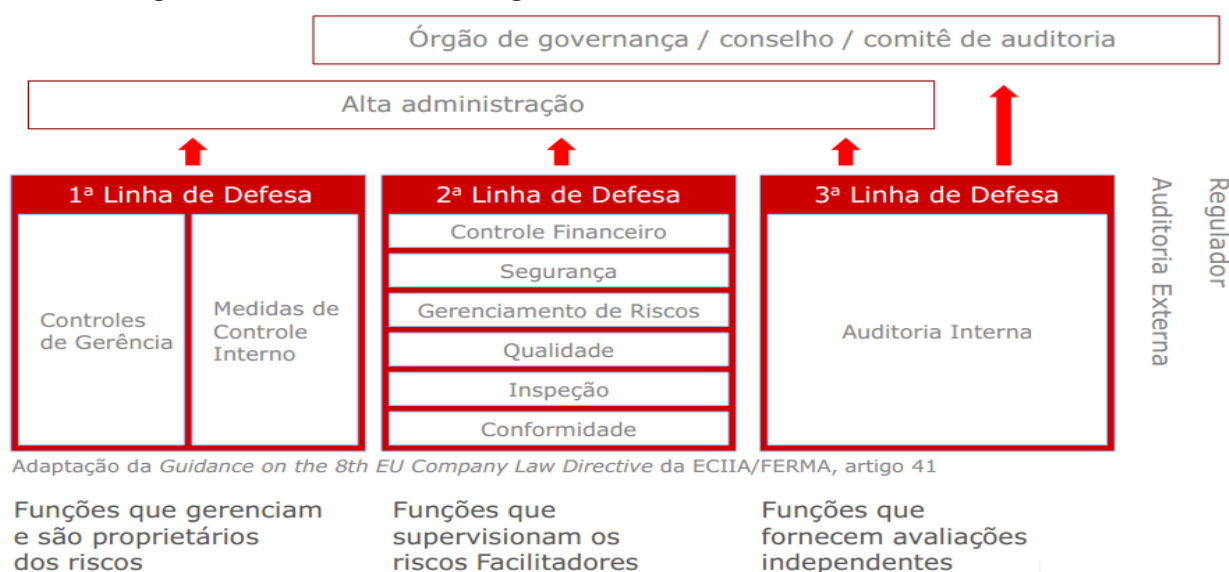
Na Codevasf, a instância orgânica responsável por orientar, coordenar e supervisionar o processo de gestão de riscos executado pelas Áreas da Empresa é a Secretaria de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos, criada pela Ata da Assembleia Gera Extraordinária, de 23 de março de 2018, que alterou o estatuto social aprovado por meio do Decreto nº 8.528, de 29 de maio de 2014, já modificado pela Ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 13 de abril de 2017.

Em janeiro de 2018, a Empresa aprovou sua Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos e o seu Código de Conduta Ética e Integridade.

A estratégia empregada para implantação das ações de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos foi desenhada para iniciar as operações com campanhas que desencadearam a execução de um Programa de comunicação e um Plano de treinamento e que têm por objetivo prover a sensibilização, educação e capacitação como forma de estabelecer o ambiente necessário para que as unidades de negócio da Empresa entendam o valor agregado com as novas práticas e passem a adotar uma cultura voltada a riscos.

O modelo de governança em Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos empregado na Empresa segue as melhores práticas veiculadas na estrutura de três linhas de defesa recomendadas pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA e mundialmente aceita como estrutura de controle. Este modelo está baseado em relações de governança estabelecidas segundo funções que gerenciam os riscos (proprietários do risco) junto às linhas de negócio da Empresa, mediante suas gerências operacionais, que supervisionam os riscos exercidos pela Secretaria de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos e que fornecem avaliações independentes representadas pela Auditoria Interna, sendo que as duas primeiras se reportam à alta administração e a terceira ao Conselho de Administração.

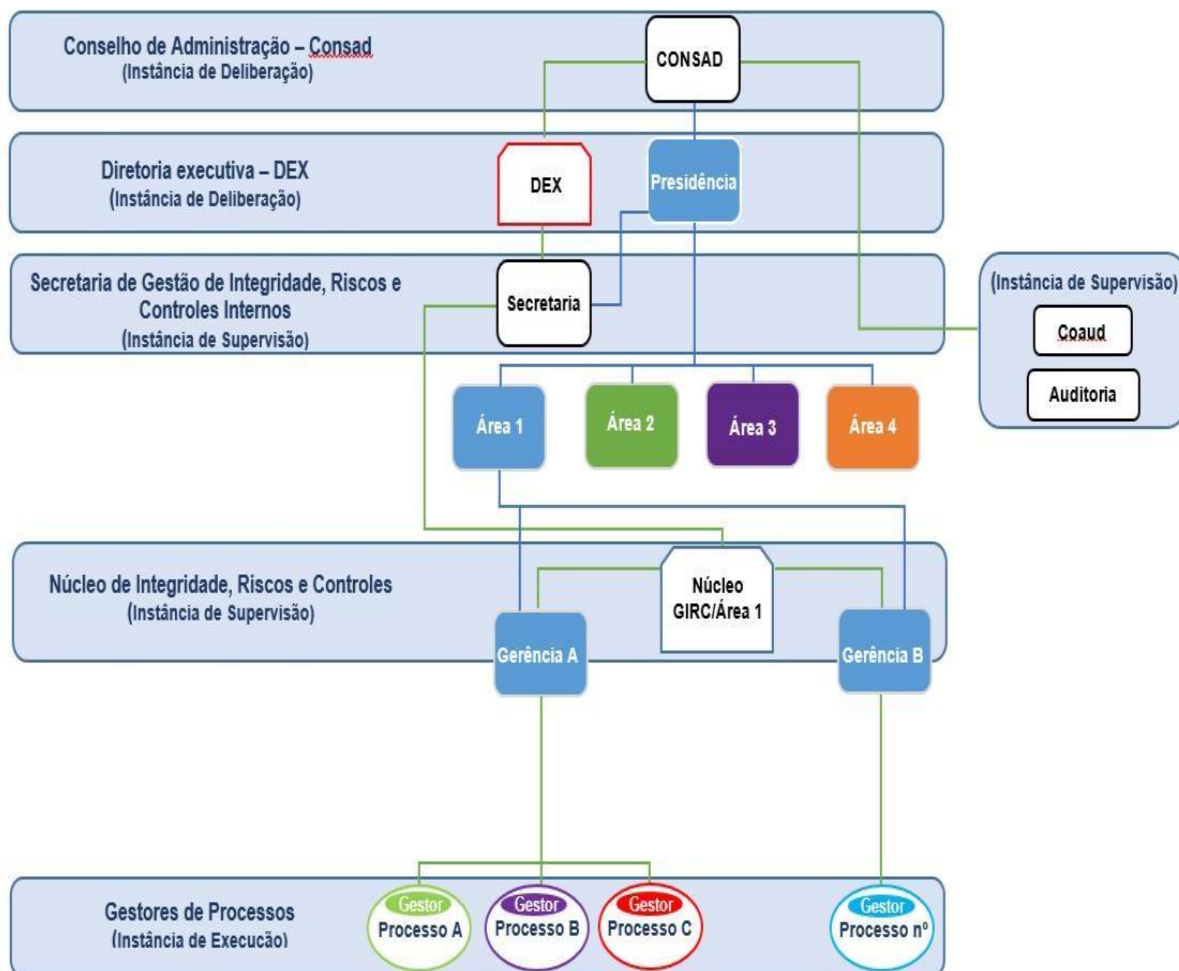
Figura VIII - Linhas de defesa segundo o Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA



Fonte: Declaração de posicionamento do IIA: as três linhas de defesa no gerenciamento fonte: eficaz de riscos e controles.

O arranjo orgânico que suporta o modelo na Empresa está estruturado segundo competências e papéis designados à Secretaria de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos e aos Núcleos de Integridade, Riscos e Controles Internos – NIRC's, de natureza não orgânica e constituídos na Presidência, nas Áreas e Superintendências Regionais, pelos respectivos titulares ou representante por este indicado e, no mínimo, 2 (dois) empregados, todos com capacitação nos temas afetos à gestão de integridade, riscos e controles internos.

Figura IX – Arranjo orgânico da Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos

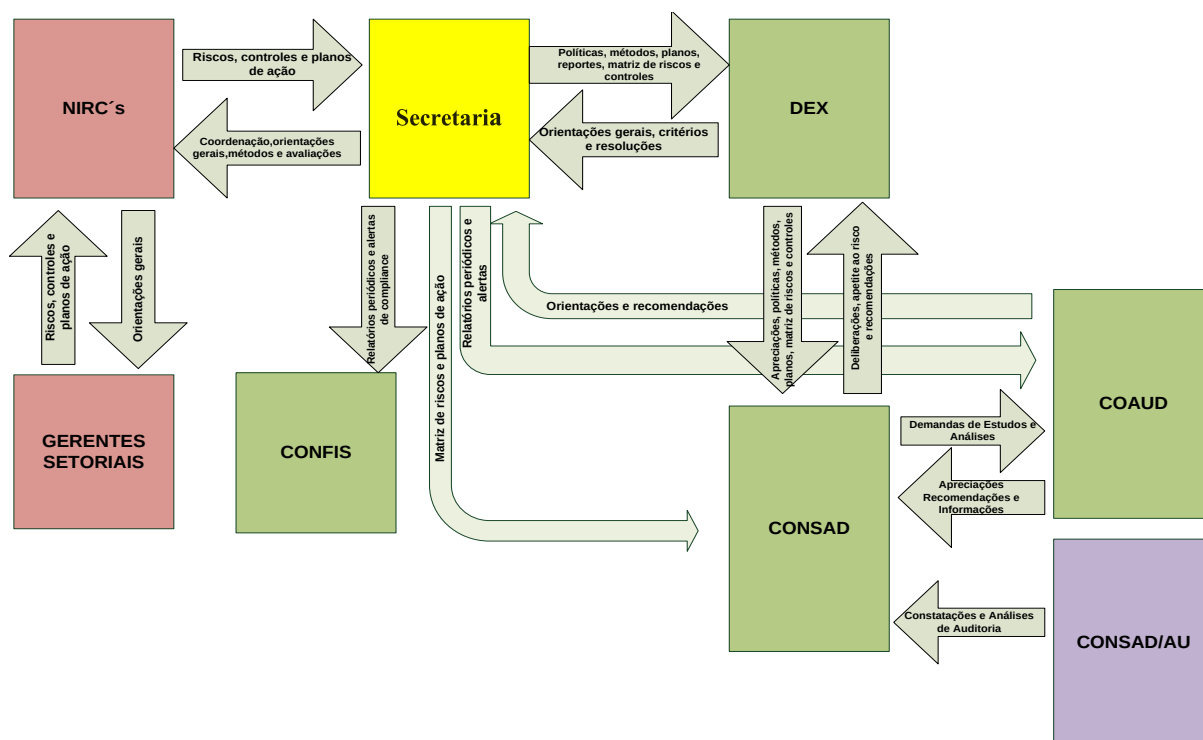


Fonte: Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos

Os gestores das áreas que integram as linhas de negócio da Empresa são os legítimos proprietários do risco e possuem o conhecimento necessário para identificar e priorizar processos de trabalho a serem categorizados segundo disciplinas do risco. Esses mesmos gestores são os responsáveis por estabelecer o plano de implantação de mecanismos de controles internos da gestão com o objetivo de prover o tratamento, o repasse ou a internalização dos riscos.

Na Codevasf, os proprietários do risco junto a cada uma das áreas de negócio são organizados por meio de representantes constituídos na forma de Núcleos de Integridade, Riscos e Controles Internos – NIRC's para exercer a coordenação das atividades de identificação, priorização e tratamento do risco, assim como para prover a implementação dos controles internos da gestão a partir da matriz de riscos setoriais.

Figura X - Fluxo Geral da Governança da Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos na Codevasf



Fonte: Secretaria de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos

3.2 Referencial metodológico e disciplinas do risco

O referencial de mercado adotado pela Codevasf e rebatido para elaboração da sua metodologia está baseado na norma ISO 31000/2018 e na estrutura integrada COSO II ERM/2017. A escolha recaiu sobre estas estruturas para que o processo de gestão de riscos corporativos esteja alinhado a entrega de valor as linhas de negócio da Empresa. Para tanto, há que se considerar as diferentes disciplinas do risco com ênfase nos riscos estratégicos, operacionais e de integridade, segundo etapas para definição do contexto estratégico, identificação e priorização dos processos de negócio, levantamento dos fatores de risco, avaliação do risco, conhecimento dos controles existentes, e concepção dos “Planos de Ação” para tratamento dos riscos e do “Planos de Contingência” considerando os processos críticos de negócio.

A metodologia utilizará ferramentas elencadas na norma ISO 31010/2012 segundo sua aplicabilidade para cada etapa da gestão de riscos. A padronização resultante do emprego de metodologia possibilita a compilação de resultados de forma a construir a matriz de riscos corporativos pautada na mesma métrica e nos mesmos procedimentos estabelecidos. Outro ponto de destaque metodológico, diz respeito à realização de análises de motricidade que resultem na identificação dos riscos posicionados em quadrantes dentro da faixa de apetite ao risco, mas que tenham comportamento motriz adverso, influenciando a probabilidade de ocorrência ou o impacto de outros riscos a serem mitigados.

A Empresa ainda não possui estudos e análises resultantes de ciclos anteriores executados por suas linhas de negócio, face ao caráter preliminar dos trabalhos em andamento para estabelecimento do processo de gestão de riscos e controles internos da gestão, requerendo ações complementares para aprovação de artefatos e estabelecimento de parâmetros de trabalho a serem seguidos.

3.3 Perspectivas e desafios

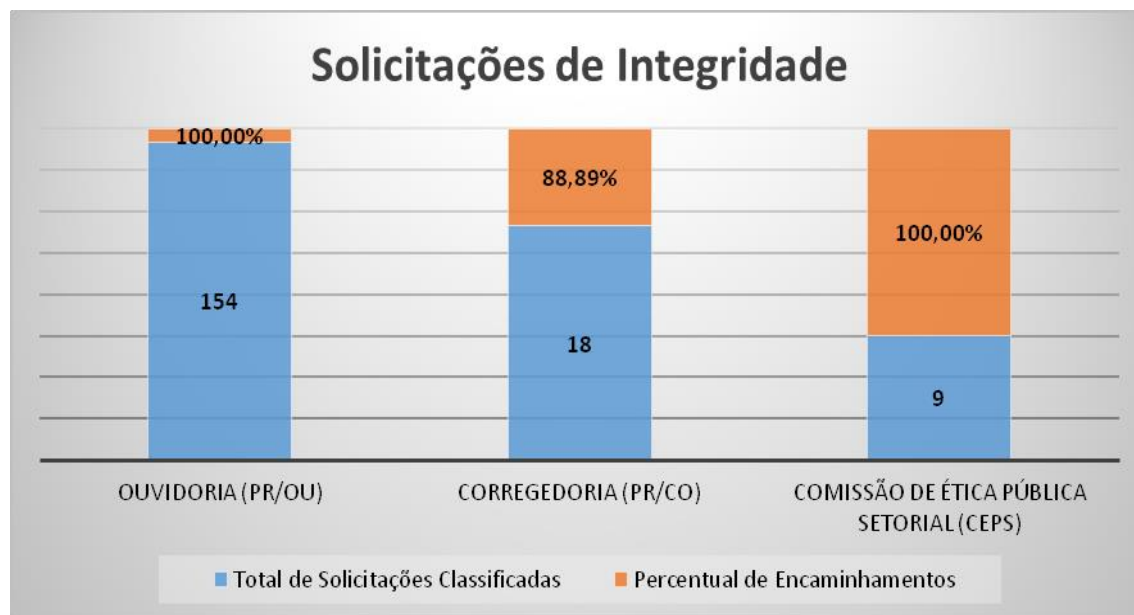
Embora o tema Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos seja recente e percorra seu curso de implantação, iniciativas setoriais já foram deflagradas pela Secretaria de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos, em parceria com outras unidades orgânicas, visando colher percepções e oportunidades de melhoria que possibilitem o aprimoramento das políticas e dos processos estabelecidos Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos e facultem garantia razoável de realização dos objetivos definidos na estratégia corporativa.

À medida que o tema seja aprofundado nas unidades orgânicas da Empresa, no que diz respeito à percepção de valor, assim como pela liderança executiva, por meio do patrocínio de iniciativas que fortaleçam a unidade orgânica responsável pela Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos na Codevasf, uma cultura voltada para a prática de riscos ganhará corpo e importância.

De forma complementar e não menos importante, o papel desempenhado pelas demais instâncias de governança em Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos e pelos órgãos de controle interno e externo, se reveste de importância e magnitude em estabelecer o ambiente de controle necessário para obtenção dos resultados esperados em cumprimento ao regramento normativo e legal vigente.

No que se refere ao tema “Integridade”, as unidades orgânicas da Codevasf responsáveis pelo tema – Ouvidoria, Corregedoria e a Comissão de Ética da Codevasf - atuaram de forma a dar encaminhamento a quase totalidade das solicitações recebidas.

Gráfico 4 - Resultados alcançados pelas instâncias de integridade na Codevasf em 2018



Fonte: Secretaria de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos

As empresas públicas brasileiras têm no gerenciamento de riscos e controles internos da gestão um ferramental de grande importância na busca pela racionalização e melhoria de seus controles para fazer mais com menos. A gestão de riscos atua como bandeira sinalizadora dos ativos organizacionais tangíveis e intangíveis onde devam ser desenvolvidas iniciativas à sua proteção. Às demais disciplinas da governança e gestão cabe o papel complementar necessário em prover controles e mecanismos que visem maximizar resultados e minimizar situações não desejáveis.

4 Resultados da Gestão

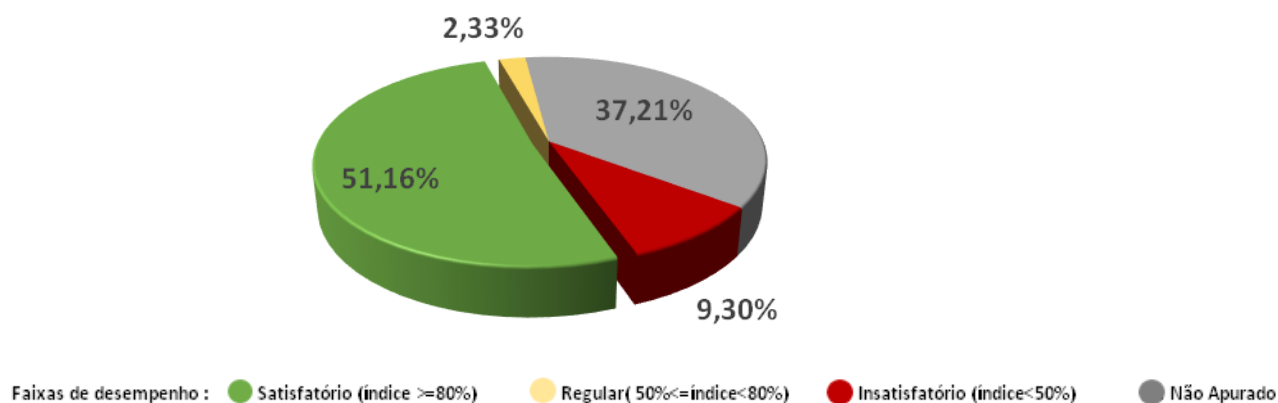
A Codevasf está implantando seu primeiro Planejamento Estratégico Institucional - PEI, isso implica em mudanças na cultura organizacional da Empresa. Gerir as mudanças organizacionais envolve gerir a transformação ou modificação das organizações para manter ou melhorar sua efetividade (Hayes, 2002).

Para colocar o planejamento em prática, é necessário que a organização continue preparando os dirigentes e colaboradores para enfrentar as mudanças, promovendo a atualização de conhecimentos e habilidades profissionais alinhados com a Visão e Missão estratégica da Empresa.

O primeiro plano estratégico da Empresa foi elaborado em 2016, pelo próprio corpo técnico e sem auxílio de consultoria especializada. No processo de elaboração, verificou-se dificuldades em produzir indicadores e metas adequados para mensurar o alcance dos objetivos estratégicos.

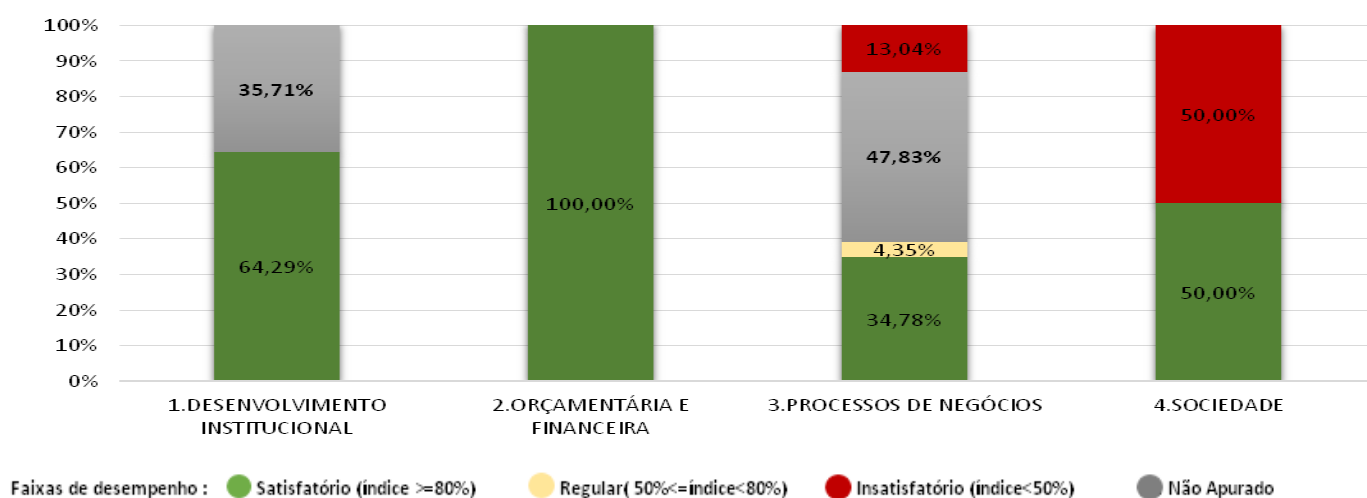
Com a revisão do PEI em 2018, detectou-se que cerca de 37% dos indicadores não estavam mensurando o alcance dos objetivos estratégicos de maneira adequada ou existia dificuldades para levantar os dados, o que inviabilizava a sua mensuração. Esses indicadores foram ajustados ou excluídos e passarão a vigorar somente a partir de 2019.

Gráfico 5 – Faixa de desempenho dos indicadores



Fonte: Unidade de Avaliação e Monitoramento –AE/GPE/UAV (Monitoramento PEI 2018)

Gráfico 6 – Faixa de desempenho por Perspectiva



Fonte: Monitoramento PEI 2018

A seguir, são apresentados os resultados por perspectiva e tema estratégico no exercício de 2018.

4.1 Perspectiva Desenvolvimento Institucional

4.1.1 Tema Governança

A governança corporativa compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Objetivo: Desenvolver a Governança Corporativa

Quadro 5 – Resultado do objetivo “Desenvolver a Governança Corporativa”

Meta 2018	Realizado 2018	Resultado	Análise do Resultado
Alcançar 20% do Índice-Geral de Governança da Codevasf	Alcançou índice de 37,71 %		O indicador foi elaborado com base no Índice-Geral de Governança do TCU. Verifica-se que o índice evoluiu de 25,85%, em 2017, para 37,71%, em 2018, sendo justificado, principalmente, por conta dos esforços para conformar a governança e a gestão da Empresa, de acordo com a Lei nº 13.303/2016, o Decreto nº 8.945/2016 e as Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR.

Fonte: Monitoramento PEI 2018

4.1.2 Tema Gestão

A gestão consiste em planejar, executar, controlar e agir, utilizando os recursos disponíveis (pessoas, orçamentário, financeiro, processos, práticas) alinhados às diretrizes estabelecidas pela governança afim de atingir os objetivos corporativos.

Objetivo: Aprimorar A TI Corporativa e as Competências para sua Utilização

Quadro 6 – Resultado do objetivo “Aprimorar a TI Corporativa e as Competências para sua Utilização”

Meta 2018	Realizado 2018	Resultado	Análise do Resultado
Alcançar 40% do Índice de Governança de TI	Atingiu 50% do índice		Foi calculado a partir do questionário aplicado pelo TCU no ano de 2016. As respostas correspondem a situação da empresa ao final do ano de 2018.
Destinar 2% do orçamento (LOA) da empresa, exceto despesas obrigatórias, nas ações de TI	Atingiu 1,82% do orçamento da Empresa		A empresa atingiu 91% da meta prevista para o exercício.

Fonte: Monitoramento PEI 2018

Objetivo: Assegurar a Logística Corporativa

Quadro 7 – Resultado do objetivo “Assegurar a Logística Corporativa”

Meta 2018	Realizado 2018	Resultado	Análise do Resultado
Alcançar 60% de satisfação dos empregados com a logística corporativa da Codevasf	Alcançou resultado de 65%		Dado obtido por meio da Pesquisa de Clima Organizacional em que foi utilizado os itens "Apoio da Organização" e "Conforto Físico".
Gastar até 22 % em custeio operacional em relação ao investimento finalístico	Alcançou resultado de 14,59 %		O resultado foi considerado “Satisfatório”, uma vez que o indicador é do tipo quanto menor, melhor.

Fonte: Monitoramento PEI 2018

Objetivo: Desenvolver e Consolidar a Gestão de Pessoas

Quadro 8 – Resultado do objetivo “Desenvolver e Consolidar a Gestão de Pessoas”

Meta 2018	Realizado 2018	Resultado	Análise do Resultado
Alcançar 46% do total de empregados com avaliação de desempenho superior a 80%	Alcançou resultado de 48%		Do total de 1705 empregados participantes do processo de avaliação de desempenho em 2018, 826 empregados obtiveram pontuação superior a 80%, o que totaliza 48% em relação ao total de participantes.
Aumentar em 10% o investimento em capacitação em relação ao ano anterior	Alcançou resultado 46%		Nota-se que o investimento em capacitação vem aumentando há dois anos consecutivos, o que reflete, por conseguinte, no acréscimo de empregados capacitados nestes anos.
Aumentar em 10% a quantidade de empregados capacitados	Alcançou resultado de 18%		Este acréscimo está diretamente ligado ao aumento dos recursos investidos em treinamentos, bem como da utilização de novas tecnologias, como videoconferência, para realização de ações de desenvolvimento profissional.
Reduzir o valor pago com pessoal em 60% em relação ao investimento finalístico	Reduziu em 59% o valor pago com pessoal em relação ao investimento finalístico		Resultado foi considerado “Satisfatório”, uma vez que o indicador é do tipo quanto menor, melhor. A redução da proporção de valor pago com pessoal x investimento deve-se ao aumento de pagamento de 50% de investimento em processos finalísticos.

Fonte: Monitoramento PEI 2018

Objetivo: Melhorar Continuamente os Processos de Trabalho

Os indicadores do objetivo “*Melhorar Continuamente os Processos de Trabalho*” não foram avaliados no exercício, uma vez que a Codevasf não possui ainda os processos críticos mapeados, inviabilizando, portanto, a mensuração. Na revisão do PEI em 2018, foram excluídos os atuais indicadores e criados novos adequados à realidade da Empresa, para aferir o objetivo.

4.2 Perspectiva Orçamentária e Financeira

4.2.1 Perspectiva Orçamentária e Financeira

A perspectiva e o tema se fundamentam na premissa de que uma empresa pública federal, mesmo que prestadora de serviços públicos e dependente do Tesouro Nacional, deve conciliar os interesses públicos aos objetivos empresariais, ou seja, a geração de valor para a sociedade deve estar alinhada à busca pelo lucro financeiro de forma a melhorar a sustentabilidade do negócio.

Buscando “*Elevar o Grau de Sustentabilidade Financeira da Empresa*” e de torná-la menos vulnerável a crises políticas, econômicas e fiscais, a Codevasf analisa alternativas para reduzir a dependência dos aportes financeiros do Tesouro Nacional.

Objetivo: Elevar o Grau de Sustentabilidade Financeira da Empresa

Quadro 9 – Resultado do objetivo “Elevar o Grau de Sustentabilidade Financeira da Empresa”

Meta 2018	Realizado 2018	Resultado	Análise do Resultado
Aumentar em 3% os recursos de emendas parlamentares em relação ao ano anterior	Aumentou em 14,9% os recursos de emendas parlamentares em relação ao ano anterior		Com os cortes recorrentes no orçamento por parte do Governo Federal, a Codevasf adotou estratégias para aumentar a sua sustentabilidade financeira por meio de recursos oriundos de emendas parlamentares.
Arrecadar 0,5% de receita própria em relação ao orçamento global da Empresa	Arrecadou 1,40% de receita própria em relação à dotação 2018		Para apurar o resultado foi considerada a receita própria (líquida) da Codevasf em relação à dotação atualizada de 2018.

Fonte: Monitoramento PEI 2018

Objetivo: Garantir Disponibilidade Orçamentária e Financeira

Quadro 10 – Resultado do objetivo “Garantir Disponibilidade Orçamentária e Financeira”

Meta 2018	Realizado 2018	Resultado	Análise do Resultado
Descontingenciar 71% do orçamento (exceto despesas obrigatórias) em relação à dotação orçamentária atualizada	Atingiu o índice de 100 % de descontingenciam ento		A empresa conseguiu a liberação total do orçamento em 2018.
Empenhar 91% do orçamento disponibilizado (exceto despesas obrigatórias)	Empenhado 99 % do orçamento disponibilizado		Apura-se bom percentual de empenhos dos créditos da Codevasf, apesar da concentração da execução dos créditos no último trimestre do ano, que contribui para aumentar os valores de Restos a Pagar da Empresa.

Fonte: Monitoramento PEI 2018

4.3 Perspectiva Processo de Negócios

4.3.1 Tema Agricultura Irrigada

A agricultura irrigada tem se apresentado como um instrumento capaz de promover e otimizar o desenvolvimento regional em áreas tradicionalmente carentes do semiárido. A Empresa atua para dotar as bacias hidrográficas de infraestrutura pública de irrigação, proporcionando condições necessárias para que os produtores agrícolas desenvolvam capacidade técnica e administrativa, promovendo e difundindo novas culturas, novos métodos e tecnologias de produção, tendo como consequência o aumento da produtividade; a geração de emprego e renda, a melhoria da qualidade de vida, a redução da emigração rural; a garantia e regularização do abastecimento interno (segurança alimentar) e a geração de divisas (exportações).

Objetivo: Aprimorar a Eficiência da Irrigação

Quadro 11 – Resultado do objetivo “Aprimorar a Eficiência da Irrigação”

Meta 2018	Realizado 2018	Resultado	Análise do Resultado
Alcançar R\$ 1.700 /1.000 m ³ de rentabilidade da água fornecida ao produtor	Alcançou R\$ 2.071 /1.000 m ³ de rentabilidade da água fornecida		A empresa superou em 21% a meta estabelecida para o exercício.

Fonte: Monitoramento PEI 2018

Objetivo: Implementar Gestão Autossustentável nos Projetos Públicos de Irrigação

Quadro 12 – Resultado do objetivo “Implementar Gestão Autossustentável nos Projetos Públicos de Irrigação”

Meta 2018	Realizado 2018	Resultado	Análise do Resultado
Cultivar 75% da área irrigável dos Projetos Públicos de Irrigação	Alcançou 66% da área irrigável		O resultado demonstra que 66% da área irrigável dos perímetros mantidos pela Codevasf estão sendo cultivadas. A meta da Empresa é alcançar o índice de 95% até 2021.
Capacitar 45% das famílias dos Projetos Públicos de Irrigação	Alcançou 37% de famílias capacitadas		Atingiu índice de 81% da meta estabelecida. A indisponibilidade orçamentária para prestar o serviço de Assistência Técnica Rural - ATER vem prejudicando o alcance do resultado desse indicador. As capacitações foram realizadas por meio de fomento junto aos parceiros (SENAR, SEBRAE, Distritos de Irrigação, IFES, MAPA, Universidades, BNB e EMATER).

Meta 2018	Realizado 2018	Resultado	Análise do Resultado
Alcançar 46% de Projetos Públicos de Irrigação economicamente viáveis em condições de emancipação ¹ .	Alcançou resultado de 46%		Os projetos Nilo Coelho (PE, 3ª SR), Mandacaru, Maniçoba e Tourão (BA, 6ª SR), Pirapora e Lagoa Grande (MG, 1ª SR), e Formoso (BA, 2ª SR) são projetos economicamente viáveis que não dependem de aportes da União para seu custeio e estão aptos a serem emancipados. Porém, por falta de regulamentação da lei de irrigação (Lei 12.787/2013) há um entrave legal para que a emancipação seja efetiva e também há necessidade de ajustes dos instrumentos na relação com as organizações civis dos projetos (tarifação, transferência de propriedade, regularização ambiental e fundiária parcelar) realizando adaptação para cada grupo de perímetros.

Nota: ¹ A emancipação é a etapa em que a organização de produtores assume, de forma ampla, a administração do perímetro, reservando-se a Codevasf o acompanhamento das atividades, visando a preservação dos recursos naturais e a manutenção dos objetivos básicos do perímetro.

Objetivo: Expandir a Agricultura Irrigada

Após a revisão do PEI em 2018, verificou-se que os indicadores do objetivo “*Expandir a Agricultura Irrigada*” não mensuravam os resultados de forma adequada, portanto não foram apurados no exercício de 2018 e tiveram suas metas e fórmulas ajustadas para os anos de 2019 a 2021.

4.3.2 Tema Economia Sustentável

A Economia Sustentável tem como objetivo o aumento da produção aliada à preservação do meio ambiente, de forma a ampliar o rendimento e a manter o trabalhador no campo, proporcionando acesso aos meios de produção, oferecendo assistência técnica associada ao acompanhamento de famílias, favorecendo a inserção nos mercados e incentivando a produção para o próprio consumo.

Ressalta-se que o recurso da Lei Orçamentária Anual 2018 para esse tema foi insuficiente ou destinado a outras atividades, em atendimento à ordem judicial. Contudo, as ações foram realizadas com aportes oriundos de emendas parlamentares e por meio de parceria com a Secretária Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano - SDRU do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, universidades, prefeituras, centros de pesquisas e outras entidades públicas.

Objetivo: Apoiar Projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

Quadro 13 – Resultado do objetivo “Apoiar Projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável”

Meta 2018	Realizado 2018	Resultado	Análise do Resultado
Apoiar 3 atividades produtivas	Apoiou 5 Cadeias Produtivas		A meta era apoiar 3 cadeias produtivas. Todavia, com os aportes de emendas parlamentares foram atendidas 5 atividades (agricultura familiar, apicultura, aquicultura, fruticultura e pecuária), por meio de doação de equipamentos e materiais.
Beneficiar 150 famílias	Beneficiado 1.200 famílias		A meta era beneficiar 150 famílias, contudo com os aportes de emendas parlamentares foram beneficiadas cerca de 1.200 famílias por meio de doação de equipamentos e materiais às associações, prefeituras e sindicatos.

Fonte: Monitoramento PEI 2018

Objetivo: Contribuir para Formação e Atualização do Capital Humano

Quadro 14 – Resultado do objetivo “Contribuir para Formação e Atualização do Capital Humano”

Meta 2018	Realizado 2018	Resultado	Análise do Resultado
Capacitar 250 jovens no Projeto Amanhã	Foram capacitados 15 jovens		Os recursos do Projeto Amanhã foram descontingenciados em outubro de 2018. Em função disso, obtivemos apenas 15 jovens capacitados no curso de manejo de coco no estado de Sergipe. As demais capacitações foram contratadas e devem ocorrer no ano de 2019.
Capacitar 200 produtores rurais	Foram capacitados 1.500 produtores		A meta era capacitar 200 produtores, no entanto, com parcerias e recursos de emendas parlamentares foram executados cursos, seminários, congresso e palestras que possibilitaram beneficiar cerca de 1.500 produtores nas atividades de piscicultura, apicultura e fruticultura.

Fonte: Monitoramento PEI 2018

Objetivo: Estruturar e Dinamizar Atividades Produtivas

Quadro 15 – Resultado do objetivo “Estruturar e Dinamizar Atividades Produtivas”

Meta 2018	Realizado 2018	Resultado	Análise do Resultado
Estruturar atividades produtivas 3	Foram estruturadas 2 atividades produtivas		A meta era estruturar 3 cadeias produtivas, porém a empresa atuou em apenas 2 (aquicultura e apicultura). O alcance da meta foi prejudicado porque os recursos da ação orçamentária que cobririam estes projetos, foram destinados a outra demanda da Empresa, que provocaria alto impacto social com a sua paralisação.
Beneficiar famílias 150	Foram beneficiadas 20 famílias		O alcance da meta foi prejudicado porque os recursos que seriam destinados a estruturação das cadeias para atender as 150 famílias, foram destinados a outra demanda da Empresa, que provocaria alto impacto social com a sua paralisação.

Fonte: Monitoramento PEI 2018

Dentre as ações de estruturação e apoio a cadeias produtivas, destaca-se a contribuição da Empresa para a consolidação e reconhecimento do polo de apicultura do norte de Minas Gerais como um arranjo produtivo local, pelo Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL).

4.3.3 Tema Segurança Hídrica

Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU, segurança hídrica é "assegurar o acesso sustentável à água de qualidade, em quantidade adequada à manutenção dos meios de vida, do bem-estar humano e do desenvolvimento socioeconômico; garantir proteção contra a poluição hídrica e desastres relacionados à água; preservar os ecossistemas em um clima de paz e estabilidade política".

A Codevasf atua nesse tema, com o intuito de ampliar a capacidade de armazenamento de água com a construção de reservatórios, melhorar a distribuição espacial da água por meio de obras de sistemas adutores e de abastecimento, e prover fontes perenes de água resultante da execução dos sistemas de integração de bacias hidrográficas, bem como realizar ações que promovam a revitalização das bacias e ampliem as oportunidades para o desenvolvimento da irrigação.

Objetivo: Contribuir para a Revitalização das Bacias Hidrográficas

Quadro 16 – Resultado do objetivo “Contribuir para a Revitalização das Bacias Hidrográficas”

Meta 2018	Realizado 2018	Resultado	Análise do Resultado
Concluir 22% do total de obras de Esgotamento Sanitário	Concluiu 8% do total de obras de Esgotamento Sanitário		Das 14 obras previstas para concluir em 2018, foram entregues apenas 5. Porém, 9 obras encontram-se com mais de 90% de execução. Os atrasos na entrega ocorreram devido a problemas de origem técnica, tais como: aguardo da energização de sistemas, pendências detectadas pela comissão de recebimento da obra, dano causado por fortes chuvas, entre outros.
Produzir 5 milhões de alevinos destinados à recomposição da ictiofauna	Produziu 4,3 milhões de alevinos destinados à recomposição da ictiofauna		Por meio de 6 centros integrados pesqueiros, mantidos pela Codevasf foram produzidos 4,3 milhões de alevinos destinados à recomposição da ictiofauna.

Fonte: Monitoramento PEI 2018

As obras concluídas de esgotamento sanitário têm potencial para atender 71.816 (setenta e um mil e oitocentos e dezesseis) pessoas nas cidades de Cacimbinha/AL, Carneiros/AL, Exu/PE Arcos/MG, e Ponto Chique /MG.

Objetivos: Promover a Gestão e Recuperação de Infraestruturas Hídricas / Ampliar a Oferta de Água para Usos Múltiplos

Os indicadores desses objetivos não foram apurados no exercício, pois na revisão Planejamento Estratégico Institucional - PEI, em 2018, verificou-se que não eram representativos e não mensuravam de forma adequada. Portanto, foram ajustados para as medições nos exercícios de 2019 a 2021.

4.3.4 Tema Planejamento Regional e Inovação

O tema consiste em elaborar estudos que servem de base para promover os projetos, ações e atividades da Empresa, visando o desenvolvimento ordenado, de determinada região, em um dado período de tempo, alinhados com às políticas públicas de governo.

Objetivos: Atuar Alinhado a Planos de Desenvolvimento Regional e Local/Promover Inovação nas Ações de Desenvolvimento Regional

Os indicadores desses objetivos não foram apurados em 2018 pela dificuldade na coleta dos dados. As fórmulas e a metodologia para obtenção das informações estão em fase de construção.

4.4 Perspectiva Sociedade

4.4.1 Tema Sociedade

O tema Sociedade concentra os objetivos estratégicos relacionados aos resultados a serem alcançados visando a melhoria da qualidade de vida da sociedade e a redução das desigualdades intrarregionais, na área de atuação da Codevasf.

Atender a população é a causa última da estratégia da Empresa, ou seja, os programas e ações executadas nas outras perspectivas devem convergir para o alcance das metas previstas nos objetivos estratégicos desse tema.

Os objetivos “Contribuir para Redução das Desigualdades Intrarregionais” e “Melhorar os Indicadores Sociais, Econômicos e Ambientais da Área de Atuação” estão alinhados com a missão institucional que é “Desenvolver Bacias Hidrográficas de Forma Integrada e Sustentável, Contribuindo para a Redução das Desigualdades Regionais”.

A área de atuação da Empresa ainda apresenta índices de desenvolvimento muito abaixo em relação a outras regiões do país no que tange a qualidade de vida e ao nível educacional da população. Analisando os resultados constantes do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil referentes ao ano de 2010, dos 1.641 municípios da área de atuação da Empresa, 48% possuíam IDH muito baixo ou baixo, sendo que nos estados do Piauí, Pernambuco, Maranhão e Alagoas esse percentual sobe para mais de 70% dos municípios com IDH muito baixo ou baixo. Mesmo reunindo apenas 27% do território nacional, a área de atuação da Codevasf concentra 62% dos mil piores IDH do país.

Diante deste cenário é necessário priorizar investimentos, conforme meta estabelecida pelo Planejamento Estratégico Institucional – PEI da Codevasf, em municípios com baixo IDH na área em que atua, visando atingir a sua missão, que é de contribuir para a redução das desigualdades regionais.

Objetivo: Contribuir para Redução das Desigualdades Intrarregionais

Quadro 17 – Resultado do objetivo “Contribuir para Redução das Desigualdades Intrarregionais”

Meta 2018	Realizado 2018	Resultado	Análise do Resultado
Aumentar em 10% o investimento em regiões com baixo desenvolvimento em relação ao ano anterior	Aumentou em 0,6 % o investimento em área de baixo desenvolvimento econômico em relação ao ano anterior		Diante dos dados disponíveis, verificou-se que na comparação entre 2018 e 2017, praticamente não houve variação, apenas um acréscimo de R\$ 1,3 milhão de recursos aplicados em municípios com baixo e muito baixo IDH, passando de R\$ 222,6 milhões para R\$ 223,9 milhões.

Fonte: Monitoramento PEI 2018

Nota: Ressalta-se que esse indicador foi revisto para 2019, uma vez que medir a elevação de investimentos em relação ao ano anterior em regiões com baixo desenvolvimento não permite uma efetiva avaliação do objetivo estratégico.

Objetivo: Melhorar os Indicadores Sociais, Econômicos e Ambientais da Área de Atuação

Quadro 18 – Resultado do objetivo “Melhorar os Indicadores Sociais, Econômicos e Ambientais da Área de Atuação”

Meta 2018	Realizado 2018	Resultado	Análise do Resultado
Aumentar em 15% a população beneficiada com as ações da Codevasf em relação ao ano anterior	Aumentou em 19% a população beneficiada com as ações da Codevasf em relação ao ano anterior		Considerando a amostra para o cálculo, verificou-se que houve aumento na quantidade de beneficiários, justificado pela população atendida pelos projetos de revitalização das bacias.

Nota: As obras e fornecimento de equipamentos realizados com recursos de emendas parlamentares foram desconsiderados pela dificuldade e complexidade na apuração dos dados.

4.5 Desafios para o alcance do planejamento estratégico

A implementação do planejamento estratégico requer a superação de alguns obstáculos, dentre eles, a resistência à mudança apresenta-se como uma das maiores barreiras, pois implica em modificação na cultura organizacional. Para promover a mudança da cultura é necessário envolver tanto a alta administração quanto os empregados nesse processo.

Após a elaboração do planejamento, torna-se um desafio transformar as estratégias em um processo sistematizado e contínuo na organização, em que decisões tomadas estejam sempre fundamentadas nas demandas de longo prazo.

Para manutenção da sua missão e alcance da visão de futuro, as políticas institucionais da Codevasf devem ser elaboradas em consonância com as diretrizes básicas constantes em seu Planejamento Estratégico Institucional – PEI, quais sejam:

- ✓ Promover a excelência na governança e gestão organizacional com base na economicidade, eficácia, eficiência e efetividade;
- ✓ Priorizar a alocação de recursos em regiões prioritárias definidas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional;
- ✓ Elevar a arrecadação de receita própria a partir da prestação de serviços técnicos especializados;
- ✓ Promover a geração contínua de informações qualificadas para orientar estratégias de desenvolvimento regional sustentável e contribuir para as políticas públicas;
- ✓ Incentivar a atração de investimentos privados como instrumento de viabilização de empreendimentos;
- ✓ Liderar o processo de articulação institucional para o desenvolvimento das regiões onde atua;
- ✓ Implementar empreendimentos e apoiar ações com foco na competitividade e autosustentabilidade; e
- ✓ Atuar de forma alinhada aos planos de desenvolvimento regional integrados e de recursos hídricos das bacias hidrográficas.

Por fim, o grande desafio para Empresa é o engajamento de todos os gestores e empregados no processo consciente de mudança, em que há priorização de ações por intermédio de uma sequência de decisões planejadas e sistemáticas, a fim de que a gestão estratégica se consolide como um processo irreversível e seguro, na busca da excelência da governança e da gestão na Codevasf.

5 Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

5.1 Declaração dos gerentes-executivos responsáveis pelo planejamento, orçamento e administração

Na Codevasf, as Área de Gestão Estratégica - AE e a Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico - AA coordenam os objetivos que compõem os temas estratégicos: Gestão, Governança, Orçamentária e Financeira e Sociedade. Suas atribuições estão dispostas no Regimento Interno aprovado pelas Resolução nº 731, de 09 de novembro de 2017, e Deliberação nº 17, de 24 novembro de 2017.

Conforme o Regimento Interno da Codevasf, a compete à Área de Gestão Estratégica - AE, a elaboração e o monitoramento dos planos, programação e execução orçamentária, definição e formalização da política de gestão da informação e informática e o acompanhamento e controle de contratos e convênios celebrados pela Empresa, enquanto a Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico - AA é responsável pela definição da política e instrumentos de gestão de pessoas, patrimônio, material, serviços gerais, financeira, contábil, compras, serviços e acervo documental.



Entre as realizações de 2018, acerca dos temas citados acima, destacam-se as ações que atendem ao objetivo “*Desenvolver a Governança Corporativa*” que contribuíram de forma significativa para a alavancagem da Empresa no Indicador de Governança - IG-SEST, passando do nível 4 em 2017 para o nível 2 em 2018.

Apresentamos a seguir os principais normativos aprovados no exercício 2018 visando a reestruturação da governança da Empresa:

- ✓ Código de Conduta Ética e Integridade;
- ✓ Estatuto Social da Codevasf (de acordo com a Lei nº 13.303/2016 e o Decreto nº 8.945/2016);
- ✓ Política de Segurança da Informação e Comunicações da Codevasf;
- ✓ Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos;
- ✓ Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário;
- ✓ Regimento Interno do Comitê de Elegibilidade da Codevasf; e
- ✓ Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

Como Empresa dependente, a Codevasf fica vulnerável as oscilações causadas pelas crises políticas e econômicas. Em tempos de escassez de recursos, torna-se relevante o aprimoramento da gestão orçamentária e financeira buscando ações estratégicas para torná-la eficiente e eficaz.

Outro desafio para a gestão é a adequação da força de trabalho frente a novas áreas de atuação da Empresa. A Lei nº 13.702, de 06 de agosto de 2018, ampliou a área de atuação da Codevasf, de aproximadamente, 13% para 27% do território nacional, ou seja, aumento maior que 100%. Em contrapartida, com a aprovação do Programa de Desligamento Incentivado – PDI/2018, estima-se redução de 26% do quadro de pessoal.

A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, trouxe necessidade de reestruturação e mudanças para as estatais. Mais do que cumprir as imposições legais, podemos considerar uma boa oportunidade para transformar a Codevasf em uma organização mais ágil, eficiente e com melhor desempenho.

A institucionalização do Planejamento Estratégico Institucional – PEI e Plano Anual de Negócios - PAN, a partir de 2017, provocou o início de uma cultura de planejamento e monitoramento das despesas e ações executadas. É um processo embrionário na Empresa e que precisa ser aperfeiçoado ano após ano.

Visando o cumprimento dos planos, encontra-se em elaboração na Codevasf termo de referência para a contratação de um escritório de projetos para nos auxiliar na implantação e utilização de melhores práticas de planejamento e acompanhamento dos projetos que contribuem para o alcance das metas dos objetivos estratégicos.

Por fim, reconhecemos que tivemos alguns avanços, mas que ainda temos muitos obstáculos a serem superados e DECLARAMOS que a conformidade e a confiabilidade de gestão deste capítulo encontram-se fundamentadas em informações extraídas dos principais sistemas gerenciais da Administração Pública (SIAFI, Tesouro Gerencial, SIAPE) e sistemas internos (SIGEC, MENTHOR).

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2018

Maria Clara Netto Oliveira

Gerente-Executiva da Área de Gestão Estratégica

Plácido Cardoso de Melo Júnior

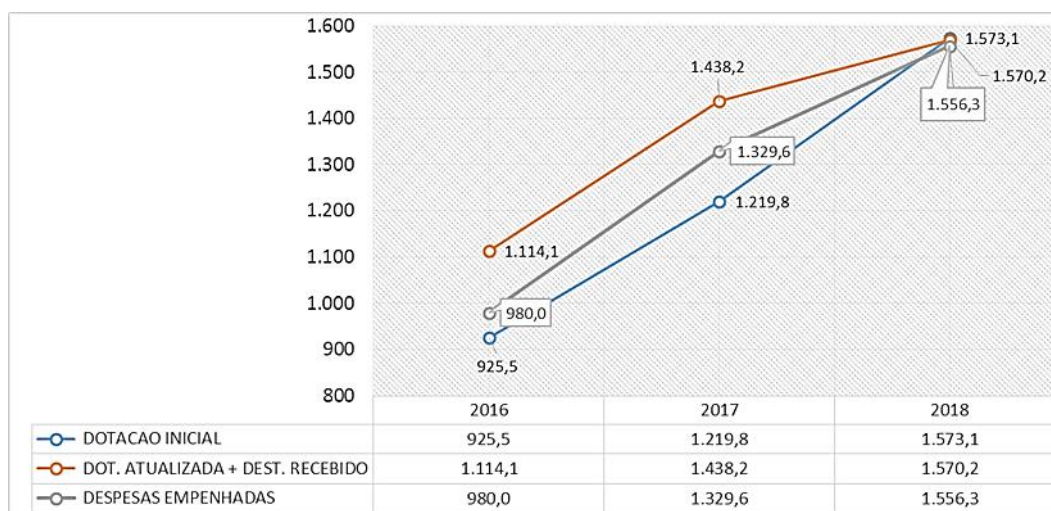
**Gerente-Executivo da Área de Gestão Administrativa
e Suporte Logístico**

5.2 Gestão Orçamentária e Financeira

No exercício de 2018, a Codevasf executou R\$ 1,6 bilhão em créditos do Orçamento Geral da União, valor que representa 9% de acréscimo em relação ao ano de 2017, conforme gráfico abaixo 7. Essa análise incluiu todos os empenhos emitidos pelas unidades da Empresa, incluindo os destaques recebidos.

Fica evidente o crescimento da execução das despesas da Empresa, ano após ano, demonstrando a capacidade crescente de execução de despesas públicas, convertendo orçamento público em intervenções sociais.

Gráfico 7- Evolução da execução orçamentária - 2016 a 2018

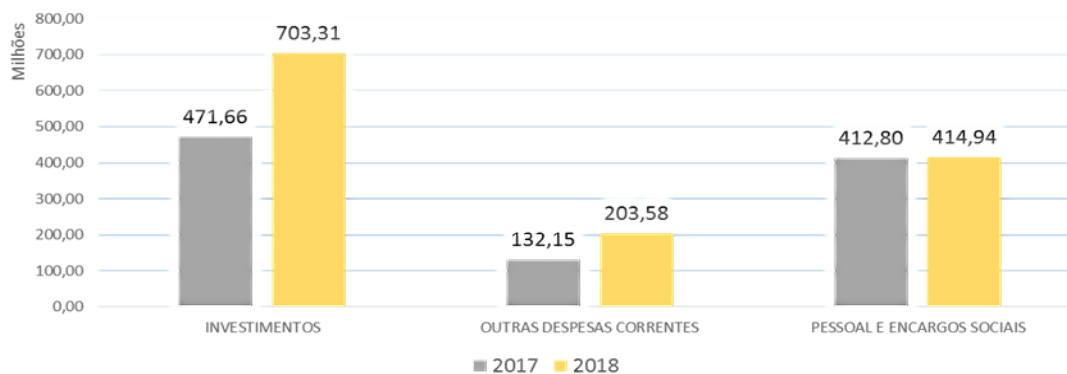


Fonte: Tesouro Gerencial

Nota: Execução orçamentária do órgão 22203 – Codevasf

Conforme gráfico 8, estratificando as despesas pagas por natureza de despesa – GND, observa-se um crescimento significativo do pagamento de investimentos em relação ao ano anterior, na ordem de 49%. Quanto às despesas de custeio, o aumento foi de 54%, ocasionado, principalmente, pela cobertura da Operação do Projeto de Transposição do Rio São Operação com as Bacias do Nordeste Setentrional – PISF, ao mesmo tempo que os gastos com pessoal e encargos sociais se mantiveram constantes.

Gráfico 8 - Despesas pagas - 2017 x 2018



Fonte: Tesouro Gerencial

Nota:¹⁻ Despesas Pagas pelo Órgão 22203 – Codevasf

²⁻ Os valores pagos compreendem as despesas do exercício e Restos a pagar

Gráfico 9 Valores pagos por GND -2018



O aumento da execução de investimentos deveu-se principalmente à aplicação de recursos na retomada de obras paralisadas em razão da forte restrição financeira do Governo Federal em exercícios anteriores e ao incremento de créditos oriundos de emendas parlamentares executados pela Codevasf.

No ano de 2018, os recursos foram aplicados em empreendimentos estratégicos da Codevasf, sobretudo, nas áreas de desenvolvimento regional, inclusão produtiva, revitalização das bacias hidrográficas, Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – PISF, obras de desenvolvimento integrado e de infraestrutura hídrica, além da gestão e implantação de Projetos Públicos de Irrigação.

Ao longo do exercício de 2018, foram realizadas negociações junto aos órgãos superiores, principalmente com o Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, visando a ampliação e a disponibilização de créditos e limites para movimentação e empenho, bem como para liberação de recursos financeiros.

Ainda assim, mantém-se a implantação de medidas administrativas para conter e reduzir despesas com o custeio administrativo, como a constante revisão de contratos de prestação de serviços, medidas de economia no consumo de energia elétrica e de água, redução do uso de materiais de consumo e a centralização de algumas compras e contratos para economia de escala.

Tabela 1 - Liquidação e Pagamentos de 2018 por Função de Governo

Função Governo	Liquidações Totais (Exercício e RPNP) ²	Pagamentos Totais (Exercício e RPNP) ¹
Administração (inclui pessoal e encargos)	511.192.195	480.514.600
Urbanismo	250.210.880	270.225.053
Gestão Ambiental	266.659.168	260.929.193
Agricultura	176.057.415	176.991.913
Encargos Especiais	38.919.967	38.919.967
Ciência e Tecnologia	37.524.338	37.349.753
Saneamento	38.021.026	36.520.206
Segurança Pública	15.487.176	17.047.289
Organização Agrária	913.465	1.129.109
Trabalho	87.227	858.377
Indústria	370.818	777.125
Transporte	554.297	554.297
Comércio e Serviços	10.314	10.314
Total Geral	1.336.008.287	1.321.827.196

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota: ¹ Despesas Pagas pelo Órgão 22203 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf.

²: As despesas liquidadas do quadro compreendem as liquidações do orçamento do exercício e também os restos a pagar não processados liquidados. As despesas pagas consideram os pagamentos dos empenhos emitidos no próprio exercício e também os restos a pagar não processados e processados pagos.

5.3 Principais desafios e ações futuras

Por ser uma empresa pública dependente, a Codevasf está suscetível a crises econômicas, políticas e fiscais do governo brasileiro. Em um cenário de restrição de gastos públicos, a Empresa sofre com os cortes e contingenciamentos orçamentários e financeiros.

Afim de atender aos objetivos traçados pela Empresa, é necessário alinhar a execução das iniciativas com o seu orçamento. As limitações impostas, bem como a liberação tardia dos créditos prejudicam a execução das despesas previstas, fazendo com que tenham que ser realizados remanejamento e priorização na alocação dos recursos. Esse fator traz como consequência paralisação de obras, readequação de valores de contrato, adiamento ou atrasos nos projetos e ações que contribuem para o alcance das metas dos objetivos estratégicos, bem como impacta o funcionamento de serviços essenciais para manutenção da instituição.

Diante do contexto, a Empresa tem como desafio minimizar a dependência do Tesouro e aprimorar a gestão orçamentária e financeira, buscando ações estratégicas para torná-la eficiente e eficaz. Para isso, estão previstas as seguintes ações futuras:

- ✓ Elaborar e executar os orçamentos anuais alinhados com o Plano Estratégico Institucional – PEI e o Plano Anual e Negócios - PAN. O processo iniciou-se em 2018 e encontra-se em fase de implantação e melhorias;
- ✓ Promover a cultura de planejamento da execução das despesas permitindo a máxima previsibilidade possível aos gastos ano após ano;
- ✓ Melhorar a sistemática de planejamento e controle da dotação orçamentária da Codevasf;
- ✓ Implantar medidas de transparência dos gastos e da priorização das despesas para melhorar a priorização de alocação de recursos, para isso, a Empresa está trabalhando na elaboração e implantação de gestão de projetos e portfólios de projetos segundo o PMBOK, PMI, PMP;
- ✓ Preservar a disponibilidade orçamentária para as prioridades do Órgão mesmo em um cenário econômico desfavorável;
- ✓ Manter o nível de investimentos em tecnologia da informação e comunicação;
- ✓ Utilização da Tecnologia da Informação como instrumento de inovação e transformação na Empresa, com foco no papel estratégico e não apenas como departamento de informática, auxiliando inclusive nas tomadas de decisões, influenciando a cultura, o planejamento e a estrutura da organização;
- ✓ Fortalecer e capacitar a equipe de técnicos do orçamento e finanças;
- ✓ Ampliar a utilização de ferramentas tecnológicas para otimizar as rotinas orçamentárias;
- ✓ Oferecer aos gestores informações orçamentárias e financeiras tempestivas, fiéis e claras, e
- ✓ Contratação de consultoria a fim de assessorar a Codevasf na elaboração de diagnóstico organizacional e na proposição de alternativas para a sustentabilidade financeira da Empresa, de forma a reduzir a dependência dos aportes financeiros do Tesouro Nacional.

5.4 Gestão de Pessoas

5.4.1 Conformidade legal

A Codevasf é regida por seu Estatuto Social, pelas Leis nº 6.088, de 16 de julho de 1974, e nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelos Decretos nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e nº 8.207, de 13 de março de 2014 e, subsidiariamente, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais normas de direito aplicáveis.

5.4.2 Avaliação da força de trabalho

A Empresa teve seu quadro de pessoal limitado em 1.773, conforme estabelecido na Portaria nº 8, de 20 de dezembro de 2016, da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, dentre os quais 17 são anistiados.

Quantitativo de pessoal

Quadro 19- Força de trabalho

Tipologia do Cargo	2018	2017
1.Empregados de carreira	1.701	1.708
(-) cedidos	(61)	(90)
2.Empregados comissionados	35	32
3.Diretor-presidentes e diretores	4	4
4.Total da Força de Trabalho	1.679	1.654

Fonte: Sistema Menthor – Relatório da Gerência de Gestão de pessoas – AA/GGP

Observa-se uma variação negativa na quantidade de empregados de carreira da Empresa (item 1) em relação ao ano anterior. A redução deve-se a ausência de concurso público vigente que possibilite a contratação pela Codevasf e os desligamentos ocorridos em 2018.

Apesar da redução do quantitativo de empregados de carreira, houve um aumento na força de trabalho (item 4) resultante de uma política de redução/restrição na cessão de pessoal, o que culminou com o retorno de cerca de 30 empregados que estavam cedidos a outros órgãos.

Perfil do nosso efetivo

Gráfico 10 --Distribuição por escolaridade

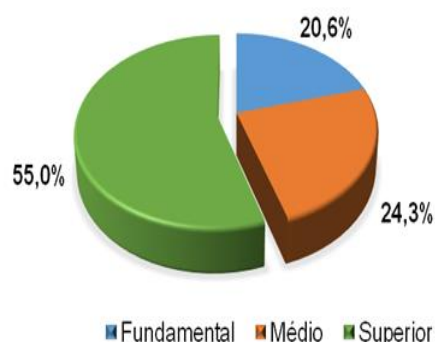
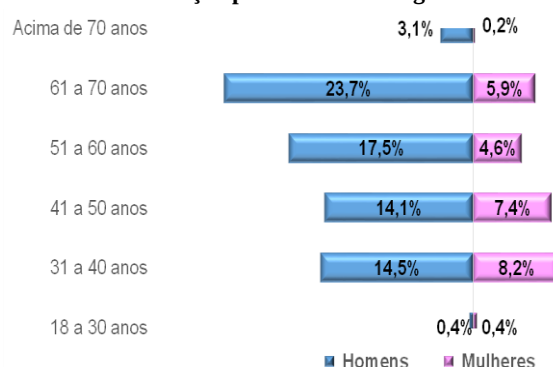


Gráfico 11- Distribuição por faixa etária e gênero



Fonte: Sistema Menthor – Relatório da Gerência de Gestão de pessoas – AA/GGP

O gráfico 11 demonstra uma população de empregados envelhecida, em que mais de 55% dos empregados possuem mais de 51 anos e apenas 0,8% tem menos de 30 anos. Com a aprovação do Programa de Desligamento Incentivado – PDI/2018, estima-se uma saída de mais de 450 pessoas até o final de 2019, gerando uma redução de aproximadamente 26% do quadro de pessoal.

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoal

a) Concurso público

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por meio de concurso público. O último certame para reposição de pessoal da Codevasf foi realizado em 2008, tendo o objeto de seu edital já expirado.

Apesar da necessidade de seleção de novos empregados, a realização de concurso público foi prejudicada devido a questões impeditivas, como uma ação civil pública e a redução do quadro de pessoal pela Portaria nº 17, de 22 de dezembro de 2015, e Portaria nº 8, de 20 de dezembro de 2016, da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST.

No entanto, estima-se a elaboração de um novo concurso para preenchimento das vagas que serão abertas em decorrência do Programa de Desligamento Incentivado - PDI vigente.

b) Programa de realocação de empregados

A Codevasf dispõe da Norma de Remanejamento de Empregados que tem por objetivo a realocação de pessoal entre as suas unidades orgânicas, conciliando os interesses dos empregados e as atividades da Empresa.

5.4.3 Detalhamento da despesa com pessoal

No exercício de 2018, houve um aumento de 2,16% de despesas com pessoal em relação ao ano anterior em decorrência do pagamento de ajustes do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017, que teve reflexo somente em julho de 2018, retroativo a maio de 2017.

Tabela 2 – Despesa com pessoal 2017 x 2018 (Em Reais)

Despesa	2018	2017
Vencimentos e Vantagens fixas	209.861.574	252.892.175
Gratificações	53.054.629	32.742.267
Adicionais	44.824.686	18.578.739
Indenizações	452.840	2.327.710
Demais despesas variáveis	3.531.677	0
Decisões judiciais	2.886.310	1.418.102
Total	314.611.716	307.961.013

Fonte: Tesouro gerencial

5.4.4 Estágio

A operacionalização do Programa de Estágio da Codevasf ocorreu, em 2018, por meio do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, contrato nº 0.208.00/2013, que estabelece um quantitativo de 202 (duzentas e duas) vagas de estágio não obrigatório (remunerado) e 45 (quarenta e cinco) vagas de estágio obrigatório (não remunerado).

Tabela 3–Despesa anual com estagiários

Quantitativo	2018	2017
247 vagas	R\$ 1.123.460,80	R\$ 1.132.077,81

Fonte: Relatório da Gerência de Gestão de Pessoas - AA/GGP

No ano de 2018, novas contratações foram suspensas no período de outubro a dezembro para adequações de sistema e dados a serem repassados ao e-Social, o que justifica a redução de investimento com o Programa de estágio em relação aos anos anteriores.

5.4.5 Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

A Codevasf promove o acompanhamento contínuo do desempenho de seus colaboradores, sendo este sustentado pelos resultados, competências e comportamentos, valorizando e reconhecendo as atitudes e entregas de destaque para o alcance dos resultados institucionais.

Desde 2009, a progressão dos empregados ocorre anualmente por meio de avaliação de competências e desempenho, contemplando as progressões por merecimento, escolaridade e antiguidade. No modelo vigente na Empresa, o mérito é amplamente priorizado em detrimento da antiguidade.

5.4.6 Capacitação: estratégia e números

Durante o ano de 2018, continuou em vigor a Decisão nº 099/2015, emitida pela Presidência da Codevasf, que limita a realização de despesas com diárias, passagens aéreas e outras discricionárias, além de suspender a participação de empregados em seminários, palestras, cursos, congressos e eventos afins, tendo em vista as dificuldades financeiras e orçamentárias ocorridas nos últimos anos no Governo Federal.

Foram investidos R\$ 240 mil em capacitação e com esse recurso foi possível capacitar/treinar 739 empregados. Apesar das limitações, a Unidade de Desenvolvimento de Pessoas empreendeu esforços para a viabilização de 221 eventos, para tanto, contou com parceiras com instituições externas, instrutoria interna e a utilização de tecnologias de educação a distância (educação corporativa da Codevasf) e videoconferência.

Como em anos anteriores, a Empresa incentivou o autodesenvolvimento dos seus empregados, fazendo com que estes buscassem, por motivação própria, participar de eventos de capacitação, em especial, na modalidade ensino a distância. Assim, além das capacitações acima citadas, promovidas pela unidade responsável pela gestão de pessoas, houve 650 (seiscentos e cinquenta) participações de empregados em eventos de capacitação.

5.4.7 Qualidade de vida no trabalho

Uma das principais preocupações da Codevasf é o bem-estar e a qualidade de vida dos seus empregados, para que possam melhor desempenhar suas atividades e refletir num ganho de produtividade para a Empresa.

Dentre as ações de qualidade de vida promovidas pela Codevasf aos seus empregados no ano de 2018, destacam-se a campanha de vacinação contra a gripe, que teve participação de cerca de 70% do quadro de pessoal da Empresa, a prevenção de doenças ocupacionais com a realização de exames periódicos por mais de 90% dos empregados, bem como oferta de programa de ginástica laboral que objetiva reduzir os riscos de doenças ergonômicas para as equipes de trabalho.

5.4.8 Principais desafios e ações futuras.

O principal desafio para o futuro será o redimensionamento da força de trabalho da Codevasf, visando adequar em termos quantitativos e qualitativos a alocação de empregados nas diversas unidades orgânicas da Codevasf. Com isso, será possível o ganho de eficiência e efetividade na busca pelo atingimento das metas e objetivos estratégicos da Empresa.

Além disso, com o atual cenário de expansão da área de atuação da Codevasf e com a vigência do Programa de Desligamento Incentivado - PDI, a ser implantado em 2019, torna-se iminente a necessidade de recrutamento de novos talentos, visando suprir as necessidades mais sensíveis do quadro de pessoal. Para isso, serão iniciados em 2019 estudos e avaliações para a realização de concurso público.

5.5 Gestão de Licitações e Contratos

5.5.1 Conformidade legal

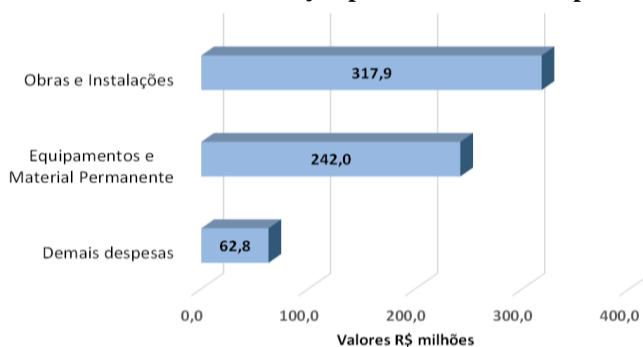
Os contratos celebrados pela Codevasf destinados à contratação de serviços, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, são precedidos de licitação em atendimento à Lei nº 8.666/93, à Lei nº 13.303/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016.

5.5.2 Detalhamento dos gastos com contratação

No exercício de 2018 foram contratados serviços, aquisição de equipamentos e material na ordem de R\$ 622,6 milhões, onde os investimentos em obras e instalações corresponderam a 51% do total contratado.

A maior concentração dos elementos de despesa apresentados no gráfico 12, deve-se a característica da Empresa que tem como missão desenvolver as regiões nas áreas em que atua, por meio de execução de obras, serviços ou fornecimento de máquinas e equipamentos.

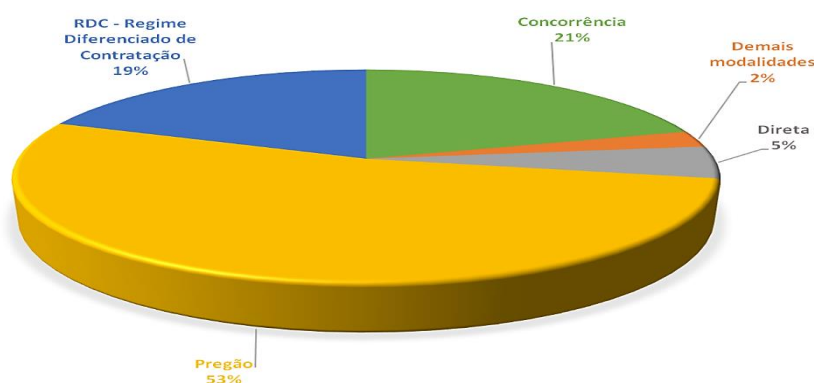
Gráfico 12- Contratação por elemento de despesa



Fonte: Tesouro Gerencial e SIGEC- Sistema de Gestão de Convênios e Contratos

Quanto à modalidade de licitação, a Codevasf segue as legislações vigentes, contratando sempre por meio do processo licitatório, ressalvado os casos previstos nos artigos 29 e 30 da Lei nº 13.303/2016.

Gráfico 13 - Contratações por modalidade de licitação



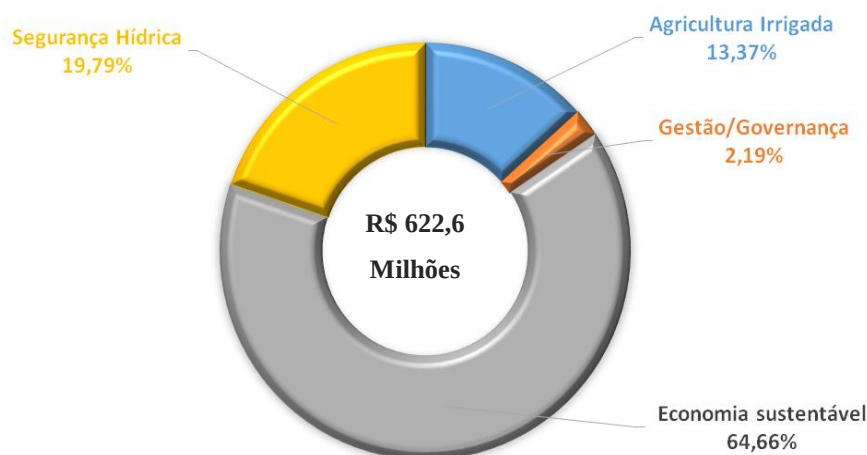
Fonte: Tesouro Gerencial e SIGEC- Sistema de Gestão de Convênios e Contratos

Conforme gráfico 13, apenas 5% das contratações foram realizadas de maneira direta, tendo a contratação de serviço de energia elétrica como o maior volume nas modalidades de dispensa e inexigibilidade.

5.5.3 Contratações por tema estratégico

Dentre as contratações realizadas em 2018, destaca-se o tema “Economia Sustentável” que tem as ações concretizadas, em sua maioria, com recursos oriundos de emendas parlamentares individuais. Por compor o orçamento impositivo, a execução desse recurso tem caráter obrigatório.

Gráfico 14 - Contratações por tema estratégico



Fonte: Tesouro Gerencial e SIGEC- Sistema de Gestão de Convênios e Contratos

Em contrapartida, os projetos dos temas “Agricultura Irrigada” e “Segurança Hídrica” eram cobertos, predominantemente, pelos recursos do Programa de Aceleração e Crescimento – PAC. Com ajustes ocorridos no programa em 2018, alguns projetos sofreram ajustes orçamentários ou foram retirados da carteira, o que prejudicou a execução dos empreendimentos que compõem os referidos temas.

5.5.4 Principais desafios e ações futuras

Um dos desafios da Empresa é desdobrar o planejamento estratégico em ações. Para isso, faz-se necessário um controle interno para verificar se as contratações previstas estão alinhadas com as metas e objetivos dos planos instituídos.

Por ser uma empresa pública, o processo licitatório torna-se um processo crítico essencial para viabilizar uma boa prestação de serviços e entregas de bens ao seu público alvo. Nesse sentido, é fundamental que haja um aperfeiçoamento desse processo de forma a garantir maior agilidade das licitações, o que contribuirá para aumentar as chances de sucesso da execução orçamentária e dos contratos celebrados.

5.6 Gestão Patrimonial e Infraestrutura

5.6.1 Conformidade legal

A Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico - AA, na Sede, e seus rebratamentos nas Superintendências Regionais, aplicam em sua gestão patrimonial as normas emanadas da Constituição Federal, da Lei nº 4.320/64, da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), e dos regimentos, regulamentos e normativos internos da Codevasf.

5.6.2 Principais investimentos

No exercício de 2018, os principais investimentos se concentraram em ações voltadas para a melhoria da infraestrutura dos prédios da Sede e de Superintendências Regionais, bem como de aquisição de equipamento necessário para o suporte logístico.

Foram investidos R\$ 1,3 milhão em obras de revisão, manutenção das dependências, adequações para acessibilidade e aquisição de mobiliários. Estas ações estão em consonância com o objetivo estratégico “Assegurar a Logística Corporativa” que estabelece uma linha de ação, com o intuito de prover infraestrutura e serviços nas condições adequadas para o bom funcionamento das atividades organizacionais.

Tabela 4 – Valores investidos patrimônio e infraestrutura - 2018

Tipo de Investimento	Valor R\$
Infraestrutura (revisão e manutenção das dependências)	553.078,53
Equipamentos	111.324,25
Mobiliário	378.334,75
Veículo	122.900,00
Obra de adequação para acessibilidade	87.719,08
Revisão e manutenção dos equipamentos da central de ar condicionado	107.000,00
Total	1.360.356,61

Fonte: Relatório da Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico - AA

5.6.3 Desfazimento de ativos

A gestão do controle de patrimônio na Codevasf é realizada na Sede pela Gerência de Patrimônio, Material e Serviços Auxiliares - AA/GSA, por meio da Unidade de Patrimônio e Material – AA/GSA/UPM, e nas Superintendências Regionais por meio das Unidades Regionais de Serviços Auxiliares - GRA/USA, subordinadas diretamente às Gerências Regionais de Administração - GRAs.

No exercício de 2018 foram realizadas doações e baixa de bens da Codevasf em suas unidades descentralizadas.

Tabela 5 – Desfazimento bens - 2018

Tipo	Quantidade
Bens doados em conformidade com a legislação	92*
Baixa de bens considerados inservíveis	1
Baixa de bens objeto de sinistro	1
Total	94

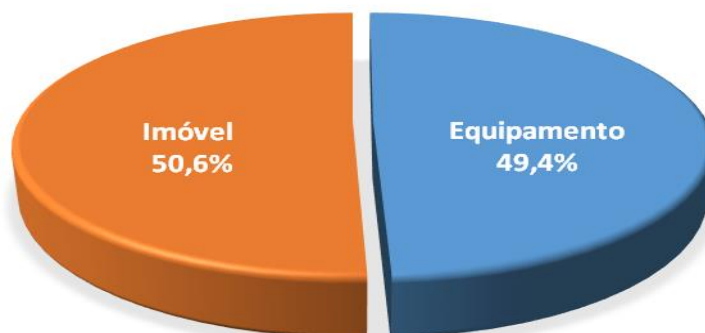
Fonte: Unidade de Patrimônio e Material –AA/GSA/UPM

Nota: * - Bens doados para fins de uso institucional e destinação social

5.6.4 Locações de imóveis e equipamentos

A Codevasf gasta R\$ 390 mil ao ano com contratos de locação de equipamentos de reprografia/outsourcing, bem como aluguel de imóveis utilizados nas atividades

Gráfico 15- Gastos com locação de equipamentos e imóveis



Fonte: Unidade de Patrimônio e Material –AA/GSA/UPM

5.6.5 Principais desafios e ações futuras

O principal desafio da Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico - AA é realizar ações que permitam continuamente oferecer melhores condições para assegurar a logística corporativa e fortalecer a infraestrutura necessária para a operacionalização das unidades descentralizadas.

Existem reformas necessárias em diversas dependências, na Sede e Superintendências Regionais, tanto no quesito estrutural, elétrico e de renovação de mobiliário. Além disso, aquisição de veículos para atender à necessidade de visita na área de atuação.

5.7 Gestão da Tecnologia da Informação

5.7.1 Conformidade legal

A Codevasf está num processo de melhoria contínua da conformidade legal da gestão da sua Tecnologia da Informação. Ela vem evoluindo a sua normatização interna e seus processos, aprimorando a gestão e a governança de TI, conforme um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal e órgãos de controle e, também, com base nas melhores práticas de mercado.

5.7.2 Modelo de governança de TI

O modelo de Governança de TI da Codevasf tem como principal papel garantir o controle sobre os resultados de tecnologia da informação, resultante das ações identificadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, alinhados aos objetivos estratégicos de TI identificados no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI e objetivos e iniciativas estabelecidos no Plano Estratégico Institucional - PEI.

O acompanhamento da execução do PETI, que tem por objetivo assegurar que as metas e objetivos da TI estejam fortemente alinhados com o PEI e PDTI, é efetuado pela Unidade de Governança de Tecnologia da Informação – AE/GTI/UGT e coordenado pela Gerência de Tecnologia da Informação - AE/GTI, da Área de Gestão Estratégica - AE da Codevasf.

O Comitê de Tecnologia da Informação - Comti, criado pela Decisão nº 1771, de 13 de dezembro de 2012, é um colegiado de caráter consultivo que tem por finalidade promover e monitorar o alinhamento das ações de TI às diretrizes estratégicas da Codevasf a serem submetidas à aprovação da Diretoria Executiva da Empresa.

5.7.3 Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI)

O alinhamento do PETI ao PEI foi realizado segundo mapeamento dos eixos estratégicos do PEI aos objetivos estratégicos de TI, segundo relação estabelecida para suportar as linhas de negócio da Empresa, conforme quadro abaixo:

Quadro 20 - Alinhamento PETI x PEI

Objetivos Estratégicos de TI	Eixos Estratégicos Institucionais	EEI01	EEI02	EEI03	EEI04
	Alinhamento Estratégico de TI com os eixos estratégicos institucionais	SOCIEDADE	ORÇAMENTÁRI A E FINANCEIRA	PROCESSOS DE NEGÓCIOS	DESENVOLVIM ENTO INSTITUCIONA
OTI01	Garantir o desenvolvimento de competências na força de trabalho de TI	•	•	•	•
OTI02	Garantir qualidade e integridade da informação, por meio da estruturação de uma base de conhecimento corporativa	•	•	•	•
OTI03	Aprimorar o relacionamento com as Unidades Regionais de TI				•
OTI04	Garantir a estrutura de TI apropriada para as atividades administrativas e finalísticas	•	•	•	•
OTI05	Aprimorar a Segurança da Informação	•	•	•	•
OTI06	Aperfeiçoar a Governança de TI			•	•
OTI07	Garantir continuidade e disponibilidade dos serviços de TI	•	•	•	•
OTI08	Implantar modelo de gestão de demandas da área de TI	•	•	•	•
OTI09	Garantir a gestão e execução dos recursos orçamentários	•	•	•	•
OTI10	Garantir um percentual de no mínimo 2% do orçamento da Codevasf para a TI	•	•	•	•
OTI11	Promover transparência e acessibilidade por meio das soluções de TI	•			•
OTI12	Melhorar a entrega e a qualidade dos produtos e serviços de TI por meio da avaliação do nível de satisfação dos usuários	•	•	•	•

Fonte: Área de Gestão Estratégica/ Gerência de Tecnologia da Informação

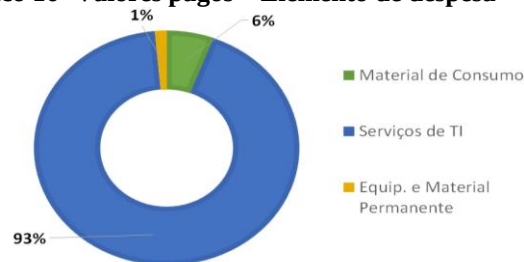
5.7.4 Montante de recursos aplicados em TI

Em 2018, a Codevasf investiu R\$ 4,9 milhões em ações de tecnologia da informação definidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI e no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI.

Tabela 6 – Montantes aplicados em TI

Grupo de Despesa	Valores Pagos (R\$)
Custeio	4.394.760,27
Investimento	573.592,55
Total Geral	4.968.352,82

Gráfico 16 -Valores pagos – Elemento de despesa



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal - SIOP

5.7.5 Principais iniciativas e resultados na área de TI por objetivo estratégico (PEI)

As iniciativas da Tecnologia da Informação foram concentradas no objetivo estratégico “*Aprimorar a TI Corporativa e as competências para sua utilização*” com o intuito de utilizar a tecnologia da informação como instrumento de inovação e transformação na Empresa, com foco no papel estratégico e não apenas como departamento de informática, auxiliando inclusive nas tomadas de decisões, influenciando a cultura, o planejamento e a estrutura da organização. No quadro abaixo, são apresentados os projetos mais relevantes, valores contratados e pagos no exercício.

Quadro 21 – Principais iniciativas e resultados de TI - 2018

Iniciativas Estratégicas	Serviço/Produto	Valor contratado (R\$)	Valor Pago 2018 (R\$)	Principais Resultados (Benefícios e Impactos)
Ampliar a disponibilidade dos serviços de TI	Prestação de Serviço Outsourcing de Impressão da Codevasf	4.473.018,00	204.617,48	Controlar e racionalizar os recursos de impressão em todo o ambiente de trabalho, com uniformização de processos e padronização tecnológica dos equipamentos e produtos finais de impressão.
	Aprimorar a capacidade de interligar e integrar a sede e as representações regionais na rede da Codevasf	534.215,44	534.215,44	Melhoria da transferência de informações, do acesso e utilização dos sistemas de informação corporativos e externos.
	Solução de Segurança de Infraestrutura de Rede	1.410.500,00	1.374.500,00	Melhoria da disponibilidade dos serviços prestados de TI, maior segurança para o tráfego das informações na rede interna e externa da Codevasf.
	Aquisição de nova Solução de Videoconferência da Codevasf	1.195.700,00	1.081.700,00	Redução de custos e promoção de uma maior interação entre os empregados e entidade externas.
	Implantar nova solução de correio eletrônico	670.000,00	116.666,00	Serviço de correio eletrônico com melhor performance e mais funcionalidades, além de maior segurança no armazenamento e tráfego das mensagens dos usuários.
Aprimorar a governança de TI	Consolidar a Política de Segurança da Informação e Comunicações na Codevasf	-	-	Institucionalização da Política de Segurança da Informação e Comunicações da Codevasf, indicação do Gestor de Segurança da Informação, constituição do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações e da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais.
Modernizar processos de negócio por meio de sistemas de informação corporativos	Realizar manutenção evolutiva do Sistema de Gestão de Projetos e Atividades - SGPA (módulo monitoramento)	-	-	Implantação do módulo de monitoramento, permitindo o registro do acompanhamento dos projetos e atividades realizados pela Codevasf.
	Desenvolver o módulo Planejamento Orçamentário do Sistema de Gestão Orçamentária	-	-	Implantação do módulo de Planejamento Orçamentário permitindo o acompanhamento e a identificação da disponibilidade orçamentária, e aprimorando a gestão sobre os recursos orçamentários disponíveis na Codevasf.
Total		8.283.433,44	3.311.698,92	

Fonte: Área de Gestão Estratégica/Gerência de Tecnologia da Informação

5.7.6 Segurança da informação

A Política de Segurança da Informação e Comunicações – Posic, aprovada pela Resolução nº 141, de 27 de março de 2018, é o instrumento balizador das ações de Segurança da Informação na Codevasf. Por meio desse documento, foram instituídos o Comitê de Segurança da Informação – CSIC e a Equipe de Tratamento de Incidentes de Redes Computacionais – ETIR, estabelecendo competências para o Gestor de Segurança da Informação e das Comunicações e adicionadas competências referentes à segurança da informação à Gerência de Tecnologia da Informação – AE/GTI.

O CSIC é multidisciplinar, sendo composto por representantes de toda a Empresa. A Decisão nº 922, da Presidência da Codevasf, de 15 de junho de 2018, designou empregados para compor esse Comitê, em caráter temporário, com atribuições de executar as competências definidas no art. 8º da POSIC e de elaborar o Regimento Interno que disciplina o funcionamento do CSIC.

A ETIR é um grupo técnico operacional acionado pela AE/GTI para a solução de um incidente crítico foi constituída e designada para executar as competências definidas no art. 9º da Posic e elaborar o regimento interno que regula seu funcionamento. A Determinação nº 002, da Área de Gestão Estratégica – AE, de 05 de junho de 2018, designou empregados lotados na Gerência de Tecnologia da Informação - AE/GTI para compor, em caráter temporário, a equipe que atuará no tratamento e resposta a incidentes de segurança da informação.

O Gestor de Segurança da Informação e das Comunicações foi designado pela Determinação nº 002 da AE, de 05 de junho de 2018, para cumprir o estabelecido na Instrução Normativa nº 01 do Gabinete de Segurança Institucional - GSIC da Presidência da República, de 13 de junho de 2008, que disciplina a Gestão de Segurança da Informação e das Comunicações no âmbito da Administração Pública Federal – APF. Sendo assim, o Gestor de Segurança da Informação é o responsável pelas ações de Segurança da Informação e Comunicações no âmbito da Codevasf.

Vale ressaltar que cabe ao Gestor de Segurança da Informação e Comunicações a coordenação do CSIC e da ETIR, conforme artigo 10, inciso I da Posic. Desse modo, os trabalhos de elaboração do Regimento Interno do CSIC e da ETIR foram coordenados por esse gestor em conjunto com a equipe multidisciplinar da ETIR.

A Unidade de Governança de Tecnologia da Informação – AE/GTI/UGT está trabalhando em conjunto com o Gestor de Segurança da Informação nas ações aprovadas pela Posic, dentre elas:

- I- Monitoramento diário do tráfego de rede, analisando vulnerabilidades, ameaças, acessos indevidos, falhas de segurança no acesso ao firewall e controle de acessos dos usuários internos.
- II- Monitoramento diário dos acessos ao e-mail, analisando phishing, ataques de engenharia social, ataques de *scam* e avaliação das listas brancas e negras do e-mail.
- III- Estabelecimento do catálogo de serviços de segurança da informação.
- IV- Estudo dos elementos constantes de um Plano de Segurança da Informação e Comunicações – PSIC da Codevasf.

O acompanhamento das atividades de segurança da informação é efetuado pela Unidade de Governança de Tecnologia da Informação – AE/GTI/UGT, coordenada pela Gerência de Tecnologia da Informação – AE/GTI, da Área de Gestão Estratégica - AE da Codevasf.

5.7.7 Principais desafios e ações futuras

Dentre os principais desafios identificados destacam-se a condução dos projetos e atividades atribuídas à Gerência de Tecnologia da Informação, com a redução do quadro de empregados lotados na gerência, em função de afastamentos, sem a reposição de novos empregados por meio de concurso

público. Tal situação compromete não somente a gestão, mas também a governança de TI. Diante disso, foram identificados os seguintes riscos:

- ✓ alongamento do prazo na execução de projetos;
- ✓ limitação na possibilidade de automatização de processos internos;
- ✓ perda do conhecimento técnico;
- ✓ aprisionamento e condicionamento tecnológico com relação a fornecedores e prestadores de serviço; e
- ✓ sobrecarga às chefias da área de TI, trazendo-lhes, ainda, óbices em exercer mais eficazmente as funções de planejamento, direção, coordenação e avaliação dos respectivos trabalhos, assim como exercer a liderança administrativa eficaz e eficiente perante suas equipes.

Outros desafios são:

- ✓ melhoria do modelo de Governança de TI, com a implantação dos processos para gerenciamento de serviços de TI;
- ✓ institucionalização da metodologia de gerenciamento de projetos de TI;
- ✓ gestão de portfólio de demandas e projetos de TI;
- ✓ implantação de solução de gestão de conteúdo corporativos na Empresa, com o objetivo de reduzir gastos com impressão, maior segurança da informação e agilizar os trâmites dos processos administrativos na Sede e nas Superintendências Regionais; e
- ✓ implantação de solução integrada para gestão, operação e manutenção dos ativos no centro de controle e operação do PISF.

5.8 Sustentabilidade Ambiental

5.8.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

A Empresa, preocupada com a melhor utilização da verba pública e em atendimento à legislação vigente, vem se adequando à nova visão de sustentabilidade, a fim de assegurar o equilíbrio entre custo e benefício. Nesse sentido, a Codevasf está inserindo diretrizes e critérios de sustentabilidade em seus editais, processos e contratos. Para isso, as minutas-padrão de licitação da Empresa estão em processo de atualização, constituindo-se em uma obrigação em todos os instrumentos de compras, contratações e obras da Empresa.

5.8.2 Plano de Logística Sustentável



Plano de Gestão de
Logística Sustentável

A Codevasf, em consonância com as orientações da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP, dispostas no Decreto nº 7.746/2012 e na Instrução Normativa nº 10/2012, elaborou, em 2015, o seu Plano de Logística Sustentável - PLS, disponível no seguinte endereço eletrônico:
http://www2.codevasf.gov.br/programas_acoes/acoes-ambientais-1/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-pls-1

A Comissão de Implantação e Gestão do Plano de Logística Sustentável da Codevasf elaborou e encaminhou à Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP, o segundo relatório de acompanhamento do PLS-Codevasf/Sede, com o objetivo de tornar público as atividades socioambientais desenvolvidas na Empresa no período de março/2017 a março/2018 e o monitoramento das ações por meio dos resultados dos indicadores constantes do Plano.

Os documentos podem ser acessados por meio do sítio da Codevasf, e pelo portal de transparência pública, em: <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/assets/conteudo/uploads/2%C2%BA-relatoriopls20172018-codevasf.pdf>

Em conformidade com o previsto no PLS-Codevasf/Sede em Brasília, três Superintendências Regionais, 1ª SR/MG, 2ªSR/BA e 5ª SR/AL, elaboraram os seus PLSs de acordo com a realidade de cada Regional. Os planos foram homologados pelos respectivos Superintendentes Regionais e aprovados pelos Comitês de Gestão Executiva das Superintendências Regionais, por meio de Resoluções Regionais, publicados e encaminhados à Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.

Atualmente, essas Superintendências Regionais se encontram nos procedimentos de formalização das Comissões de Implantação e Gestão dos seus Programas de Logística Sustentável - PLSs, e as outras Regionais, estão em fase preliminar de constituição e formalização das Comissões de Elaboração do PLS.

Inauguração do “Ecoponto”



O Ecoponto - local destinado ao armazenamento de coletores de resíduos – foi implantado, em setembro de 2018, pela Comissão do PLS/Sede, com o apoio das Comissões de Gestão de Resíduos e da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P. O espaço está à disposição dos empregados como alternativa ambientalmente correta para o descarte de diferentes tipos de materiais, como papéis, pilhas, medicamentos vencidos e equipamentos eletrônicos etc. O descarte final desses materiais é feito com apoio dos seguintes parceiros: Projeto Biguá - da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - Caesb; coleta seletiva do serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU/DF; Cooperativa de Reciclagem, Trabalho e Produção - Cortrap, Estação de Metarreciclagem e Belfort Ambiental, dentre outros.

Ações para redução do consumo de recursos naturais

A política ambiental da Codevasf prevê a adoção de processos tecnológicos que visem estimular as alternativas de produção redutoras de desperdícios, geradoras de produtos com ciclo de vida mais longo e de menor impacto sobre o meio ambiente.

Quadro 22– Consumo recursos naturais

Recurso Consumido	Quantidade		Valor (R\$)	
	Exercícios			
	2018	2017	2018	2017
1 - Energia elétrica (MWh)	3.221	3.426	2.299.530,97	2.074.016,93
2 - Telefonia (min.)	500.877	724.380	354.869,79	670.848,52
3 - Água (m3)	19.511	21.403	368.033,53	396.159,42
4 - Papel (resma)	7.833	6.134	117.668,09	76.888,86
5 - Copos descartáveis (50 e 200 ml)	11.314	6.810	37.931,86	17.320,96
Total	-	-	3.178.034,24	3.235.234,69

Fonte: Gerência de Patrimônio, Material e Serviços Auxiliares-AA/GSA

6 Demonstrações Contábeis

6.1 Declaração do contador¹

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Branco Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) regidos pela Lei nº 4.320/ 1964) e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC 1.133/2008, relativos ao exercício 2018, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, exceto no tocante a:

- a) **Balanço Patrimonial** há restrição com Ordem Bancária Cancelada, em função da alteração da rotina de reapresentação do documento, pelo Tesouro Nacional, não sendo possível a regularização em tempo hábil.
- b) **Balanço Financeiro** há Convênios A Comprovar e A Aprovar, com data expirada. A empresa está concluindo levantamento detalhado dos convênios e termos de compromisso, visando manter o controle sistematizado, para dirimir a não comprovação por parte dos convenientes ou compromissários, bem como está trabalhando em seus processos internos, objetivando a celeridade nos procedimentos de análise das prestações de contas de convênios e termos de compromissos.
- c) **Balanço Patrimonial** apresentado saldo decorrente da falta ou atraso referente retenção ou recolhimento de tributos, em função de despesas liquidadas na competência, com as deduções efetuadas, mas não pagas dentro do período.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2018

JAKLINE GUITTON
CONTADORA CRC-MT 7894/05-DF
CPF: 567.879.601-15

¹ Os demonstrativos originais assinados podem ser acessados por meio do endereço eletrônico: <http://www2.codevasf.gov.br/empresa/balanco>

6.2 Demonstrações Contábeis

6.2.1 Balanço Patrimonial

				R\$ milhões			
ATIVO	Notas	Dez/2018	Dez/17	PASSIVO	Notas	Dez/18	Dez/17
Ativo Circulante		<u>270,2</u>	<u>244,2</u>	Passivo Circulante		<u>308,1</u>	<u>316,0</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	03	133,3	96,1	Obrigações Trabalhistas, Previd. Assist.	10	67,6	42,0
Créditos a Curto Prazo - Faturas	04	56,8	48,1	Salários a pagar		21,2	0,0
Faturas/Duplicatas		65,7	49,0	Previdência Privada Complementar		08,3	0,2
(-) Ajuste para Perdas		-08,9	-01,0	Provisões para Férias, 13º Salário e Encargos		38,0	41,8
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	05	<u>80,1</u>	<u>100,1</u>	Fornecedor Nacional e Contas a pagar	11	57,4	40,6
Adiantamentos Concedidos		02,6	02,6	Obrigações Fiscais	12	0,1	0,0
Tributos a Recuperar/Compensar		08,3	05,9	Demais Obrigações	13	183,1	233,4
(-) Ajuste para Perdas sobre Créditos Apurados		-17,8	-0,2			-	-
Depósitos Restituíveis e Valores		0,7	0,6			-	-
Outros Créditos a Receber		85,6	90,7			-	-
Estoques de Almoxarifado		0,6	0,4				
Despesas pagas antecipadamente		0,2	0,1				
Ativo Não Circulante		<u>1.700,8</u>	<u>1.179,2</u>	Passivo Não Circulante		<u>190,2</u>	<u>2.542,7</u>
Realizável a Longo Prazo	06	<u>46,0</u>	<u>49,1</u>	Obrigações a Longo Prazo	14	<u>190,2</u>	<u>2.542,7</u>
Créditos de Longo Prazo - Faturas		03,6	04,8	Previdência Privada e Complementar		37,2	0,0
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		42,2	44,1	Obrigações Fiscais		03,6	03,6
Títulos Públicos - Letras Especiais		0,1	0,1	Provisões - Riscos de Passivos Contingentes		149,4	141,5
Investimentos - Participações Permanentes	07	03,1	03,7	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		0,0	2.397,6
Imobilizado	08	<u>1.648,9</u>	<u>1.125,4</u>	Patrimônio Líquido	15	<u>1.472,7</u>	<u>-1.435,3</u>
Bens Móveis		204,6	104,2	Capital Social		2.625,0	2.208,1
(-) Depreciação		-26,9	-16,4	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		427,1	480,2
Bens Imoveis		1.492,7	1.058,5	Reservas de reavaliação		0,0	0,0
(-) Depreciação		-21,4	-20,8	Prejuízos acumulados		-1.579,5	-4.123,7
Intangível	09	02,8	01,0				
TOTAL DO ATIVO		1.971,0	1.423,4	TOTAL DO PASSIVO		1.971,0	1.423,4

Fonte: Gerência da Contabilidade - AA/GCB

Nota: As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

6.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício

R\$ milhões

Descrição	Notas	Dez/18	Dez/17
Receita Operacional Bruta - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		27,12	67,93
(-) Deduções da Receita		-1,12	-0,42
RECEITA LÍQUIDA	16	26,00	67,51
LUCRO BRUTO		26,00	67,51
DESPESAS e RECEITAS		-783,88	-936,72
ADMINISTRATIVAS	17	-678,54	-528,66
Pessoal e Encargos sociais		-480,28	-411,69
Material de Consumo		-5,08	-2,45
Diárias		-1,50	-1,09
Serviços de Terceiros		-172,48	-104,31
Depreciação		-17,39	-7,27
Tributária		-1,81	-1,85
OUTRAS DESPESAS	18	-150,60	-432,79
OUTRAS RECEITAS	19	45,26	24,74
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS		-757,89	-869,21
Despesas Financeiras		-69,87	-328,71
Receitas Financeiras		7,13	13,87
RESULTADO FINANCEIRO	20	-62,74	-314,84
RESULTADO ANTES DE TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS E GANHOS	21	-820,62	-1184,06
Subvenção de Custeio		622,55	530,93
Transferências para Execução Descentralizada		265,52	0,00
Ganhos/Perdas de Capital		-71,43	11,90
RESULTADO TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS E GANHOS		816,64	542,82
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO P/C.SOCIAL E IRPJ		-3,99	-641,23
LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-3,99	-641,23
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE 1000 AÇÕES		-99,32	-15.979,46

Fonte: Gerência da Contabilidade - AA/GCB

Nota: As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

6.2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa

R\$ milhões

Descrição	Nota 23	Dez/18	Dez/17
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(Lucro) Prejuízo Líquido		-3,99	-641,23
Ajustes por transações sem efeito no caixa:		140,47	-573,05
Ajustes de Exercícios Anteriores		19,22	-953,49
Redução Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		-2877,82	-1840,49
Aumento de capital Social		2945,89	2167,93
Depreciação e amortização		11,24	6,88
Provisões 13º Salários, Férias e Encargos		-3,83	8,01
Provisão de Previdência Privada Complementar		37,21	0,00
Outros débitos (Riscos Fiscais)		7,93	37,99
Participação Societária - Baixa por extinção ou inapetência da investida		0,63	0,12
Aumento/diminuição das contas do ativo/passivo circulante:		10,17	1159,98
Duplicatas a receber		-16,70	7,97
Provisão para devedores duvidosos		7,94	0,98
Estoques Almoxarifado		-0,13	0,10
Outros créditos curto prazo		20,10	1088,18
Outros créditos longo prazo		3,08	40,78
Previdência Privada Complementar curto prazo		8,43	0,17
Fornecedores		16,72	23,93
Obrigações Fiscais		0,08	-0,02
Salários e encargos sociais		20,98	-5,89
Outros débitos/contas a pagar		-50,33	3,77
Caixa líquido obtido/(aplicado) das/nas atividades operacionais		146,65	-54,31
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de bens do ativo imobilizado		-536,56	-386,30
Caixa líquido obtido/ (aplicado) nas/das atividades de investimentos		-536,56	-386,30
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - PL		427,09	480,25
Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos		427,09	480,25
AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E CAIXA EQUIVALENTES		37,18	39,64
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		96,10	56,46
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		133,28	96,10

Fonte: Gerência da Contabilidade - AA/GCB

Nota: As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

6.2.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício

R\$ milhões

Componentes	Notas	Capital Social	Adiant. Para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
SALDO EM 01/01/2017	22	40,13			0,03		-2.528,93	-2.488,77
Ajuste de Exercícios Anteriores							-953,49	-953,49
Adiantamento para aumento capital - AFAC (PnC)		2.167,93	480,25					2.648,18
Reserva de Reavaliação					0,00		0,00	0,00
Prejuízo Líquido do Exercício							-641,23	-641,23
SALDO EM 01/01/2018	22	2.208,06	480,25		0,03		-4.123,65	-1.435,32
Ajuste de Exercícios Anteriores							19,22	19,22
Adiantamento para aumento capital – AFAC		2.945,89	427,09					3.372,98
Aumento/Redução de Capital		-2.528,93	-480,25				2.528,93	-480,25
Reserva de Reavaliação					0,00		0,00	0,00
Prejuízo Líquido do Exercício							-03,99	-03,99

Fonte: Gerência da Contabilidade - AA/GCB

Nota: As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

6.2.5 Demonstração do Valor Adicionado

R\$ milhões

Descrição	Nota 24	Dez/2018	Dez/2017
1 – RECEITAS		49,60	103,38
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		26,00	67,51
Outras receitas		1,85	34,95
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Constituição		21,76	0,92
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		331,35	338,32
Materiais, energias, serviços de terceiros e outros		331,35	338,32
Materiais de Consumo		5,08	2,45
Energias, serviços de terceiros e outros		326,27	335,87
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		-281,75	-234,94
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		11,24	6,88
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		-292,99	-241,82
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		840,77	342,48
Resultado de equivalência patrimonial		0,00	0,00
Receitas financeiras		7,13	13,87
Outras		833,64	328,62
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		547,78	100,66
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		547,78	100,66
8.1) Pessoal		401,66	331,03
Remuneração direta		312,17	282,60
Benefícios		65,92	23,79
F.G.T.S		23,57	24,63
8.2) Impostos, taxas e contribuições		80,42	82,52
Federais		79,58	81,89
Estaduais		0,49	0,27
Municipais		0,35	0,36
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		69,68	328,35
Juros		69,68	328,35
8.4) Remuneração de Capital Próprios		-3,99	-641,23
Lucros retidos/Prejuízo do exercício		-3,99	-641,23

Fonte: Gerência da Contabilidade - AA/GCB

Nota: As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

6.3 Notas explicativas das demonstrações financeiras –exercício 2018

NOTA 1 – Contexto Operacional

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf é empresa pública com capital social pertencente integralmente à União, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR.

Foi criada pela Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, alterada pela Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000, Lei nº 12.040, de 1º de outubro de 2009, Lei nº 12.196, de 14 de janeiro de 2010, sendo ainda regida pela Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e, subsidiariamente, pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, por seu Estatuto Social e demais normas de direito aplicáveis.

A Codevasf tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo dos vales dos rios que compõe sua área de atuação, promovendo o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários.

A Empresa tem sede e foro no Distrito Federal e atuação nos vales dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu e Pericumã. O prazo de duração da Codevasf é indeterminado.

NOTA 2 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

- a) As demonstrações financeiras evidenciam as informações relevantes e tempestivas, ocorridas no período, e são apresentadas em comparação com o período intermediário anterior, de forma acumulada;
- b) As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância às disposições da Lei 6.404/76 e dos Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e estão apresentadas com valores expressos em reais, exceto quando indicado de maneira diversa;
- c) Caixa e Equivalentes de Caixa referem-se a Recursos da Conta Única Aplicados, Banco do Brasil e Banco Bradesco, Fundo de Aplicação Extramercado e Limite de Saque da Conta Única;
- d) As aplicações de curto prazo estão registradas pelo valor original e são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. Todos recursos aplicados são prontamente conversíveis em moeda;
- e) Os estoques de almoxarifado estão registrados pelo valor original ou custo de aquisição;
- f) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação, sendo a depreciação calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas estabelecidas pelo Decreto nº 9.580/2018 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017;
- g) As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência;
- h) As Perdas Estimadas de Valores a Receber, com Tarifa D'água-K1 e Titulação de Terras, foram constituídas sobre créditos vencidos em 31 de dezembro de 2017;
- i) O ativo intangível composto por direito de uso e programas de software é demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear;
- j) As provisões para contingências são contabilizadas com base na opinião da Assessoria Jurídica, quando for provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa. As provisões classificadas como perdas possíveis são divulgadas em Nota Explicativas;

- k) Face a empresa ser estatal dependente do Tesouro Nacional e em cumprimento ao que determina o item 9.4 do Acórdão TCU nº 2016/2006, alterado pelo Acórdão TCU nº 23/2008, considerando que a empresa tem a sua contabilidade executada somente no SIAFI, cabe ressaltar que não há divergência entre os valores do Balanço Patrimonial levantado sob os regimes das contabilidades pública e societária.

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 3 – Caixa e Equivalente de Caixa

São numerários disponíveis ou aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, que possam ser convertidas em dinheiro, no curto prazo, sem riscos significantes.

Descrição	31-dez-2018	31-dez-2017
CTU - Recursos da Conta Única Aplicados	57.746.317,56	55.748.731,23
Demais Bancos	25.537,97	1.299.399,44
Fundo De Aplicação - Extra mercado	31.364.965,63	13.646.772,88
Limite De Saque Com Vinculação De Pagamento – OFSS	44.143.186,39	25.407.164,17
Total	133.280.007,55	96.102.067,72

NOTA 4 – Crédito a Curto Prazo - Faturas

Registram os créditos da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no Vale do São Francisco e Parnaíba, decorrentes da cobrança de Tarifa D'água K-1 e K-2, conforme estabelece o inciso I do art. 43º do Decreto nº 89.496, de 29 de março de 1984 e inciso II do art. 28º da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013.

Descrição	31-DEZ-2018	31-dez-2017
Faturas/Dupl. a Rec.	65.734.684,37	49.035.828,31
Ajuste Perdas de Créd. Liquidação Duvidosa	-8.920.183,54	-980.716,57
Total	56.814.500,83	48.055.111,74

- a) **Ajuste para Perdas Estimadas:** Em dezembro/2018 foi efetuado o registro de Ajuste para Perdas sobre os valores a receber de Tarifa D'água K1, metodologia com base no Pronunciamento CPC 48 – Instrumentos Financeiros. O cálculo contempla os títulos em atraso, dos últimos 05 (cinco) anos, referentes a pessoas jurídicas, considerando uma estimativa de perda prospectiva para 01 (um) ano.

O cálculo do Ajuste para Perdas não considerou os títulos vencidos de pessoa física, considerando que está em andamento o processo de renegociação as dívidas desses produtores, referentes à Tarifa D'água, conforme Lei 13.729, de 08 de novembro de 2018. A vigência dessa renegociação é até 31 de dezembro de 2019.

NOTA 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Essas contas englobam adiantamentos a empregados, tributos a recuperar, depósitos restituíveis, outros créditos a receber, almoxarifado e despesas antecipadas, além de perdas estimadas.

A tabela a seguir apresenta a composição das Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, com o saldo de Titulação de Terras compondo a rubrica Títulos a Receber.

Descrição		31-dez-18	31-dez-17
Adiantamentos Concedidos	Adiantamento de Férias	0,00	2.610.019,41
	Salários e Ordenados	2.610.289,12	0,00
		2.610.289,12	2.610.019,41

Tributos A Recuperar / Compensar	IRRF a compensar	5.883.461,76	5.873.259,35
	COFINS a recuperar / Compensar	1.916.899,85	0,00
	PIS/PASEP a Recuperar/Compensar	506.372,40	0,00
	IR E CSLL a Recuperar / Compensar	14.048,78	14.048,78
	COFINS a recuperar / Compensar	7.353,51	7.353,51
	PIS/PASEP a recuperar / Compensar	1.593,42	1.593,42
		8.329.729,72	5.896.255,06
Ajuste para Perdas sobre Créditos Apurados	Ajuste Para Perdas	-17.839.676,60	-224.874,34
		-17.839.676,60	-224.874,34
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	Valores Apreendidos por Decisão Judicial	661.652,15	607.015,65
		661.652,15	607.015,65
Outros Créditos a Receber	Créditos a Rec. decorrentes de Infrações	8.767.198,22	7.791.569,62
	Créd. a Receber por Cessão de Pessoal	48.485,43	129.338,96
	Títulos a Receber	76.775.536,55	82.737.552,67
		85.591.220,20	90.658.461,25
Estoques Almoxarifado	Materiais de Consumo	568.258,59	438.313,43
	Almoxarifado em Elaboração	2.200,00	0,00
		570.458,59	438.313,43
Despesas pagas antecipadamente	Assinaturas e Anuidades a apropriar	32.742,68	30.560,49
	Prêmios de Seguros a Apropriar	40.279,17	45.515,50
	Tributos Pagos a Apropriar	109.209,38	10.894,01
		182.231,23	86.970,00
Total		80.105.904,41	100.072.160,46

5.1 Adiantamento Concedidos: Compreende as antecipações concedidas a pessoal a título de salários, de 13º salário e férias. Em dezembro de 2018, houve reclassificação contábil do valor registrado no exercício de 2017 como adiantamento de férias, em função da determinação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por meio da Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamentos. A Secretaria atualizou os procedimentos da Macrofunção, provocando a reclassificação contábil.

5.2 Tributos a Recuperar/Compensar: Representa os impostos e as contribuições sobre lucro e retidas na fonte, a serem compensados. No exercício de 2018, foi registrado o crédito a compensar/recuperar com PIS e COFINS, decorrentes de despesas sobre energia elétrica, conforme art. 3º, III, da Lei 10.833/2003.

Esse crédito é compensado com o valor de PIS e COFINS a recolher, apurado sobre o faturamento da empresa.

5.3 Ajuste para Perdas Estimadas sobre Créditos Apurados: Em dezembro/2018 foi efetuado também o registro de Ajuste para Perdas sobre os valores a receber de Titulação de Terras, metodologia com base no Pronunciamento CPC 48 – Instrumentos Financeiros. O cálculo contempla os títulos em atraso, dos últimos 05 (cinco) anos, referentes a pessoas jurídicas, considerando uma estimativa de perda prospectiva para 01 (um) ano.

Descrição	31-DEZ-2018	31-dez-2017
Titulação de Terras	74.972.761,79	81.360.789,16
Ajuste Perdas de Créd. Liquidação Duvidosa	-17.839.676,60	-224.874,34
Total	57.133.085,19	81.135.914,82

5.4 Outros Créditos a Receber: Esta rubrica compreende, conforme tabela a seguir, valores a receber decorrentes de infrações, cessão de pessoal e de títulos a receber (composto por Titulação de Terras e outros valores realizáveis a curto prazo).

Descrição	31-DEZ-2018	31-dez-2017
Créditos a Rec. Decorrentes De Infrações	8.767.198,22	7.791.569,62
Créditos a Receber Por Cessão De Pessoal	48.485,43	129.338,96
Títulos a Receber	76.334.939,02	82.737.552,67
<i>Titulação de Terras</i>	<i>74.972.761,79</i>	<i>81.360.789,16</i>
<i>Outros Valores a Receber</i>	<i>1.802.774,76</i>	<i>1.376.763,51</i>
Total	85.591.220,20	90.658.461,25

5.5 Despesas Pagas Antecipadamente: Compreende pagamentos de despesas antecipadamente, referentes a seguros, assinaturas de periódicos e impostos a apropriar (IPTU e IPVA), contabilizadas em observância ao Regime de Competência.

NOTA 6 – Realizável a Longo Prazo

São classificáveis no Realizável a Longo Prazo contas da mesma natureza das do Ativo Circulante, porém sua realização é certa ou provável após o término do exercício seguinte.

Descrição		31-dez-2018	31-dez-2017
Faturas/Duplicatas	Clientes	3.648.559,84	4.789.471,20
		3.648.559,84	4.789.471,20
Demais Créditos e Valores	Créd. por Dano ao Patrimônio – Crédito Adm.	64.583,84	45.516,36
	Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU	38.046.582,42	37.977.960,28
	Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores	-38.111.166,26	-38.023.476,64
	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	18.574.788,26	16.949.039,24
	Outros Créditos a Rec. e Valores a Longo Prazo	23.610.489,69	27.172.946,05
		42.185.277,95	44.121.985,29
Investimentos e Aplicações	Títulos e Valores mobiliários	143.063,74	143.063,74
		143.063,74	143.063,74
Total		45.976.901,53	49.054.520,23

6.1 Faturas/Duplicatas: Representam os créditos realizáveis a longo prazo da Codevasf, junto aos usuários dos perímetros irrigados implantados no vale do São Francisco, decorrentes da cobrança de Tarifa D'água.

6.2 Demais Créditos e Valores:

a) Créditos por danos ao patrimônio, decorrentes de apuração administrativa e os apurados por meio de Tomada de Contas Especial – TCE, devem ser registrados somente após decisão de condenação definitiva pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Mesmo que a Decisão do TCU confira certeza e eficácia de título executivo em favor da Codevasf, o ajuste para perdas estimadas sobre os títulos decorrentes de danos ao patrimônio foi registrado em função, dentre outras questões, de insolvência do devedor;

b) Depósitos restituíveis e vinculados em juízo, são depósitos em grau de recurso, decorrentes de ações trabalhistas movidas por empregados, ex-empregados e terceiros contra a Codevasf;

c) Outros Créditos e Valores referem-se às unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação advindos de direitos junto a agricultores irrigantes, referente ao uso ou aquisição de terras - Titulação de Terras, conforme estabelece o inciso I do art. 43º do Decreto nº 89.496, de 29 de março de 1984 e inciso II do art. 28º da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013.

6.4 Investimentos e Aplicações: Representa o valor total das ações da CELPE, ELETROBRAS e TRACTABEL vendidas, que foram convertidas em NTN's através das Portarias - STN nºs 59 e 63 de 1998, em cumprimento ao Programa Nacional de Desestatização – PND, instituído pelo Decreto nº 10.687, de 02/03/1994.

NTNP	CÓDIGO TÍTULO	VENCIMENTO	EMPRESA
NTN-P	740100	01.01.2020	CELPE
NTN-P	000009	01.01.2030	ELETROBRAS
NTN-P	000009	01.01.2030	TRACTABEL

NOTA 7 – Investimentos: Participações Permanentes

Em 2018 foi efetuada reclassificação contábil do saldo de Investimentos Avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial – MEP, para Investimentos Avaliados pelo Método de Custo. A reclassificação foi necessária em função da participação acionária da Codevasf, no capital de outras empresas, não atender aos critérios de influência significativa nem do controle individual ou conjunto.

Ocorreu ainda, baixa da participação da Codevasf no capital social de diversas entidades, no valor total de R\$ 628.434,67, conforme autorização da Diretoria Executiva nº 823, de 27 de dezembro de 2018, em função de cadastros baixados na Secretaria da Receita Federal, ou por inexistência de participação da Companhia nessas entidades, conforme tabelas abaixo:

Entidade Investida	Custo Original
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	156.487,27
Cooperativa Agric M do Proj de Irrig de Bebedouro I	180.092,77
Companhia Energética de Pernambuco	587.823,31
Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL	281.937,88
Companhia Agrícola de Sergipe - COMASE	104.443,51
Companhia de Saneamento de Sergipe	215.675,53
Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA	113.415,79
Agro Industrias do Vale do São Francisco	977.961,89
Cooperativa Agropecuária Mista Regional de Irecê	158.029,19
Cooperativa Agric M do Proj de Irrig de Mandacaru	0,00
Coop Agrícola de Irrigação do Projeto de Ceraima	44.103,95
Coop Agric Mista dos Proj de Irrig do M São Francisco	0,00
Coop Agrícola de Irrigação do Projeto de Estreito	2.000,00
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	251.301,89
Superintendência do Desenv. do Nordeste	0,00
Cooperativa Mista Agropecuária de Januária	0,00
Cooperativa Agrícola de Irrig do Vale do Gorutuba I	3.547,82
Cooperativa Agropecuária Regional de Montes Claros	0,00
Embraer Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A	241,01
Fundo nacional de desenvolvimento	0,00
TOTAL	3.077.061,81

NOTA 8 – Imobilizado

O imobilizado é composto por bens móveis e imóveis. É reconhecido pelo valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida).

A depreciação é calculada pelo método linear, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 9.580/2018 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017 de acordo com a legislação tributária, cujos valores são absorvidos no resultado do exercício.

A Companhia utiliza taxas de depreciação por categoria do bem, conforme regulamento do Imposto de Renda, Decreto nº 9.580/2018 – RIR/2018.

Descrição	Saldo dezembro/2017	Adições	Baixas	Saldo dezembro/2018
Bens Móveis	104.212.158,18	179.283.621,34	-78.942.576,70	204.553.202,82
(-) Depreciação	-16.442.883,53	-16.810.807,52	6.397.630,25	-26.856.060,80
Bens Imóveis	1.058.474.650,97	439.303.806,65	-5.107.218,39	1.492.671.239,23
(-) Depreciação	-20.810.139,04	-621.897,24	0	-21.432.036,28
Total Imobilizado	1.162.686.809,15	618.587.427,99	-84.049.795,09	1.697.224.442,05
Total Depreciação	-37.253.022,57	-17.432.704,76	6.397.630,25	-48.288.097,08
Saldo líquido	1.125.433.786,58	601.154.723,23	-77.652.164,84	1.648.936.344,97

Em 2018, as aquisições e baixas totalizaram R\$ 534.537.632,90. Em bens móveis, o aumento significativo ocorreu em máquinas/utensílios agropecuários e veículos de tração mecânica, utilizados nos projetos em que a Codevasf atua. Em relação a bens imóveis, o destaque é para obras em andamento e instalações.

Não foi registrado a Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment test*), em razão dos valores dos ativos do Imobilizado, registrados nas Demonstrações Financeiras, estarem abaixo dos valores de mercado, conforme Nota Técnica AA/GCB 01/2018.

NOTA 9 – Intangível

São direitos que tem por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade e são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

O aumento, em relação ao exercício de 2017, refere-se à aquisição de soluções para videoconferências, softwares de firewalls e atualização de licenças, para intangíveis de vida útil definida.

Para os intangíveis de vida útil indefinida, o aumento refere-se à aquisição de software destinado ao registro e envio de dados trabalhistas e previdenciários para o e-Social. Os bens de vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização.

Os itens do Intangível, da Codevasf, por não serem geradores de caixa, não foram submetidos a teste de recuperação (*impairment*).

Conta Contábil	31-Dez-2017	Adições	Baixas	31-Dez-2018
Software com Vida Útil Definida	66.010,96	1.632.438,72	0,00	1.698.449,68
Software com Vida Útil Indefinida	969.350,00	391.516,82	0,00	1.360.866,82
Amortização Acumulada	-59.385,28	-204.197,06	0,00	-263.582,34
Total	975.975,68	1.819.758,48	0,00	2.795.734,16

NOTA 10 – Obrigação Trabalhista, Previdenciária e Assistencial

Descrição		31-Dez-2018	31-Dez-2017
Salários a pagar	Salários, Remunerações e Benefícios	20.976.910,69	145,20
	Benefícios Previdenciários	268.596,08	0,00
Previdência Privada Complementar	Entidades de Previdência Complementar	8.336.662,63	171.022,50
Provisão 13º Salário, Férias e Encargos	Décimo Terceiro Salário a Pagar	0,00	0,00
	Férias a pagar	29.114.422,80	27.018.564,15
	FGTS	2.329.064,06	3.880.451,23
	INSS	6.568.117,42	10.943.016,70
Total Salários, Previdência e Provisões		67.593.773,68	42.013.199,78

Salários a pagar: Para o caso da folha de pessoal e os respectivos benefícios, que apresentam saldo em 31 de dezembro de 2018, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN promoveu alteração da rotina de pagamentos, o que resultou no saldo demonstrado no Balanço Patrimonial. Na nova sistemática, o passivo referente a salários será efetivamente pago e a obrigação encerrada após a emissão da Ordem Bancária, no dia útil seguinte à emissão da Ordem de Pagamento.

Em relação a Benefícios Previdenciários, trata-se do pagamento de complemento salarial a empregado afastado por motivos de saúde.

Entidade de Previdência Complementar: Trata do valor provisionado para pagamento do saldamento do Plano Benefícios Definidos BD I, junto à Fundação São Francisco de Seguridade Social - F.S.F.S.S. (vide detalhamento na Nota 18). O saldo do curto prazo está registrado a valor presente.

NOTA 11 - Fornecedores e Contas a Pagar

A tabela abaixo apresenta relação com os maiores fornecedores em 31 de dezembro de 2018, em comparação com mesmo período do exercício anterior. Os dados estão relacionados por ordem decrescente de valor a pagar.

Seq.	Descrição	31-Dez-2018
1	Delta Maquinas Ltda.	8.753.100,00
2	TransRIO Caminhões, Ônibus, Maq. E Motores Ltda.	6.924.210,66
3	DALKA DO BRASIL LTDA.	6.583.319,94
4	Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 2.000.000,00 e 4.000.000,00	12.224.619,01
5	Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 1.000.000,00 e R\$ 2.000.000,00	5.083.348,61
6	Fornecedores a pagar: valores até R\$ 1.000.000,00	17.782.156,98
TOTAL		57.350.755,20

Seq.	Descrição	31-Dez-2017
1	CDC Máquinas & Logística Integrada Ltda	7.142.788,80
2	Dalka do Brasil Ltda.	5.249.057,22
3	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	4.479.244,81
4	Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 2.000.000,00 e 4.000.000,00	0,00
5	Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 1.000.000,00 e R\$ 2.000.000,00	6.320.733,94
6	Fornecedores a pagar: valores até R\$ 1.000.000,00	17.436.346,43
TOTAL		40.628.171,20

NOTA 12 – Obrigações Fiscais

Compreende as obrigações da empresa relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo. O valor apresentado refere-se a Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotor – IPVA e Taxa de Licenciamento da frota da Codevasf, da 1ª Superintendência Regional.

NOTA 13 – Demais Obrigações

Descrição		31-dez-2018	31-dez-2017
Outras Obrigações a Curto Prazo	Convênios e Instrumentos congêneres a pagar	176.342.736,97	231.679.714,00
	Diárias a pagar	11.458,38	87.971,95
	Fatura - Cartão de Pagamento do Governo Federal	0,00	140,00
	Indenizações, Restituições e Compensações	28.024,05	2.736,60
	Ordens Bancárias Canceladas	11.395,35	0,00
Subtotal		176.393.614,75	231.770.562,55
Valores Restituíveis	Retenção Previdenciária - FRGPS	129.251,83	134.824,98
	IRRF Devido ao Tesouro Nacional	870,84	4.732,16
	Impostos e Contrib. Diversos Devidos ao Tesouro	1.696.209,76	1.353.606,88
	ISS	247.116,26	142.307,81
	Pensão Alimentícia	270.277,71	0,00
	Retenções - Consignações	4.222.835,63	0,00
	Outros Consignatários	40,56	0,00
	Depósitos a Efetuar por Determinação Judicial	119.416,09	0,00
Subtotal		6.686.018,68	1.635.471,83
Total		183.079.633,43	233.406.034,38

Convênios e Instrumentos congêneres: Recursos a repassar a estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, a título de transferências voluntárias, visando atingir os objetivos da Codevasf. Em 2018 a redução, em relação ao exercício anterior, ocorreu devido ao pagamento e ao cancelamento de convênios e termos de compromissos vencidos, sem liberação de parcelas, em decorrência de emendas parlamentares não liberadas.

Retenções – Consignações: Trata de valores retidos da folha de pessoal, referentes a empréstimos consignados junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

NOTA 14 – Obrigações a Longo Prazo

Registra as obrigações da companhia cuja liquidação deverá ocorrer após o término do exercício seguinte.

14.1 Previdência Privada e Complementar - Compreende a obrigação da empresa relativo ao registro do saldamento do plano Benefícios Definidos – BD I, conforme contrato 0.041.00/2018 com a Fundação São Francisco. O saldamento será pago em 108 parcelas (vide nota 26).

14.2 Obrigações Fiscais - Compreende a obrigação da empresa relativo a PIS/PASEP sobre faturamento referente a intimação nº 455/99, da Secretária da Receita do Brasil, que se encontra na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - Processo 10166.014511/96-95 PIS/PASEP.

14.3 Provisões – Riscos de Passivos Contingentes: O registro da Provisão para Contingência Passiva: Tributária, Trabalhista e Cível, foi realizada conforme Relatório de Anexos de Riscos Fiscais da PR/AJ, constante do processo 59500.002811/2013-80:

Foram contabilizados os passivos contingentes cujos riscos de materialização sejam prováveis de se realizar. Os riscos possíveis estão informados na tabela abaixo.

Descrição	31-dez-2018	31-dez-2017
Trabalhista	28.128.736,87	27.733.237,39
Cíveis	121.286.714,10	113.754.000,00
Tributárias	5.534,24	5.534,24
Riscos Prováveis	149.420.985,21	141.492.771,63
Trabalhista	23.707.059,72	19.824.052,45
Cíveis	85.596.154,49	99.321.751,54
Tributárias	689.631,63	8.734.762,71
Riscos Possíveis	109.992.845,84	127.880.566,70
Total	259.413.831,05	269.373.338,33

14.4 Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC: Em 19 de abril de 2018, foi realizada Assembleia Geral Ordinária – A.G.O. para deliberação das demonstrações contábeis de 2017 e modificação do capital social (aumento do capital com recursos AFAC e redução até o montante dos prejuízos acumulados), considerando os recursos recebidos de AFAC, dos exercícios 2014 a 2016 e os recebidos em 2017. Por esse motivo, o saldo de AFAC, referente ao Passivo Não Circulante, apresenta-se zerado.

NOTA 15 – Patrimônio Líquido

15.1 Capital Social: O capital social da Codevasf, pertencente integralmente à União, é de R\$ 2.625.014.957,73 (dois bilhões, seiscentos e vinte cinco milhões, quatorze mil, novecentos e cinquenta e sete reais e setenta e três centavos), representados por 40.128.672 (quarenta milhões, cento e vinte e oito mil e seiscentas e setenta e duas) ações nominativas, sem valor nominal.

15.2 Reservas: Houve redução da Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 1.975,68 em virtude da realização da reserva em conformidade com o artigo 6º da Lei 11.638/2007.

“Art. 6º - Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor”.

15.3 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC: Com a publicação do Decreto 8.945/2016, os recursos AFAC transferidos pela União, a partir de 1º de janeiro de 2017 destinados ao aumento de capital social, podem ser classificados no patrimônio líquido (como Instrumento Patrimonial), sem a incidência dos encargos da SELIC. Para esse efeito, esses recursos devem ser capitalizados até a data limite da aprovação das demonstrações financeiras do exercício em que ocorrer a transferência.

15.4 Prejuízos Acumulados: O saldo apresentado, decorre da absorção dos prejuízos acumulados até 2016, conforme Assembleia Geral Ordinária – AGO, de 19 de abril de 2018, que autorizou o aumento do capital social, no valor de R\$ 2.945.888.199,81 e a consequente redução, no valor de R\$ 2.528.929.653,65.

Prejuízo Acumulado até 2017	-4.123.653.279,15
(+) Redução do Prejuízos Acumulados até 2016	2.528.929.653,65
(+) Prejuízos Acumulados de 2017	-1.594.723.625,50
(+) Prejuízo do Exercício 2018	-3.985.452,87
(+) Ajuste de Exercício Anteriores 2018	19.223.976,23
(+) Reversão de Reavaliação 2018	1.975,65
(=) Prejuízos Acumulados até 2018	-1.579.483.126,49

Frisa-se que a compensação dos prejuízos acumulados foi realizada com o saldo dos recursos AFAC recebidos até 2016. Em relação ao exercício de 2017, por orientação dos Órgão de Controle, o valor capitalizado de R\$ 480.247.497,84 não foi utilizado na redução do prejuízo acumulado.

15.5 Ajustes de Exercícios Anteriores:

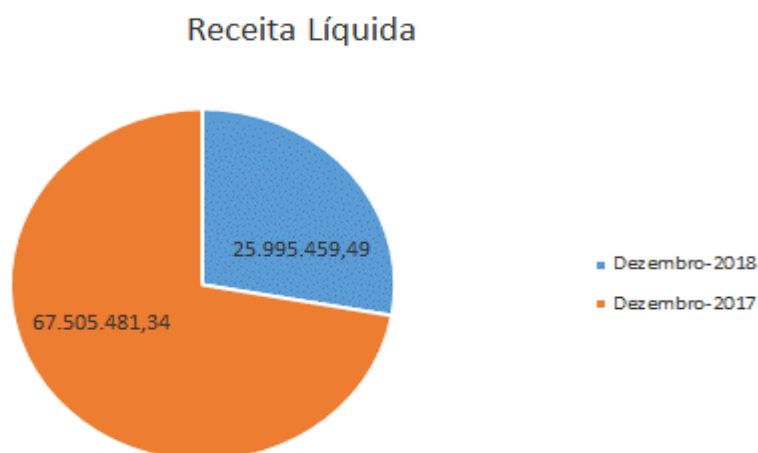
Com relação ao saldo apresentado em 2018 de R\$ 19.223.976,23:

- a) R\$ 15.130.746,00: Trata da apropriação de faturamento do projeto Salitre, referente à cobrança de Tarifa D'água – K2, correspondente ao período de 2013 até 2017, que deixaram de ser apropriados no respectivo período, em virtude do contrato com a empresa responsável por efetuar a cobrança ter vencido em 2013. Desde então, a Codevasf vem tratando com o Distrito de Irrigação (entidade que representa os irrigantes), para assinar o contrato de cessão para operação e manutenção do Perímetro Público de Irrigação de Salitre, entretanto, a entidade não aceitou assinar contrato. Com isso a Codevasf teve que retomar a gestão e efetuar o registro do faturamento, para poder cobrar judicialmente o recebimento desses valores, conforme processo 59500.000385/2018–54.
- b) R\$ 3.652.632,7: Refere-se ao cancelamento de Convênios e Termos de Compromissos, cadastrados nos sistemas SICONV e SIAFI, em função de valores não liberados, conforme Nota Técnica AA/GCB 05/2018.
- c) R\$ 440.597,53: Recebimento de ressarcimento de cotas do extinto Fundo Nacional de Desestatização – FND, conforme processo S.E.I. 05504.001000/2018-15.

Demonstração do Resultado do Exercício

NOTA 16 – Receita Líquida

Representa o resultado das atividades decorrentes de titulação, tarifa de d'água, lotes urbanos e outros títulos a receber.



No comparativo entre 2018 e 2017, observa-se uma redução no valor na Receita Líquida em função da suspensão, por 12 (doze) meses, da exigibilidade de faturamento referente às parcelas de pagamento de Tarifa D'água K1, dos Perímetros Públicos de Irrigação, conforme Portaria nº 552, de 24 de dezembro de 2018, do Ministério da Integração Nacional.

Cabe ressaltar que em 2017, houve a promulgação da Lei 13.340/2016, que permitiu a renegociação de saldos devedores de Titulação e de Tarifa D'água – K1, o que refletiu em aumento do faturamento daquele exercício.

Em 2018, a Lei 13.340/2016 foi alterada pela Lei 13.606/2018, prorrogando a renegociação para até 28 de dezembro de 2018, entretanto não houve grande adesão para renegociação daquelas dívidas no corrente exercício.

NOTA 17 – Despesas Administrativas

Representam as despesas incorridas no período, realizadas para a manutenção dos serviços da Codevasf. Na comparação do exercício de 2018 com o exercício de 2017, houve um aumento da ordem de 28,34%.

Destaque para despesas com Pessoal e Encargos, Serviços de Terceiros e Depreciação que apresentaram, no período, variação relevante.

a) Pessoal e Encargos: O aumento refere-se, substancialmente, à apropriação de R\$ 44.396.312,38, referente ao valor do saldamento do Plano de Benefícios Definidos – BD I, que será pago em 108 parcelas, conforme contrato 0.041.00/2018, com a Fundação São Francisco - F.S.F.S.S.

A tabela abaixo demonstra as despesas com previdências complementar, incorridas no período, sendo que no mês de maio há o provisionamento do saldamento do BD – I. As demais despesas referem-se à parte patronal que a Codevasf repassa à Fundação São Francisco, mensalmente.

Complementação da Previdência		
Mês	Ano 2018	Ano 2017
JANEIRO	1.079.815,35	1.564.870,97
FEVEREIRO	1.028.831,34	1.569.826,56
MARÇO	1.019.540,12	1.544.108,94
ABRIL	1.623.212,58	1.505.861,76
MAIO	1.134.424,31	0,00
MAIO	44.396.312,38	1.545.866,39
JUNHO	1.398.529,46	1.579.331,26
JULHO	2.004.096,44	1.644.443,30
AGOSTO	0,00	1.596.292,34
SETEMBRO	3.542.897,53	1.639.772,79
OUTUBRO	1.602.912,04	1.647.636,16
NOVEMBRO	2.401.128,22	3.171.138,58
DEZEMBRO	1.359.513,19	1.379.710,15
ACUMULADO	62.591.212,96	20.388.859,20

A despesa patronal do mês de agosto está registrada no mês subsequente, devido erro no processamento do SIAFI que, mesmo acatando a data de pagamento em 31/agosto/2018, sensibilizou o registro contábil no mês de setembro, não havendo tempo hábil para estornar o lançamento e reprocessá-lo no período correto.

b) Serviços de Terceiros: Esse item engloba serviços prestados pessoa física e pessoa jurídica. O aumento observado decorre, principalmente, de despesas com operação e manutenção das infraestruturas de vários perímetros de irrigação (serviços técnicos), entre eles o projeto Itaparica, serviços de segurança e conservação predial (serviços de apoio administrativo), despesas com energia elétrica e sentença judicial.

Mês	Serviços Técnicos Profissionais		Serviços de Apoio Adm., Técnico e Operacional		Serv. Água e Esgoto, Ener.Eletr.Gás e Outro.-Pj		Sentenças Judiciais - Serviços Terceiros - PJ	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Janeiro	8.203.029,18	427.394,44	4.349.018,73	1.745.795,45	17.090.066,42	2.406.824,27	0,00	341.575,11
Fevereiro	265.850,96	414.888,54	1.779.506,24	1.672.127,82	2.011.197,10	1.712.120,51	0,00	10.251,33
Março	1.622.860,79	477.835,54	1.874.322,65	1.791.591,87	4.108.134,18	3.949.943,84	0,00	54.277,60
Abril	1.575.755,04	233.454,06	2.791.246,54	966.389,12	3.363.653,98	3.011.236,09	0,00	161,01
Mai	3.205.708,65	4.441.874,40	2.331.776,20	2.155.583,54	1.487.381,34	1.058.811,73	0,00	34.825,00
Junho	1.605.915,81	3.828.240,06	1.722.829,49	2.456.790,33	7.430.858,96	11.860.377,74	0,00	177.160,02
Julho	1.549.530,50	1.191.025,36	2.028.135,58	1.926.974,03	1.207.308,49	446.632,77	0,00	379,24
Agosto	513.994,69	980.693,49	2.143.339,73	2.184.784,74	9.435.556,33	1.007.387,57	700,70	0,00
Setembro	1.889.468,54	731.525,72	2.331.813,16	1.698.061,63	3.207.951,04	166.579,01	25.053,76	0,00
Outubro	1.154.597,32	888.761,97	2.377.261,78	1.503.559,83	3.083.885,55	4.801.981,95	0,00	0,00
Novembro	666.764,33	583.433,96	2.243.900,63	1.852.740,75	2.355.880,68	481.358,97	0,00	1.092,96
Dezembro	773.004,71	687.191,86	3.186.999,11	2.651.470,41	4.951.635,33	5.419.208,29	30.479.837,76	1.804,20
Total	23.026.480,52	14.886.319,40	29.160.149,84	22.605.869,52	59.733.509,40	36.322.462,74	30.505.592,22	621.526,47

A sentença judicial, demonstrada na tabela Complementação de Previdência, decorre da prestação de serviços efetuados pela EMSA, no ano de 2002. À época a Codevasf teve que suspender o contrato devido a questão orçamentária, considerando o teor do Decreto 4.568/2003.

Em função da suspensão do contrato, a obra, no período de agosto de 2002 a dezembro de 2002, não teve sua medição apurada pela fiscalização. Os serviços somente foram atestados em 2004.

A empresa contratada recorreu à Câmara Arbitral, conforme previsto no contrato, objetivando o recebimento atualizado da prestação dos serviços. Em dezembro/2018 foi registrado pagamento à EMSA, no valor de R\$ 30.479.837,76 conforme sentença arbitral.

c) Depreciação: Variação decorrente do aumento em bens móveis e imóveis, conforme demonstrado nota 08, do Imobilizado.

NOTA 18 – Outras Despesas

Representam as transações que não constituem atividades principais da empresa, conforme tabela abaixo.

Descrição	Dezembro-2018	Dezembro-2017
Transferências Voluntárias (convênios e termos de compromisso)	76.086.867,40	207.889.206,36
Doações e transferências Concedidas - Inter Municipais	0,00	5.122.900,05
Ajustes para Perdas em Clientes	7.939.466,97	0,00
Ajuste para Perdas de Demais Créd. a Rec. (Corr. Monet. TCE)	0,00	6.023.978,27
Incorporação de Passivos	5.352,95	0,00
Desincorporação de Ativos	32.054.206,43	171.136.494,58
Incentivos à Cultura (vale cultura)	266.867,50	288.455,00
Multas Administrativas	1.006,33	983,31
Provisões de Riscos Trabalhistas	395.499,48	21.266.218,20
Provisões de Riscos Cíveis	29.032.714,10	16.721.452,11
Indenizações	4.752.285,17	4.313.488,56
Restituições	68.737,66	30.067,87
TOTAL	150.603.003,99	432.793.244,31

A formação do saldo de Outras Despesas tem influência com a redução de despesas com transferências voluntárias (Convênios e Termos de Compromissos), desincorporação de ativos e provisões com riscos trabalhistas.

As Transferências Voluntárias, até o exercício de 2017, tinham todas as parcelas dos instrumentos contabilizadas, por ocasião de sua assinatura, independente do cronograma estabelecido para o pagamento aos convenientes ou compromissários (o que gerava um passivo a maior). Esse procedimento foi revisto, em 2018, e por meio da Nota Técnica 005/2018, a Gerência de Contabilidade orientou para o novo entendimento, de que as parcelas, em atendimento ao regime da competência, sejam liquidadas conforme o cronograma de desembolso.

A redução com desincorporação de ativos, decorre de modificação na rotina de contabilização de Títulos a Receber com Titulação de Terras. Esses títulos eram reconhecidos nas Superintendências Regionais, mas os recebimentos, registrados na Sede. Ao efetuar as baixas dos valores a receber das Superintendências, gerava a desincorporação dos ativos, impactando a despesa. A rotina foi alterada para que os valores a receber sejam contabilizados na Sede, evitando a ocorrência da desincorporação.

NOTA 19 – Outras Receitas

Representam as variações patrimoniais aumentativas realizadas, que não estão ligadas diretamente as atividades da empresa.

Descrição	Dezembro-2018	Dezembro-2017
Outras Variações Patrimoniais Aumentativa - Financeiras	15.736.697,70	2.133.386,31
Transferências Voluntárias	16.399.552,63	2.950.147,26
Outros Ganhos com Incorporação de Ativo	6.963.702,62	2.043.652,11
Ganhos Com Desincorporação de Passivo	1.303.384,07	6.042,39
Restituições – Baixa de provisão de responsabilidade - TCE	661.094,68	15.422.691,30
Outras	4.191.834,14	2.180.609,14
Total	45.256.265,84	24.736.528,51

O aumento em Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras refere-se a mudança à devolução de recursos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, pelo não consumo de energia elétrica destinada a atender ao Projeto de Transposição do Rio São Francisco - PISF.

O Aumento em Transferências Voluntárias refere-se à reclassificação de conta que antes estava registrada no grupo de transferências financeiras, isto posto, para melhor adequação de registro.

O aumento em Outros Ganhos com Incorporação de Ativo refere-se à apropriação de crédito de PIS/COFINS sobre o consumo de energia elétrica ocorrido até setembro/2018 e apropriação de notas de débitos diversas a receber.

O aumento em Ganhos com Desincorporação de Passivo refere-se a dois fatores principais, sendo:

(i) baixa de obrigação patrimonial, no valor de R\$ 1.195.105,51 por não aceitação, por parte da Codevasf, de obras executadas no sistema de abastecimento de água nas comunidades rurais dos municípios de Cabrobó, Itacuruba, Petrolândia e Jatobá, todos no estado de Pernambuco.

(ii) baixa de valor a pagar, referente aquisição de um imóvel, que deixou de se realizar, no valor de R\$ 90.924,46.

O item “Outras” refere-se a dividendos recebidos, multas administrativas, indenizações e reversão de contingências passivas, decorrentes de processos judiciais.

NOTA 20 – Despesas/Receitas Financeiras

20.1 Despesas Financeiras: Representam as despesas referentes a juros, multas, descontos financeiros concedidos e atualizações prefixadas.

Descrição	Dezembro-2018	Dezembro-2017
Variação Monetária (Taxa Selic AFAC)	68.070.304,21	327.437.998,31
Outras Despesas Financeiras	1.796.043,09	1.271.198,56
Total	69.866.347,30	328.709.196,87

A partir do exercício de 2017, conforme Art. 2º, parágrafo único, Decreto 2.673/1998, não mais incidirá correção pela Taxa SELIC aos recursos transferidos pela União (acionista majoritário) às empresas públicas, por meio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

A Variação Monetária demonstrada na tabela acima refere-se aos recursos AFAC recebidos nos exercícios de 2012 a 2016, que foram capitalizados em 2018, após aprovação da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 19 de abril.

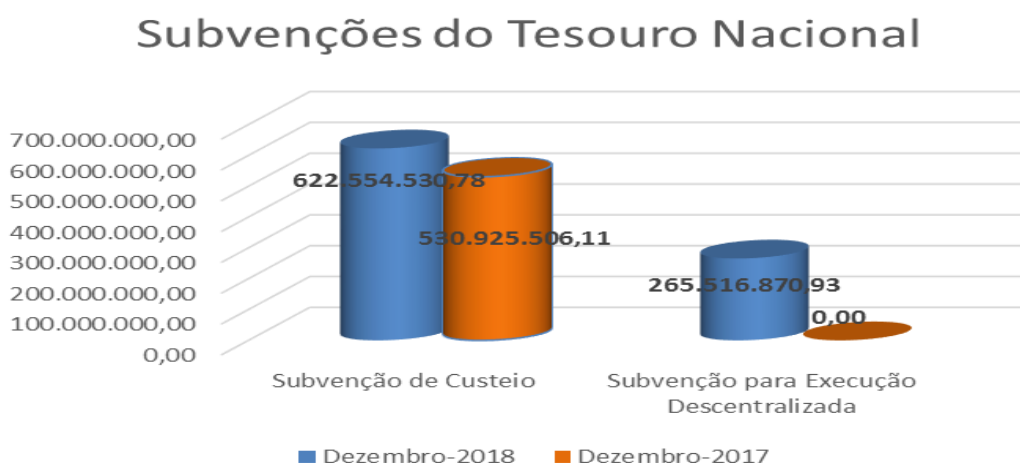
Em relação a Outras Despesas Financeiras, em 2018, refere-se a multas e juros e a atualização monetária inerente ao saldamento do Plano de Benefícios BD – I, no valor de R\$ 1.150.239,67.

20.2 Receitas Financeiras: Representam as variações patrimoniais aumentativas, oriundas de juros, multas, descontos financeiros recebidos e atualizações prefixadas. A redução verificada nessas receitas decorre da diminuição do rendimento de aplicações financeiras decorrente das transferências voluntárias (convênios e termos de compromissos).

Em setembro de 2017, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN modificou o roteiro de contabilização das transferências voluntárias, determinando que os rendimentos de aplicações financeiras fossem registrados em contas contábeis de controle, em detrimento da conta de rendimentos financeiros.

NOTA 21 – Transferências Financeiras e Ganhos/Perdas

21.1 Subvenções de Custeio: Registra o recebimento decorrente de transferências de recursos do Tesouro Nacional para cobertura de gastos com pessoal e custeio e geral.



21.2 Transferência para Execução Descentralizada: Registra as transferências de recursos, por meio de Termos de Execução Descentralizada – TED's. Esses recursos são repassados à Codevasf, para a realização de investimentos, atuando a Companhia na qualidade de executor

21.3 Ganhos/Perdas de Capital: Representa os valores referentes às receitas e despesas decorrentes da alienação/doação de bens.

Descrição	Dezembro-2018	Dezembro-2017
Alienação de Bens	1.939,20	16.234.253,94
Custos dos Bens Baixados	-71.435.210,34	-4.337.455,20
TOTAL	-71.433.271,14	11.896.798,74

O valor negativo representa os valores referentes às baixas de bens decorrente de doações a entidades sem fins lucrativos ou municípios, vendas, obsolescência e outros.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

NOTA 22 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade, por meio de suas mutações. Em 19 de abril de 2018, foi realizada Assembleia Geral Ordinária – A.G.O. para deliberação das demonstrações contábeis de 2017 e modificação do capital social (aumento do capital com recursos AFAC e redução até o montante dos prejuízos acumulados), considerando os recursos recebidos de AFAC, dos exercícios 2014 a 2016 e os recebidos em 2017 (deste último, apenas capitalização).

Os recursos AFAC recebidos em 2017 no valor de R\$ 480.247.497,84, registrados no Patrimônio Líquido – PL, foram capitalizados conforme determina o parágrafo único, do art. 2º, Decreto 2.673/1998. Entretanto, por orientação dos Órgãos de Controle o seu saldo não foi utilizado na compensação dos prejuízos acumulados.

A A.G.O. autorizou o aumento do capital social no valor R\$ 2.945.888.199,81 e a consequente redução, no valor de R\$ 2.528.929.653,65. Esse montante refere-se aos prejuízos acumulados até o exercício de 2016.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC

NOTA 23 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 03/2008. A Codevasf utiliza o método indireto.

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: São basicamente derivados das principais atividades da Codevasf. Apresentou saldo em 31 de dezembro 2018 de R\$ 146.652 milhões (saldo em dezembro/2017, R\$ -54.307 milhões).

Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos: São recebimentos e pagamentos de caixa originados da venda ou aquisição de ativo imobilizado, bem como intangível e investimentos. Apresentou em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ -536.561 milhões (saldo em dezembro/2017, R\$ -386.296 milhões).

Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento: Referem-se aos recursos AFAC recebidos no período, decorrentes de transferências financeiras do Ministério da Integração Nacional. Apresentou em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 427.087 milhões (saldo em dezembro/2017, R\$ 480.247 milhões).

A Codevasf, no exercício 2018, apresenta nos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais, itens que não afetam o caixa da Codevasf. Essa estrutura é prevista no Pronunciamento CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, fato que motivou a reapresentação da DFC.

Os itens Provisão 13º Salários e Provisão de Previdência Privada Complementar: Saldamento – Longo prazo, passaram a ser divulgadas como Ajustes por Transações sem Efeito no Caixa, por não terem provocado, no período, impacto na geração de caixa.

Nota de Reapresentação – Demonstração dos Fluxos de Caixa 2018/2017

(Em Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 2018/2017 - reapresentação				
	23	01 de jan/18 a 31 de Dez/18	01 de jan/17 a 31 de Dez/17 Reapresentado	01 de Jan/17 a 31 de Dez/17
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro (Prejuízo) Líquido		2.524.946.176,46	-641.234.536,54	-641.234.536,54
Ajustes por transações sem efeito no caixa:		-2.388.464.598,37	-573.048.697,29	-946.484.851,80
Ajustes de Exercícios Anteriores		19.223.976,23	-953.491.064,64	-953.491.064,64
Reserva de Reavaliação		-1.975,68	0,00	0,00
Redução Reserva de Lucros		0,00	0,00	0,00
Redução Reserva de Capital		0,00	0,00	0,00
Redução Capital Social		-2.528.929.653,65	0,00	0,00
Redução Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		-2.877.817.895,60	-1.840.489.740,56	0,00
Aumento de capital Social		2.945.888.199,81	2.167.927.738,87	0,00
Depreciação e amortização		11.239.271,57	6.882.671,72	6.882.671,72
Provisões 13º Salários, Férias e Encargos		-3.830.427,80	8.010.485,89	0,00
Provisão de Previdência Privada Complementar		37.207.258,50	0,00	0,00
Outros débitos (Riscos Fiscais)		7.928.213,58	37.987.670,31	0,00
Participação Societária - Baixa por extinção ou inapetência da investida		628.434,67	123.541,12	123.541,12
Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo:		10.170.590,63	1.159.975.573,29	1.205.973.729,49
Duplicatas a receber		-16.698.856,06	7.970.028,00	8.950.744,57
Provisão para devedores duvidosos		7.939.466,97	980.716,57	0,00
Estoques Armoxarifado		-132.145,16	100.659,88	100.659,88
Outros créditos curto prazo		20.098.401,21	1.088.178.727,79	1.088.178.727,79
Outros créditos longo prazo		3.077.618,70	40.775.924,73	40.775.924,73
Previdência Privada Complementar curto prazo		8.434.236,21	171.022,50	0,00
Fornecedores		16.722.584,00	23.934.599,71	61.922.270,02
Obrigações Fiscais		78.920,22	-15.000,00	-15.000,00
Salários e encargos sociais		20.976.765,49	-5.888.842,46	2.292.665,93
Outros débitos/contas a pagar		-50.326.400,95	3.767.736,57	3.767.736,57
Caixa líquido obtido/aplicado das/nas atividades operacionais		146.652.168,72	-54.307.660,54	-381.745.658,85
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição de bens do ativo imobilizado		-536.561.588,44	-386.296.195,58	-386.296.195,58
Caixa líquido obtido/aplicado nas/das atividades de investimentos		-536.561.588,44	-386.296.195,58	-386.296.195,58
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de Capital		0,00	0,00	2.167.927.738,87
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - PNC		0,00	0,00	-1.840.489.740,56
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - PL		427.087.359,55	480.247.497,84	480.247.497,84
Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos		427.087.359,55	480.247.497,84	807.685.496,15
AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E CAIXA EQUIVALENTES		37.177.939,83	39.643.641,72	39.643.641,72
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		96.102.067,72	56.458.426,00	56.458.426,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		133.280.007,55	96.102.067,72	96.102.067,72

Composição da DFC reapresentada:

Composição 2017 - Reapresentado		Composição 2017	
Provisões 13º Salários, Férias e Encargos	8.010.485,89	-	-
Previdência Privada Complementar curto prazo	171.022,50	-	-
Salários e encargos sociais	-5.888.842,46	Salários e encargos sociais	2.292.665,93
Total	2.292.665,93	Total	2.292.665,93

Composição 2017 - Reapresentado		Composição 2017	
Duplicatas a receber	7.970.028,00	Duplicatas a receber	8.950.744,57
Provisão para devedores duvidosos	980.716,57	-	-
Total	8.950.744,57	Total	8.950.744,57

Composição 2017 - Reapresentado		Composição 2017	
Outros débitos (Riscos Fiscais)	37.987.670,31	-	-
Fornecedores	23.934.599,71	Fornecedores	61.922.270,02
Total	61.922.270,02	Total	61.922.270,02

Demonstração do Valor Adicionado – DVA

NOTA 24 – Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, instituída pela Lei 11.638/07 para as companhias de capital aberto, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 09/2008.

A DVA tem por objetivo proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela empresa em determinado período e sua distribuição.

A primeira parte apresenta a riqueza criada, demonstrada nos seguintes itens:

- a) Receitas – receita das vendas de mercadorias, produtos e serviços (incluindo os tributos), outras receitas e provisão para devedores duvidosos;
- b) Insumos Adquiridos de Terceiros - aquisições de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, além de depreciação e amortização;
- c) Valores Recebidos em Transferência – trata de riqueza não gerada pela Codevasf, mas recebida de outras entidades, tais como receitas financeiras, dividendos, multas administrativas, transferências governamentais etc.

A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza, conforme demonstrado a seguir:

- a) Gastos de pessoal e encargos;
- b) Gastos com impostos, taxas e contribuições;
- c) Pagamento de juros, aluguéis (remuneração capital de terceiros);
- d) Distribuição de lucros ou apresentação do prejuízo do exercício (remuneração do capital próprio).

A Codevasf passou a divulgar a DVA a partir do exercício 2018, em função da aprovação do novo Estatuto, pela Assembleia Geral Ordinária, de 19 de abril de 2018, onde o seu art. 103 determina que as demonstrações financeiras elaboradas pela empresa sejam as mesmas aplicáveis às empresas de capital aberto.

NOTA 25 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

De acordo com o que estabelece o Art. 1º, letra “e”, da Resolução CGPAR 03/2010, foram pagas as seguintes remunerações mensais (base dezembro/2018) a empregados e administradores, nelas computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos:

Administradores:

- i) maior remuneração: R\$ 34.401,25
- ii) menor remuneração: R\$ 3.440,12
- iii) média da remuneração: R\$ 18.920,69

Diretores e Empregados

- i) maior remuneração: R\$ 39.293,22
- ii) menor remuneração: R\$ 1.692,40
- iii) salário médio: R\$ 14.864,17

NOTA 26 – ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Codevasf é instituidora da Fundação São Francisco de Seguridade Social – FSFSS, entidade fechada de previdência complementar, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída em 1981, que tem por finalidade instituir e administrar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados dos Patrocinadores. Significa assegurar proteção social e previdenciária, aos empregados participantes e suas famílias, complementares e assemelhadas aos benefícios da Previdência Social.

São patrocinadoras dos Planos de Benefícios, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, qualificada como Patrocinadora – Principal e a própria Fundação São Francisco de Seguridade Social, qualificada como Patrocinadora dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio, estabelecido por consultoria atuarial externa, em conformidade com as normas vigentes. A taxa de contribuição mensal da Codevasf, vigente para o exercício de 2018 é, no máximo, igual à do Participante, conforme estabelece o art. 202, §3º da Constituição Federal.

A Codevasf é patrocinadora de três planos de previdência complementar para seus empregados: i) Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido, CNPB Nº 1981.0010-18, fechado para ingresso de novos participantes, contendo apenas um participante ativo e já em risco iminente (elegível à aposentadoria); ii) Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Definida, inscrito no CNPB Nº 2013.0008-47 e; iii) Plano de Benefícios III, do tipo “benefício definido”, inscrito no CNPB sob nº 2017/.0013-92, denominado Plano Saldado, fechado, não contributivo, cujos participantes estão todos com seus benefícios saldados.

O saldamento do Plano I, decorreu de recomendação da Secretaria de Controle e Governança das Estatais – SEST e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, uma vez que o Plano se encontrava com um custeio muito elevado, para fazer face ao desequilíbrio atuarial em que se encontrava. O processo de saldamento, até ser concluído, demorou três anos, com extensa tramitação envolvendo os órgãos estatutários da Codevasf, a SEST, a PREVIC e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Em 2017 foram aprovados instrumentos regulamentares, pelas Instâncias anteriormente descritas, para implementação do saldamento do Plano de Benefícios I, mantida a modalidade de Benefícios Definidos, resultando na sua Cisão e criação do Plano Saldado. O Plano de Benefícios III é um plano de Benefício Definido, não contributivo, fechado e em extinção, resultante da transferência de participantes e beneficiários, em gozo ou não de benefícios, do Plano de Benefícios I.

Após o período de adesão ao saldamento, encerrado em 30/11/2017, foi apurado o valor da dívida que cabia aos patrocinadores, tendo sido assinado contrato entre a Codevasf e a Fundação São Francisco, de número 0.041.00/2018, publicado no DOU nº 75, seção 3, página 85, de 19/04/2018, estabelecendo o valor total e as condições de pagamento do montante referente a dívida da empresa para com a entidade de previdência complementar.

O valor da dívida, de responsabilidade da Companhia, apurado em 30/11/2017, é de R\$ 44.396.312,38 (quarenta e quatro milhões trezentos e noventa e seis mil trezentos e doze reais e trinta e oito centavos), calculado conforme avaliação atuarial, pela metodologia price, taxa de juros pactuada em 5,26% ao ano, por equivalência mensal, com correção mensal pela aplicação da variação

do INPC, a ser liquidada no prazo de 09 anos, isto é, em 108 (cento e oito) parcelas, mensais e sucessivas.

No exercício de 2018, a Codevasf efetuou o pagamento de 09 (nove) parcelas a Fundação São Francisco, totalizando R\$ 4.516.780,41 (quatro milhões, quinhentos e dezesseis mil, setecentos e oitenta reais e quarenta e um centavos).

As demonstrações financeiras da Fundação São Francisco são examinadas por auditores independentes, sendo neste exercício contratada a Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes, CNPJ: 26.230.862/0001-02, pela auditoria interna da Codevasf, estando ainda sujeita a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A avaliação atuarial é realizada pela empresa Jessé Montello - Serviços Técnicos em

Atuária e Economia Ltda. CNPJ: 30.20.036/0001-06, responsável pelo plano de custeio. Tanto a auditoria independente e a avaliação atuarial são contratadas pela entidade de previdência complementar.

NOTA 27 - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE: Codevasf-SAÚDE

A Codevasf oferece aos seus empregados e dependentes o Programa de Assistência à Saúde, voltado para o atendimento das despesas assistenciais de natureza médico, odontológica e hospitalar, com regras definidas na Resolução nº 701, 14 de dezembro de 1999.

As despesas assistenciais são custeadas pela Codevasf, com participação financeira dos empregados da empresa, mediante o pagamento de mensalidade e da coparticipação incidente sobre o valor total da fatura, limitado a R\$ 700,00. Os valores de responsabilidade dos empregados são descontados em folha de pagamentos.

O Programa objetiva proporcionar, aos empregados da Companhia e seus dependentes, assistência à medicina preventiva e de recuperação da saúde. Em 2018, a empresa repassou ao programa Codevasf-SAÚDE o total de R\$ 11.858.371,27. Em contrapartida, o valor recebido dos empregados, no mesmo período, foi de R\$ 14.363.067,43.

ANTÔNIO AVELINO ROCHA DE NEIVA

Diretor-Presidente

CPF: 032.946.923-15

FÁBIO ANDRÉ FREIRE MIRANDA

Diretor de Revitalização

CPF: 692.668.323-91

MARCO AURELIO AYRES DINIZ

Diretor de Desenvolvimento Integrado

CPF: 224.742.773-15

LUIS NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO

Diretor dos Empreendimentos de Irrigação

CPF: 239.274.374-68

JAKLINE GUITTON

CONTADORA CRC-MT 7894/05-DF

CPF: 567.879.601-15

7 Informações Relevantes

7.1 Determinação da materialidade das informações

A Codevasf elabora pela primeira vez o Relatório Integrado com base no modelo IIRC¹² do Conselho Internacional para o Relato Integrado. Os assuntos para o relato foram selecionados em alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional-PEI e o Plano Anual de Negócios-PAN, distribuídos de forma a deixar o relatório conciso e coeso.

7.2 Tratamentos de determinações e recomendações do TCU

A Auditoria Interna da Codevasf - Consad/AU, por competência regimental, realiza o registro e o acompanhamento das deliberações ou recomendações dos órgãos de controle, por meio do documento intitulado Plano de Providências Permanente – PPP, tendo à sua frente, a Unidade de Apoio e Informação – Consad/AU/UAP.

Essas informações são registradas e gerenciadas no sistema interno denominado Sistema de Informações Gerenciais de Auditoria - SIGA, pelo qual é possível discriminar as constatações e recomendações, providências a serem adotadas, situação das demandas (atendidas, em acompanhamento ou encerradas) e os respectivos prazos, atribuir a área responsável pelo atendimento à demanda, anexar documentações e, ainda, gerar relatórios analíticos.

No exercício de 2018 foram efetuadas 26 determinações e recomendações à Codevasf, das quais 15 determinações foram expedidas pelo Tribunal de Contas da União - TCU, e 11 recomendações expedidas pela Controladoria Geral da União - CGU, sendo atendidas 88% no decorrer do ano. O restante trata-se de pendências de implementação relativas àquelas determinações e recomendações que se encontram dentro do prazo estabelecido para manifestação pelo TCU ou pela CGU, e até casos como o Acórdão nº 2.678/2015 – TCU (Plenário), pendente por decisão judicial.

Gráfico 17- Recomendações do OCI – 2014 a 2018

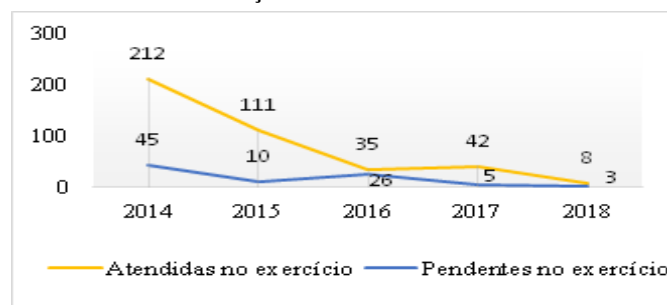
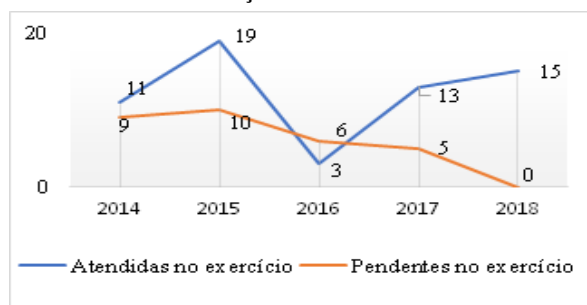


Gráfico 18- Deliberações do TCU – 2014 a 2018



Quadro 23 - Série histórica das determinações e recomendações dos órgãos de controle – 2014 a 2018

Ano	Determinações TCU		Recomendações OCI		Total	% Atendidas no exercício
	Atendidas no exercício	Pendentes no exercício	Atendidas no exercício	Pendentes no exercício		
2014	11	9	212	45	277	81%
2015	19	10	111	10	150	87%
2016	3	6	35	26	70	54%
2017	13	5	42	5	65	85%
2018	15	0	8	3	26	88%

Fonte: Plano de providências – Sistema Siga (Auditoria Interna)

Nos quadros de deliberações do TCU pendentes de cumprimento no exercício, encontram-se detalhadas no [anexo 3 \(Quadro 1\)](#).

O Acórdão nº 2678/2015 – TCU/Plenário determina que a Codevasf informe as providências adotadas no próximo processo de contas, porém, o mesmo foi incluído no quadro de deliberações pendentes por estar nessa situação ao final do exercício de 2018.

No [anexo 3 \(Quadro 2\)](#), encontram-se as deliberações que devem ser apresentadas no Relatório de Gestão Anual por força do Acórdão específico nº 5782/2012 – 1ª Câmara, que trata do estágio das providências relativas à transferência definitiva da gestão dos perímetros públicos de irrigação (*item 1.3.1.6 do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 190190 da CGU - Exercício 2006, e item 32 da instrução da unidade técnica*)

Anexo e Apêndices

Anexo 1 – Informações sobre os indicadores de desempenho

Quadro 1 - Resultados dos indicadores de desempenho da Lei Orçamentária Anual – LOA

Dados Ação			Financeiro (R\$ 1,00)				Físico		Indicadores (%)	
Programa/Ação	Produto Ação	Unidade Medida	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Liquidado (c)	% Execução (c/d)	Meta LOA (d)	Realizado (d)	Eficiência (b/d)/(c/e)	Eficácia (e/d)
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	-	-	361.178.392	394.454.024	92.464.714	23,4%	-	-	-	-
20NC - Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs	Unidade mantida	unidade	133.635	74.000	12.384	16,7%	2	2	597,5%	100,0%
20NK - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais	Arranjo produtivo local apoiado	unidade	3.000.000	0	0	0,0%	1		0,0%	0,0%
20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	-	-	89.090	4.263	4.263	100,0%			0,0%	0,0%
214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas	Atividade produtiva apoiada	unidade	5.890.900	2.069.080	142.237	6,9%	35	35	1454,7%	100,0%
7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	Projeto apoiado	unidade	352.064.767	392.306.681	92.305.831	23,5%	1.181	514	185,0%	43,5%
2044 - Promoção dos Direitos da Juventude	-	-	445.450	348.725	86.845	24,9%	-	-	-	-
4786 - Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã)	Jovem capacitado	unidade	445.450	348.725	86.845	24,9%	250	15	24,1%	6,0%
2052 - Pesca e Aquicultura	-	-	4.927.130	4.474.777	2.217.835	49,6%	-	-	-	-
212M - Implementação da Criação Intensiva de Peixes em Rios, Grandes Reservatórios e Canais de Perímetros de Irrigação	Produtor capacitado	unidade	356.360	260.845	59.662	22,9%	150	0	0,0%	0,0%
2819 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura	Centro/estação mantido (a)	unidade	4.570.770	4.213.932	2.158.173	51,2%	7	7	195,3%	100,0%

Dados Ação			Financeiro (R\$ 1,00)				Físico		Indicadores (%)	
Programa/Ação	Produto Ação	Unidade Medida	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Liquidado (c)	% Execução (c/d)	Meta LOA (d)	Realizado (d)	Eficiência (b/d)/(c/e)	Eficácia (e/d)
2068 - Saneamento Básico	-	-	67.400.000	66.848.436	10.571.961	15,8%	-	-	-	-
10RM - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco, do Parnaíba, do Itapecuru e do Mearim	Sistema implantado	unidade	48.000.000	50.500.000	9.721.726	19,3%	16	0	0,0%	0,0%
116F - Abastecimento Público de Água em Comunidades Ribeirinhas dos Rios São Francisco, do Parnaíba, do Itapecuru e do Mearim. - Água para Todos	Sistema implantado	unidade	8.000.000	8.000.000	709.236	8,9%	2	0	0,0%	0,0%
141J - Ligações Intradomiciliares de Esgotos Sanitários e Módulos Sanitários Domiciliares nas Bacias do Rio São Francisco, do Parnaíba, do Itapecuru e do Mearim	Ligação domiciliar de esgoto sanitário realizada	unidade	10.400.000	7.400.000	0	0,0%	11.000	0	0,0%	0,0%
15MY - Construção e adequação de sistemas de abastecimento de água em comunidades ribeirinhas	Empreendimento concluído	unidade	500.000	485.406	0	0,0%	1	0	0,0%	0,0%
15MZ - Construção e adequação de sistemas públicos de esgotamento sanitário em comunidades ribeirinhas	Empreendimento concluído	unidade	500.000	463.030	141.000	30,5%	1	0	0,0%	0,0%
2077 - Agropecuária Sustentável	-	-	142.598.785	129.557.679	72.577.795	56,0%	-	-	-	-
12FT - Implantação do Projeto Público de Irrigação Marrecas/Jenipapo com 1.000 ha no Estado do Piauí	Obra executada	% de execução física	2.746.106	5.746.106	1.315.086	22,9%	10	3	131,1%	30,0%
12OB - Transferência da Gestão de Projetos Públicos de Irrigação	Projeto público de irrigação transferido	unidade	6.625.000	6.625.000	4.457.941	67,3%	17	0	0,0%	0,0%
140X - Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação	Regularização efetivada	unidade	289.937	206.114	125.905	61,1%	27	0	0,0%	0,0%

Dados Ação			Financeiro (R\$ 1,00)				Físico		Indicadores (%)	
Programa/Ação	Produto Ação	Unidade Medida	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Liquidado (c)	% Execução (c/d)	Meta LOA (d)	Realizado (d)	Eficiência (b/d)/(c/e)	Eficácia (e/d)
14XU - Estudos e Projetos para Implantação de Projetos Públicos de Irrigação	Estudo realizado	unidade	0	2.244.500	0	0,0%	1	0	0,0%	0,0%
1686 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Marituba com 3.136 ha no Estado de Alagoas	Projeto executado	% de execução física	89.090	84.041	133	0,2%	1	0	0,0%	0,0%
1692 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Salitre com 25.323 ha no Estado da Bahia	Projeto executado	% de execução física	2.199.474	3.942.737	3.902.619	99,0%	2	0	0,0%	0,0%
20EY - Administração de Projetos Públicos de Irrigação	Projeto público de irrigação mantido	unidade	111.181.504	58.094.069	43.432.735	74,8%	15	15	133,8%	100,0%
20WP - Reabilitação de Projetos Públicos de Irrigação	Projeto público de irrigação reabilitado	% por ano	6.143.411	6.268.411	4.295.188	68,5%	5	0	0,0%	0,0%
5260 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Pontal com 7.811,91 ha no Estado de Pernambuco	Projeto executado	% de execução física	5.173.053	33.673.053	11.273.248	33,5%	3	3	298,7%	100,0%
5314 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixio de Irecê com 16.615 ha no Estado da Bahia	Projeto executado	% de execução física	1.928.158	8.148.859	2.066.433	25,4%	1	0	0,0%	0,0%
5322 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Jaíba com 21.934 ha no Estado de Minas Gerais	Projeto executado	% de execução	500.000	0	0	0,0%	15	0	0,0%	0,0%
5330 - Transferência da Gestão do Projeto Público de Irrigação Bebedouro com 2.418 ha no Estado de Pernambuco	Projeto público de irrigação transferido	% de execução física	800.000	400.000	355.413	88,9%	6	0	0,0%	0,0%

Dados Ação			Financeiro (R\$ 1,00)				Físico		Indicadores (%)	
Programa/Ação	Produto Ação	Unidade Medida	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Liquidado (c)	% Execução (c/d)	Meta LOA (d)	Realizado (d)	Eficiência (b/d)/(c/e)	Eficácia (e/d)
5348 - Transferência da Gestão do Projeto Público de Irrigação Mirorós com 2.160 ha no Estado da Bahia	Projeto público de irrigação transferido	% de execução física	650.000	147.128	0	0,0%	4	0	0,0%	0,0%
5354 - Transferência da Gestão do Projeto Público de Irrigação Nilo Coelho com 18.563 ha no Estado de Pernambuco	Projeto público de irrigação transferido	% de execução física	500.000	1.420.000	342.753	24,1%	8	0	0,0%	0,0%
5368 - Transferência da Gestão do Projeto Público de Irrigação Formoso com 11.751 ha no Estado da Bahia	Projeto público de irrigação transferido	% de execução física	1.186.526	1.364.398	117.800	8,6%	6	0	0,0%	0,0%
5370 - Transferência da Gestão do Projeto Público de Irrigação Gorutuba com 4.735 ha no Estado de Minas Gerais	Projeto público de irrigação transferido	% de execução física	893.263	1.193.263	892.541	74,8%	3	0	0,0%	0,0%
5378 - Transferência da Gestão do Projeto Público de Irrigação Curaçá com 4.204 ha no Estado da Bahia	Projeto público de irrigação transferido	% de execução física	893.263	0	0	0,0%	9	0	0,0%	0,0%
5442 - Transferência da Gestão do Projeto Público de Irrigação Maniçoba com 4.161 ha no Estado da Bahia	Projeto público de irrigação transferido	% de execução física	800.000	0	0	0,0%	16	0	0,0%	0,0%
2084 - Recursos Hídricos	-	-	481.661.801	160.732.488	13.693.837	8,5%	-	-	-	-
109I - Construção de Açudes	Obra executada	unidade	1.000.000	1.000.000	12.499	1,2%	1	0	0,0%	0,0%
10GM - Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica	Estudo realizado	unidade	9.600.000	11.980.000	9.217.078	76,9%	3	0	0,0%	0,0%
10ZW - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco, do Parnaíba, do Itapecuru e do Mearim	Empreendimento atendido	unidade	12.000.000	12.500.000	1.422.190	11,4%	3	0	0,0%	0,0%

Dados Ação			Financeiro (R\$ 1,00)				Físico		Indicadores (%)	
Programa/Ação	Produto Ação	Unidade Medida	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Liquidado (c)	% Execução (c/d)	Meta LOA (d)	Realizado (d)	Eficiência (b/d)/(c/e)	Eficácia (e/d)
140N - Recuperação e Adequação de Infraestruturas Hídricas	Obra apoiada	unidade	2.227.250	2.227.250	0	0,0%	3	0	0,0%	0,0%
14RP - Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas	Infraestrutura recuperada	unidade	4.128.550	7.183.145	4.809	0,1%	10	0	0,0%	0,0%
14RX - Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Campo Alegre de Lourdes no Estado da Bahia	Obra executada	% de execução física	4.700.000	4.700.000	302.630	6,4%	5	0	0,0%	0,0%
14VI - Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água	Obra executada	unidade	12.000.000	4.824.704	60.547	1,3%	2	0	0,0%	0,0%
15E7 - Revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco	Empreendimento concluído	unidade	109.856.822	10.308.320	1.839	0,0%	1	0	0,0%	0,0%
1851 - Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica	Obra executada	unidade	130.647.542	18.508.542	399.528	2,2%	370	0	0,0%	0,0%
20N4 - Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas	Infraestrutura mantida	unidade	320.724	160.362	106.612	66,5%	2	2	150,4%	100,0%
214T - Gestão, Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF	Infraestrutura mantida	unidade	89.980.913	84.140.165	1.956.252	2,3%	1	1	4301,1%	100,0%
5308 - Construção da Barragem Jequitaí no Estado de Minas Gerais	Obra executada	% de execução física	3.200.000	3.200.000	209.854	6,6%	1	0	0,0%	0,0%
7G88 - Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí	Obra executada	% de execução	1.000.000	0	0	0,0%	1	0	0,0%	0,0%
7X91 - Construção da 1ª Etapa (Fase I) do Canal do Xingó	Obra executada	% de execução física	101.000.000	0	0	0,0%	2		0,0%	0,0%
Total Geral			1.058.211.558	756.416.129	191.612.988	25,3%	-	-	-	-

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo

Quadro 2 – Resultados dos indicadores estratégicos

Perspectiva: Desenvolvimento Institucional**Tema:** Gestão**Objetivo:** Aprimorar a TI corporativa e as competências para sua utilização

Indicador	Fórmula	Unidade de Medida	Frequência de Medição	Classificação	Polaridade do Indicador	Meta_2018	Realizado_2018	% Alcance da Meta_2018
GTI - Índice de Governança de TI	IGTI = Nota obtida no questionário de governança em TI fornecido pelo TCU	unidade	Anual	Eficácia	↑	0,4	0,5	● 125%
ITI - Índice de investimento em TI	IITI = (Valor empenhado em TI / Valor total empenhado pela Empresa, exceto despesas obrigatórias) x 100	%	Anual	Eficácia	↑	2	1,8	● 91%

Perspectiva: Desenvolvimento Institucional**Tema:** Gestão**Objetivo:** Assegurar a Logística Corporativa

Indicador	Fórmula	Unidade de Medida	Frequência de Medição	Classificação	Polaridade do Indicador	Meta_2018	Realizado_2018	% Alcance da Meta_2018
GS LC - Grau de satisfação com a logística corporativa da Codevasf	GS LC = (Média da pontuação atribuída pelos servidores / Total de pontos possíveis na pesquisa) x 100	%	Anual	Eficácia	↑	60	65,0	● 108%
RCOI - Relação do custo operacional, exceto pessoal, com investimento finalístico	RCOI = (Valor do custo operacional da Codevasf / Valor de investimento finalístico pago) x 100	%	Anual	Eficácia	↓	22	14,6	● 66%
VCOC - Variação do custo operacional na Codevasf, exceto pessoal	VCOC = (Valor do custo operacional da Codevasf do ano - custo operacional do ano anterior / Custo operacional da Codevasf no ano anterior) x 100	%	Anual	Eficácia	↑	0	0,0	N/A

Faixas de desempenho: ● Satisfatório (índice >=80%) ● Regular (50% <= índice < 80%) ● Insatisfatório (índice < 50%) N/A Não Apurado

Polaridade do indicador: ↑ Quanto maior, melhor ↓ Quanto menor, melhor

Perspectiva: Desenvolvimento Institucional

Tema: Gestão

Objetivo: Desenvolver e Consolidar a Gestão de Pessoas

Indicador	Fórmula	Unidade de Medida	Frequência de Medição	Classificação	Polaridade do Indicador	Meta_2018	Realizado_2018	% Alcança da Meta_2018
GSCO - Grau de satisfação dos empregados com o clima organizacional	GSCO = Pontuação obtida na pesquisa de clima organizacional / total de pontos possíveis na pesquisa de clima organizacional x 100	%	Bienal	Efetividade	↑	0	0,0	N/A
IDE - Índice de desempenho dos empregados com avaliação superior	IDE = (Total de empregados com avaliação superior a 80% / total de empregados avaliados) x 100	%	Anual	Eficácia	↑	46	48,0	● 104%
IIC - Índice de investimento em capacitação	IPDT = (Valor do investimento em capacitação do ano atual - valor do investimento em capacitação no ano anterior / valor do investimento em capacitação no ano anterior) x 100	%	Anual	Eficácia	↑	10	46,0	● 460%
VQEC - Variação da quantidade de empregados capacitados na Codevasf	VQEC = (Quantitativo do número de empregados capacitados no ano atual - quantitativo do número de empregados capacitados no ano anterior / Quantitativo do número de empregados capacitados no ano anterior) x 100	%	Anual	Eficácia	↑	10	18,1	● 181%
VCP - Variação do custo de pessoal na Codevasf	VCP = (Custo total com pessoal do ano - Custo total com pessoal do anterior / Custo total com pessoal do ano anterior) x 100	%	Anual	Eficácia	↑	0	0,0	N/A

Perspectiva: Desenvolvimento Institucional

Tema: Gestão

Objetivo: Melhorar Continuamente os Processos de Trabalho

Indicador	Fórmula	Unidade de Medida	Frequência de Medição	Classificação	Polaridade do Indicador	Meta_2018	Realizado_2018	% Alcança da Meta_2018
IOP - Índice de otimização dos processos de trabalho	IOP = No. processos críticos otimizados / Total de processos críticos x 100	%	Anual	Eficácia	↑	0	0,0	N/A
IPA - Índice de automação dos processos trabalho	IPA = No. processos críticos automatizados / Total de processos críticos x 100	%	Anual	Eficácia	↑	0	0,0	N/A

Faixas de desempenho : ● Satisfatório (índice >=80%) ● Regular (50% <= índice < 80%) ● Insatisfatório (índice < 50%) N/A Não Apurado

Polaridade do indicador: ↑ Quanto maior, melhor ↓ Quanto menor, melhor

Perspectiva: Desenvolvimento Institucional**Tema:** Governança**Objetivo:** Desenvolver a Governança Corporativa

Indicador	Fórmula	Unidade de Medida	Frequência de Medição	Classificação	Polaridade do Indicador	Meta_2018	Realizado_2018	% Alcance da Meta_2018
IGG - Índice-Geral de Governança da Codevasf	Pontuação obtida no questionário de governança do ciclo atual/ pontuação máxima possível a ser obtida no questionário de governança	%	Anual	Eficácia	↑	20	37,7	● 189%

Perspectiva: Orçamentária e Financeira**Tema:** Representa a Própria Perspectiva**Objetivo:** Elevar o Grau de Sustentabilidade Financeira da Empresa

Indicador	Fórmula	Unidade de Medida	Frequência de Medição	Classificação	Polaridade do Indicador	Meta_2018	Realizado_2018	% Alcance da Meta_2018
IEP - Evolução dos recursos de emendas parlamentares	$IEP = \frac{\text{Valor total de emendas ano atual} - \text{valor total de emendas ano anterior}}{\text{valor total de emendas ano anterior}} \times 100$	%	Anual	Eficácia	↑	3	14,9	● 497%
GGRP - Grau de geração de receita própria	$GGRP = \frac{\text{Receita própria gerada}}{\text{Orçamento Global da Empresa}} \times 100$	%	Anual	Eficácia	↑	0,5	1,4	● 280%

Faixas de desempenho : ● Satisfatório (índice $\geq 80\%$) ● Regular ($50\% \leq \text{índice} < 80\%$) ● Insatisfatório (índice $< 50\%$) N/A Não Apurado

Polaridade do indicador: ↑ Quanto maior, melhor ↓ Quanto menor, melhor

Perspectiva: Orçamentária e Financeira

Tema: Representa a Própria Perspectiva

Objetivo: Garantir a Disponibilidade Orçamentária e Financeira

Indicador	Fórmula	Unidade de Medida	Frequência de Medição	Classificação	Polaridade do Indicador	Meta_2018	Realizado_2018	% Alcance da Meta_2018
GDO - Grau de descontinenciamento do orçamento	$GDO = (\text{Orçamento descontinenciamento (exceto despesas obrigatórias)} / \text{dotação orçamentária atualizada}) \times 100$	%	Anual	Eficácia	↑	71	100,0	141%
TUOD - Taxa de utilização do orçamento disponibilizado	$TUOD = (\text{Orçamento empenhado (exceto despesas obrigatórias)} / \text{Orçamento descontinenciamento}) \times 100$	%	Anual	Eficácia	↑	91	99,0	109%

Perspectiva: Processos de Negócios

Tema: Agricultura Irrigada

Objetivo: Aprimorar a Eficiência de Irrigação

Indicador	Fórmula	Unidade de Medida	Frequência de Medição	Classificação	Polaridade do Indicador	Meta_2018	Realizado_2018	% Alcance da Meta_2018
IRA - Rentabilidade da água fornecida ao produtor	$IRA = (\text{Valor bruto da produção anual} / \text{Volume fornecido aos irrigantes no ano})$	R\$/1000m³	Anual	Eficiência	↑	1700	2071,8	122%

Perspectiva: Processos de Negócios

Tema: Agricultura Irrigada

Objetivo: Expandir a Agricultura Irrigada

Indicador	Fórmula	Unidade de Medida	Frequência de Medição	Classificação	Polaridade do Indicador	Meta_2018	Realizado_2018	% Alcance da Meta_2018
AI - Área Implantada com Infraestrutura de Irrigação em PPIs selecionados	AI = Área com infraestrutura de irrigação em PPIs	ha	Anual	Eficácia	↑	0	0,0	N/A
AEI - Áreas com estudos para implantação de PPIs	AEI = Total de áreas com estudos concluídos	ha	Anual	Eficácia	↑	0	0,0	N/A

Faixas de desempenho: ● Satisfatório (índice $\geq 80\%$) ● Regular (50% $\leq$ índice $< 80\%$) ● Insatisfatório (índice $< 50\%$) N/A Não Apurado

Polaridade do indicador: ↑ Quanto maior, melhor ↓ Quanto menor, melhor

Perspectiva: Processos de Negócios

Tema: Agricultura Irrigada

Objetivo: Implementar Gestão Autossustentável nos Projetos Públicos de Irrigação

Indicador	Fórmula	Unidade de Medida	Frequência de Medição	Classificação	Polaridade do Indicador	Meta_2018	Realizado_2018	% Alcança da Meta_2018
IPCE - Índice de PPIs economicamente viáveis em condições de emancipação	IEPI = (Nº de PPIs economicamente viáveis sob responsabilidade da Codevasf em condições de serem emancipados / Total de PPIs economicamente viáveis sob responsabilidade da Codevasf) x 100	%	Anual	Efetividade	↑	46	46,0	100%
IPC - Índice de produtores capacitados	IPC = (Número de famílias capacitadas / Número total de famílias nos PPIs) x 100	%	Anual	Eficácia	↑	45	36,8	82%
IUS - Índice de uso do solo	IUS = (Área cultivada / Área irrigável) * 100	% [(ha/ha) * 100]	Anual	Eficiência	↑	75	65,9	88%

Perspectiva: Processos de Negócios

Tema: Economia Sustentável

Objetivo: Apoiar Projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

Indicador	Fórmula	Unidade de Medida	Frequência de Medição	Classificação	Polaridade do Indicador	Meta_2018	Realizado_2018	% Alcança da Meta_2018
APLA - Atividades produtivas apoiadas	APLA = Nº de atividades produtivas apoiadas	Unid	Anual	Eficácia	↑	3	5,0	167%
FAPA - Famílias beneficiadas	FAPA = Nº de famílias beneficiadas	Unid	Anual	Eficácia	↑	150	1200,0	800%

Faixas de desempenho : ● Satisfatório (índice >=80%) ● Regular (50%<=índice<80%) ● Insatisfatório (índice<50%) N/A Não Apurado

Polaridade do indicador: ↑ Quanto maior, melhor ↓ Quanto menor, melhor

Perspectiva: Processos de Negócios

Tema: Economia Sustentável

Objetivo: Estruturar e Dinamizar Atividades Produtivas

Indicador	Fórmula	Unidade de Medida	Frequência de Medição	Classificação	Polaridade do Indicador	Meta_2018	Realizado_2018	% Alcance da Meta_2018
APLE - Atividades produtivas estruturadas	APLE = N° de atividades produtivas estruturadas	Unid	Anual	Eficácia	↑	3	2,0	67%
FBAP - Famílias beneficiadas	FBAP = N° de famílias beneficiadas	Unid	Anual	Eficácia	↑	150	20,0	13%

Perspectiva: Processos de Negócios

Tema: Segurança Hídrica

Objetivo: Ampliar a Oferta de Água para Usos Múltiplos

Indicador	Fórmula	Unidade de Medida	Frequência de Medição	Classificação	Polaridade do Indicador	Meta_2018	Realizado_2018	% Alcance da Meta_2018
IDIC - Índice de disponibilização de infra-estrutura para tecnologias coletivas de oferta de água	IDIC= (Índice de disponibilização de infraestrutura concluída)	%	Anual	Eficiência	↑	0	0,0	N/A
FAT - Índice de famílias beneficiadas por tecnologias individuais implantadas	FAT = (número de famílias beneficiadas pelas implantações do ano / número de famílias a serem beneficiadas por tecnologias individuais) *100	%	Anual	Eficácia	↑	0	0,0	N/A
OAB - Oferta de água bruta	OAB = Medição da capacidade de armazenamento de água bruta	m3	Anual	Eficácia	↑	0	0,0	N/A
VAB - Vazão média de água bruta	VAB = Vazão média de distribuição de água bruta	m3/s	Anual	Eficácia	↑	0	0,0	N/A
VAT - Vazão média de água tratada	VAT = Vazão média de distribuição de água tratada	m3/s	Anual	Eficácia	↑	0	0,0	N/A

 Faixas de desempenho :
 ● Satisfatório (índice >=80%)
 ● Regular (50%<=índice<80%)
 ● Insatisfatório (índice<50%)
 N/A Não Apurado

 Polaridade do indicador:
 ↑ Quanto maior, melhor
 ↓ Quanto menor, melhor

Perspectiva: Processos de Negócios

Tema: Segurança Hídrica

Objetivo: Contribuir para a Revitalização das Bacias Hidrográficas

Indicador	Fórmula	Unidade de Medida	Frequência de Medição	Classificação	Polaridade do Indicador	Meta_2018	Realizado_2018	% Alcance da Meta_2018
IOES - Índice de obras de esgotamento sanitário concluídas	IOES = (número concluídas / número total de obras a serem concluídas) x 100	%	Anual	Eficácia	↑	22	8,0	36%
FJIC - Produção de formas jovens destinadas à recomposição da ictiofauna	FJIC = Quantidade de formas jovens produzidas destinadas à recomposição da ictiofauna	milhões	Anual	Eficácia	↑	5	4,3	86%

Perspectiva: Processos de Negócios

Tema: Segurança Hídrica

Objetivo: Promover a Gestão e Recuperação de Infraestruturas Hídricas

Indicador	Fórmula	Unidade de Medida	Frequência de Medição	Classificação	Polaridade do Indicador	Meta_2018	Realizado_2018	% Alcance da Meta_2018
GRIH - Grau de recuperação de infraestruturas hídricas	GRIH = (Número de infraestruturas recuperadas / total de infraestruturas a serem recuperadas) x 100	%	Anual	Eficácia	↑	0	0,0	N/A
AFAB - Índice de autossuficiência financeira dos serviços de adução de água bruta prestados	AFAB = (receita anual por serviços de adução de água bruta/despesa anual por serviços de adução de água bruta) x 100	%	Anual	Eficácia	↑	0	0,0	N/A

Faixas de desempenho : ● Satisfatório (índice >=80%) ● Regular (50%<=índice<80%) ● Insatisfatório (índice<50%) N/A Não Apurado

Polaridade do indicador: ↑ Quanto maior, melhor ↓ Quanto menor, melhor

Perspectiva: Processos de Negócios

Tema: Planejamento Regional e Inovação

Objetivo: Atuar Alinhado a Planos de Desenvolvimento Regional e Local

Indicador	Fórmula	Unidade de Medida	Frequência de Medição	Classificação	Polaridade do Indicador	Meta_2018	Realizado_2018	% Alcance da Meta_2018
GAAP - Grau de alinhamento das ações da empresa com planos de desenvolvimento regionais	GAAP = (Quantidade de empreendimentos constantes dos planos de desenvolvimento regional e local / Total de empreendimentos da Empresa) x 100	%	Anual	Eficácia	↑	0	0,0	N/A

Perspectiva: Processos de Negócios

Tema: Planejamento Regional e Inovação

Objetivo: Promover Inovação nas Ações de Desenvolvimento Regional

Indicador	Fórmula	Unidade de Medida	Frequência de Medição	Classificação	Polaridade do Indicador	Meta_2018	Realizado_2018	% Alcance da Meta_2018
IID - Índice de inovação em ações de desenvolvimento regional	IID = (Número de ações em desenvolvimento regional com inovações / total das ações em desenvolvimento regional) x 100	%	Anual	Eficácia	↑	0	0,0	N/A

Faixas de desempenho :
● Satisfatório (índice >=80%)
 ● Regular (50%<=índice<80%)
 ● Insatisfatório (índice<50%)
 N/A Não Apurado

Polaridade do indicador:
↑ Quanto maior, melhor
 ↓ Quanto menor, melhor

Perspectiva: Sociedade

Tema: Representa a Própria Perspectiva

Objetivo: Contribuir para Redução das Desigualdades Sociais

Indicador	Fórmula	Unidade de Medida	Frequência de Medição	Classificação	Polaridade do Indicador	Meta_2018	Realizado_2018	% Alcance da Meta_2018
IRBD - Índice de Investimento em regiões com baixo desenvolvimento	IRBD = (Recursos aplicados em regiões com baixo desenvolvimento no ano atual - Recursos aplicados em regiões com baixo desenvolvimento no ano anterior) / Total de Recursos aplicados em regiões com baixo desenvolvimento no ano anterior) x 100	%	Anual	Eficácia	↑	10	0,6	6%

Perspectiva: Sociedade

Tema: Representa a Própria Perspectiva

Objetivo: Melhorar os Indicadores Sociais, Econômicos e Ambientais da Área de Atuação

Indicador	Fórmula	Unidade de Medida	Frequência de Medição	Classificação	Polaridade do Indicador	Meta_2018	Realizado_2018	% Alcance da Meta_2018
PBAC - População beneficiada com as ações da Codevasf	PBAC = (Quantidade de habitantes beneficiados diretos com as ações finalísticas no ano atual - Quantidade de habitantes beneficiados diretos com as ações finalísticas no ano anterior) / Quantidade de habitantes beneficiados diretos com as ações finalísticas ano anterior) x 100	%	Anual	Efetividade	↑	15	19,0	127%

Faixas de desempenho : ● Satisfatório (índice >=80%) ● Regular (50%<=índice<80%) ● Insatisfatório (índice<50%) N/A Não Apurado

Polaridade do indicador: ↑ Quanto maior, melhor ↓ Quanto menor, melhor

Quadro 3 - Indicador de eficiência operacional dos projetos públicos de irrigação

SR	Indicador	Unidade de Medida	Tipo de avaliação de desempenho	Acumulado ano			% alcançado da Meta	Avaliação do indicador
				Índice de Referência	Meta de desempenho	Resultado alcançado		
Total	O1 - Eficiência operacional	%	Eficiência	78,6	72,2	79,0	109	Acima do previsto
1ª SR	Gorutuba	%	Eficiência	71	72	54,0	75	Abaixo do previsto
1ª SR	Lagoa Grande	%	Eficiência	93	72	84,0	117	Acima do previsto
1ª SR	Jaíba	%	Eficiência	95	75	103,0	137	Acima do previsto
1ª SR	Pirapora	%	Eficiência	97	85	96,0	113	Acima do previsto
2ª SR	Barreiras Norte	%	Eficiência	88	85	88,0	104	Acima do previsto
2ª SR	Ceraíma	%	Eficiência	ND	63	ND	-	-
2ª SR	Estreito	%	Eficiência	74,0	72	71,0	99	Dentro do previsto
2ª SR	Formosinho	%	Eficiência	94	72	92,0	128	Acima do previsto
2ª SR	Formoso	%	Eficiência	90	76	97,0	128	Acima do previsto
2ª SR	Mirorós	%	Eficiência	83	76	81,0	107	Acima do previsto
2ª SR	Nupeba/Riacho Grande	%	Eficiência	88	85	86,0	101	Acima do previsto
2ª SR	São Desidério	%	Eficiência	45	72	21,0	29	Muito abaixo do previsto
3ª SR	Bebedouro	%	Eficiência	90	72	87,0	121	Acima do previsto
3ª SR	Nilo Coelho	%	Eficiência	92	81	89,0	110	Acima do previsto
4ª SR	Betume	%	Eficiência	44	72	59,0	82	Dentro do previsto
4ª SR	Cotinguiba	%	Eficiência	59	72	ND	-	-
4ª SR	Propriá	%	Eficiência	63	72	67,0	93	Dentro do previsto
5ª SR	Boacica	%	Eficiência	62	72	73,0	101	Acima do previsto
5ª SR	Itiúba	%	Eficiência	40	72	49,0	68	Abaixo do previsto
6ª SR	Curaçá	%	Eficiência	91	63	99,0	157	Acima do previsto
6ª SR	Curaçá CP2	%	Eficiência	74	63	ND	-	-
6ª SR	Mandacaru	%	Eficiência	90	63	82,0	130	Acima do previsto
6ª SR	Manicoba	%	Eficiência	84	63	82,0	130	Acima do previsto
6ª SR	Tourão	%	Eficiência	100	63	100,0	159	Acima do previsto

Notas: ^(ND) Dados não disponíveis

Quadro 4 - Indicador de rentabilidade da água fornecida ao produtor dos projetos públicos de irrigação

SR	Indicador	Unidade de Medida	Tipo de avaliação de desempenho	Acumulado ano			% alcançado da Meta	Avaliação do indicador
Total	O2 - Rentabilidade da água fornecida ao produtor	(R\$/1000 m3)	Eficiência	1.462,4	1.112,5	1.701,4	153	Acima do previsto
1ª SR	Gorutuba	(R\$/1000 m3)	Eficiência	2.449	1.855	2.456	132	Acima do previsto
1ª SR	Lagoa Grande	(R\$/1000 m3)	Eficiência	3.435	1.855	2.081	112	Acima do previsto
1ª SR	Jaíba	(R\$/1000 m3)	Eficiência	855	567	1.874	330	Acima do previsto
1ª SR	Pirapora	(R\$/1000 m3)	Eficiência	2.676	1.855	3.564	192	Acima do previsto
2ª SR	Barreiras Norte	(R\$/1000 m3)	Eficiência	ND	813	1.348	166	Acima do previsto
2ª SR	Ceraíma	(R\$/1000 m3)	Eficiência	ND	813	ND	-	-
2ª SR	Estreito	(R\$/1000 m3)	Eficiência	ND	813	ND	-	-
2ª SR	Formosinho	(R\$/1000 m3)	Eficiência	2.487	813	2.931	360	Acima do previsto
2ª SR	Formoso	(R\$/1000 m3)	Eficiência	516	813	1.712	211	Acima do previsto
2ª SR	Mirorós	(R\$/1000 m3)	Eficiência	639	813	ND	-	-
2ª SR	Nupeba/Riacho Grande	(R\$/1000 m3)	Eficiência	580	813	2.207	271	Acima do previsto
2ª SR	São Desidério	(R\$/1000 m3)	Eficiência	168	813	821	101	Acima do previsto
3ª SR	Bebedouro	(R\$/1000 m3)	Eficiência	3.084	2.490	2.966	119	Acima do previsto
3ª SR	Nilo Coelho	(R\$/1000 m3)	Eficiência	4.413	2.490	4.062	163	Acima do previsto
4ª SR	Betume	(R\$/1000 m3)	Eficiência	695	386	701	182	Acima do previsto
4ª SR	Cotinguiba	(R\$/1000 m3)	Eficiência	490	386	481	125	Acima do previsto
4ª SR	Propriá	(R\$/1000 m3)	Eficiência	123	386	788	204	Acima do previsto
5ª SR	Boacica	(R\$/1000 m3)	Eficiência	254	386	159	41	Abaixo do previsto
5ª SR	Itiúba	(R\$/1000 m3)	Eficiência	800	386	896	232	Acima do previsto
6ª SR	Curaçá	(R\$/1000 m3)	Eficiência	2.087	1.729	2.105	122	Acima do previsto
6ª SR	Curaçá CP2	(R\$/1000 m3)	Eficiência	1.949	1.729	ND	-	-
6ª SR	Mandacaru	(R\$/1000 m3)	Eficiência	1.169	1.729	1.244	72	Abaixo do previsto
6ª SR	Maniçoba	(R\$/1000 m3)	Eficiência	1.527	1.729	1.323	77	Abaixo do previsto
6ª SR	Tourão	(R\$/1000 m3)	Eficiência	314	237	310	131	Acima do previsto

Notas: (ND) Dados não disponíveis

Quadro 5 - Indicador da taxa recebimento da tarifa de K2 dos projetos públicos de irrigação

SR	Indicador	Unidade de Medida	Tipo de avaliação de desempenho	Acumulado ano			% alcançado da Meta	Avaliação do indicador
Total	O3 - Taxa Recebimento da tarifa de K2	%	Eficiência	87,8	90,0	90,4	100	Acima do previsto
1ª SR	Gorutuba	%	Eficiência	95	90	124	138	Acima do previsto
1ª SR	Lagoa Grande	%	Eficiência	104	90	100	111	Acima do previsto
1ª SR	Jaíba	%	Eficiência	91	90	94	104	Acima do previsto
1ª SR	Pirapora	%	Eficiência	92	90	79	88	Dentro do previsto
2ª SR	Barreiras Norte	%	Eficiência	76	90	104	116	Acima do previsto
2ª SR	Ceraíma	%	Eficiência	ND	90	ND	-	-
2ª SR	Estreito	%	Eficiência	29,0	90	44	49	Abaixo do previsto
2ª SR	Formosinho	%	Eficiência	ND	90	ND	-	-
2ª SR	Formoso	%	Eficiência	75	90	87	97	Dentro do previsto
2ª SR	Mirorós	%	Eficiência	100	90	103	114	Acima do previsto
2ª SR	Nupeba/Riacho Grande	%	Eficiência	63	90	55	61	Abaixo do previsto
2ª SR	São Desidério	%	Eficiência	93	90	89	99	Dentro do previsto
3ª SR	Bebedouro	%	Eficiência	100	90	100	111	Acima do previsto
3ª SR	Nilo Coelho	%	Eficiência	100	90	100	111	Acima do previsto
4ª SR	Betume	%	Eficiência	61	90	98	109	Acima do previsto
4ª SR	Cotinguiba	%	Eficiência	93	90	ND	-	-
4ª SR	Propriá	%	Eficiência	55	90	84	93	Dentro do previsto
5ª SR	Boacica	%	Eficiência	87	90	50	56	Abaixo do previsto
5ª SR	Itiúba	%	Eficiência	111	90	105	117	Acima do previsto
6ª SR	Curaçá	%	Eficiência	90	90	92	102	Acima do previsto
6ª SR	Curaçá CP2	%	Eficiência	118	90	ND	-	-
6ª SR	Mandacaru	%	Eficiência	93	90	98	109	Acima do previsto
6ª SR	Maniçoba	%	Eficiência	104	90	101	112	Acima do previsto
6ª SR	Tourão	%	Eficiência	101	90	100	111	Acima do previsto

Notas: ^(ND) Dados não disponíveis

Quadro 6 - Indicador de autossuficiência financeira dos projetos públicos de irrigação

SR	Indicador	Unidade de Medida	Tipo de avaliação de desempenho	Acumulado ano			% alcançado da Meta	Avaliação do indicador
Total	O4 - Autossuficiência financeira	%	Eficiência	65,4	81,7	68,9	84	Dentro do previsto
1ª SR	Gorutuba	%	Eficiência	57	80	13	16	Muito abaixo do previsto
1ª SR	Lagoa Grande	%	Eficiência	114	100	101	101	Acima do previsto
1ª SR	Jaíba	%	Eficiência	99	90	62	69	Abaixo do previsto
1ª SR	Pirapora	%	Eficiência	93	100	85	85	Dentro do previsto
2ª SR	Barreiras Norte	%	Eficiência	41	90	114	127	Acima do previsto
2ª SR	Ceraíma	%	Eficiência	ND	70	ND	-	-
2ª SR	Estreito	%	Eficiência	16,0	70	34,0	49	Abaixo do previsto
2ª SR	Formosinho	%	Eficiência	90	80	99	124	Acima do previsto
2ª SR	Formoso	%	Eficiência	87	90	66	73	Abaixo do previsto
2ª SR	Mirorós	%	Eficiência	22	80	104	130	Acima do previsto
2ª SR	Nupeba/Riacho Grande	%	Eficiência	78	90	88	98	Dentro do previsto
2ª SR	São Desidério	%	Eficiência	99	80	69	86	Dentro do previsto
3ª SR	Bebedouro	%	Eficiência	78	90	82	91	Dentro do previsto
3ª SR	Nilo Coelho	%	Eficiência	80	100	105	105	Acima do previsto
4ª SR	Betume	%	Eficiência	37	50	3	6	Muito abaixo do previsto
4ª SR	Cotinguiba	%	Eficiência	16	50	ND	-	-
4ª SR	Propriá	%	Eficiência	8	50	1	2	Muito abaixo do previsto
5ª SR	Boacica	%	Eficiência	16	50	15	30	Muito abaixo do previsto
5ª SR	Itiúba	%	Eficiência	12	50	13	26	Muito abaixo do previsto
6ª SR	Curaçá	%	Eficiência	68	100	85	85	Dentro do previsto
6ª SR	Curaçá CP2	%	Eficiência	96	100	ND	-	-
6ª SR	Mandacaru	%	Eficiência	97	100	93	93	Dentro do previsto
6ª SR	Maniçoba	%	Eficiência	101	100	112	112	Acima do previsto
6ª SR	Tourão	%	Eficiência	100	100	102	102	Acima do previsto

Notas: ^(ND) Dados não disponíveis

Quadro 7 - Indicador inadimplência nas tarifas K2 dos projetos públicos de irrigação

SR	Indicador	Unidade de Medida	Tipo de avaliação de desempenho	Acumulado ano			% alcançado da Meta	Avaliação do indicador
Total	O5 - Inadimplência nas tarifas K2	%	Eficiência	30,3	10	28,6	35	Muito abaixo do previsto
1ª SR	Gorutuba	%	Eficiência	13	10	0	-	-
1ª SR	Lagoa Grande	%	Eficiência	13	10	21	48	Abaixo do previsto
1ª SR	Jaíba	%	Eficiência	13	10	6	167	Acima do previsto
1ª SR	Pirapora	%	Eficiência	21	10	14	71	Abaixo do previsto
2ª SR	Barreiras Norte	%	Eficiência	36	10	75	13	Muito abaixo do previsto
2ª SR	Ceraíma (*)	%	Eficiência	ND	10	ND	-	-
2ª SR	Estreito	%	Eficiência	97	10	76	13	Muito abaixo do previsto
2ª SR	Formosinho	%	Eficiência	ND	10	ND	-	Acima do previsto
2ª SR	Formoso	%	Eficiência	25	10	59	17	Muito abaixo do previsto
2ª SR	Mirorós	%	Eficiência	20	10	37	27	Muito abaixo do previsto
2ª SR	Nupeba/Riacho Grande	%	Eficiência	40	10	64	16	Muito abaixo do previsto
2ª SR	São Desidério	%	Eficiência	37	10	20	50	Abaixo do previsto
3ª SR	Bebedouro	%	Eficiência	17	10	81	12	Muito abaixo do previsto
3ª SR	Nilo Coelho	%	Eficiência	17	10	21	48	Abaixo do previsto
4ª SR	Betume	%	Eficiência	31	10	0	-	-
4ª SR	Cotinguiba	%	Eficiência	58	10	ND	-	-
4ª SR	Propriá	%	Eficiência	45	10	0	-	-
5ª SR	Boacica	%	Eficiência	49	10	68	15	Muito abaixo do previsto
5ª SR	Itiúba	%	Eficiência	14	10	11	91	Dentro do previsto
6ª SR	Curaçá	%	Eficiência	20	10	8	125	Acima do previsto
6ª SR	Curaçá CP2	%	Eficiência	34	10	0	-	-
6ª SR	Mandacaru	%	Eficiência	19	10	2	500	Acima do previsto
6ª SR	Maniçoba	%	Eficiência	44	10	36	28	Muito abaixo do previsto
6ª SR	Tourão	%	Eficiência	4	10	2	500	Acima do previsto

Notas: ^(ND) Dados não disponíveis

(*) Ceraíma teve seu fornecimento de água suspenso devido ao baixo nível no seu reservatório (prioridade para o abastecimento urbano de Guanambi).

Anexo 2- Dados Complementares de Projetos Públicos de Irrigação

Quadro 1 - Situação da emancipação dos perímetros públicos de irrigação da Codevasf

SR	Perímetros de Irrigação	Área Irrigável (ha)	Organizações Associativistas	Tipo de Administração
1ª SR/MG	Gorutuba	4.734	Distrito de Irrigação do Perímetro Gorutuba - DIG	Cogestão
	Jaíba	26.030	Distrito de Irrigação do Projeto Jaíba - DIJ	Cogestão
	Lagoa Grande	1.538	Associação dos Proprietários Irrigantes da Margem Esquerda do Rio Gorutuba - ASSIEG	Auto-Gestão
	Pirapora	1.236	Associação dos Usuários do Projeto Pirapora - AUPPI	Cogestão
2ª SR/BA	Barreiras Norte	1.710	Associação dos Usuários Perímetro Barreiras Norte - APROBAN	Cogestão
	Ceraíma	408	Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma - COOPERC	Cogestão
	Estreito	7.983	Distrito de Irrigação do Projeto Estreito - DIPE	Cogestão
	Formosinho	408	Codevasf	Cogestão
	Formoso "A"	7.719	Distrito de Irrigação do Projeto Formoso - DIF	Cogestão
	Formoso "H"	4.410	Distrito de Irrigação do Projeto Formoso - DIF	Cogestão
	Mirorós	1.852	Distrito de Irrigação do Projeto Mirorós - DIPIM	Cogestão
	Nupeba	2.651	Distrito de Irrigação de Nupeba e Riacho Grande - DNR	Cogestão
	Riacho Grande	1.590	Distrito de Irrigação de Nupeba e Riacho Grande - DNR	Cogestão
	São Desidério	1.718	Distrito de Irrigação São Desidério/Barreiras Sul - DISB	Cogestão
3ª SR/PE	Bebedouro	2.418	Distrito de Irrigação do Projeto Bebedouro - DIPIB	Cogestão
	Nilo Coelho	18.686	Distrito de Irrigação do Projeto Senador Nilo Coelho - DISNC	Cogestão
4ª SR/SE	Betume	2.860	Distrito de Irrigação do Projeto Betume - DIB	Cogestão
	Cotinguiba/Pindoba	2.232	Distrito de Irrigação do Projeto Cotinguiba/Pindoba - DICOP	Cogestão
	Propriá	1.177	Distrito de Irrigação do Projeto Propriá - DIPP	Cogestão
5ª SR/AL	Boacica	2.762	Distrito de Irrigação do Projeto Boacica - DIB	Cogestão
	Itiúba	901	Distrito de Irrigação do Projeto Itiúba - DIPI	Cogestão
6ª SR/BA	Curaçá	3.342	Distrito de Irrigação do Projeto Curaçá - DIC	Cogestão
	Curaçá CP2	939	União dos Produtores do Perímetro Curaçá - UPROPIC	Cogestão
	Mandacaru	450	Distrito de Irrigação do Projeto Mandacaru - DIMAND	Cogestão
	Maniçoba	4.160	Distrito de Irrigação do Projeto Maniçoba - DIM	Cogestão
	Tourão	14.237	Associação dos Usuários do Perímetro Tourão - AUPIT	Auto-Gestão
TOTAL		118.152		

Fonte das informações: Relatórios de acompanhamento da Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação – AI

Unidade responsável: Gerência de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação - AI/GEI

Método de levantamento: Informações da Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação da Codevasf.

Periodicidade: Anual

Utilização no processo de tomada de decisão: Sim (X) Não (...)

Nota: ¹ - A Codevasf considera **emancipação** o processo de consolidação da situação socioeconômica dos perímetros irrigados, no qual os usuários (produtores) adquirem a capacidade de gerenciar seus negócios por meio de organizações Associativistas e do estabelecimento de parcerias.

Quadro 2 - Medidas para redução da inadimplência no pagamento da tarifa de água e na amortização dos lotes

Normativos	Assunto
Orientações gerais da Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação para as ações de Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação (PAC-2)	Aprimoramento do Instrumento de Delegação da administração, operação e manutenção da infraestrutura de uso comum para os Distritos/Organizações de Produtores, iniciando-se pelo Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho - DSNIC.
Portaria nº 477, de 11 de julho de 2002, do Ministro da Integração Nacional.	Fixar o mês de junho do ano de 2002, como o último mês de referência para a amortização dos investimentos públicos nas obras de infraestrutura de irrigação de uso comum dos projetos públicos de irrigação de Propriá, Cotinguiba/Pindoba, Betume, Itiúba e Boacica.
Portaria nº 650, de 30 de setembro de 2002, do Ministro da Integração Nacional.	Aprovar os critérios para a fixação da parcela da tarifa de água dos projetos públicos de irrigação correspondente à amortização dos investimentos públicos em infraestrutura de irrigação de uso comum.
Resolução nº 742, de 24 de outubro de 2002, da Diretoria Executiva da Codevasf.	Autorizar a exclusão do nome dos irrigantes do CADIN, cuja inscrição nesse cadastro tenha sido motivada por inadimplência da parcela K1 de tarifa d'água e estabelecer prazo de 90 dias para que esses irrigantes manifestem formalmente seu interesse em repactuar suas dívidas e procedam à repactuação. Os irrigantes que não se manifestarem pela repactuação terão seus nomes novamente inscritos no CADIN.
Fax/DA/SE/nº 230, de 28 de outubro de 2002	Encaminha a Resolução nº 742/2002 aos Superintendentes Regionais.
Carta/Circ./PR/GB nº 049, de 12 de dezembro de 2002, do Presidente da Codevasf aos irrigantes	Informar sobre a Resolução nº 742/2002.
Fax/PR/GB/nº 010, de 11 de fevereiro de 2003, do Presidente da Codevasf aos Superintendentes Regionais	Providências tomadas e a serem implementadas para cumprimento da Carta/Circ./PR/GB nº 049/2002 e Resolução nº 742/2002.
Resolução nº 108, de 19 de fevereiro de 2003	Rerratifica a Resolução nº 742/2002.
Resolução nº 340, de 03 de fevereiro de 2003	Estabelece critérios para repactuação dos débitos dos irrigantes.
Resolução nº 410, de 01 de agosto de 2003	Rerratifica a Resolução nº 340/2003.
Resolução nº 641, de 03 de dezembro de 2003, que	Estabelece critérios para pagamentos de débitos vencidos para os ocupantes dos lotes familiares do Perímetro de Gorutuba-MG.
Resolução nº 654, de 03 de dezembro de 2003	Rerratifica a Resolução nº 340/2003.
Resolução nº 103, de 11 de março de 2004	Autoriza a exclusão dos nomes dos irrigantes do CADIN e estabelece critérios para a repactuação dos débitos dos irrigantes.
Resolução nº 104, de 11 de março de 2004	Autoriza a prorrogação do prazo para a repactuação dos débitos, estabelecido na Resolução 654/2003.
Decisão nº 393 de 20 de maio de 2004	Constitui grupo de trabalho para elaboração de proposta visando o estabelecimento de critérios e parâmetros para repactuação dos débitos dos irrigantes.
Portaria nº 837, de 8 de maio de 2008	Estabelece critérios para renegociação dos débitos de parcelas vencidas, referentes à amortização dos lotes titulados e pagamento de tarifa d'água nos perímetros públicos de irrigação sob jurisdição da Codevasf.
Portaria nº 838, de 8 de maio de 2008	Estabelece critérios para renegociação dos débitos de parcelas vencidas da tarifa de água, relativa à amortização da infraestrutura de irrigação de uso comum (K1), dos agricultores dos projetos públicos de irrigação sob jurisdição da Codevasf.

Normativos	Assunto
Lei nº 13.340, de 8 de maio de 2008	Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, da Presidência da República, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural, altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001 e dá outras providências.
Portaria nº 240, de 1º de outubro de 2015	Art. 1º. Autorizar o parcelamento de débitos vencidos, não inscritos em dívida ativa, de pessoas físicas ou jurídicas referentes à tarifa de uso ou amortização das Infraestruturas de irrigação de uso comum dos Projetos Públicos de Irrigação sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.
Portaria nº 552, de 24 de dezembro de 2018	Portaria nº 552 de 24 de dezembro de 2018, do Ministro da Integração Nacional, que suspende, por um prazo de 12 (doze) meses, a exigibilidade dos débitos que se vencerem por força da Portaria MI n. 148/2018, publicada no DOU n. 66, no dia 06 de abril de 2018, página 149, referentes às parcelas de pagamento da tarifa d'água K1 (amortização da infraestrutura de irrigação de uso comum), nos Perímetros Públicos de Irrigação, sob a jurisdição da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.
Lei nº 13.006 de 09 de janeiro de 2018	Lei nº 13.606, de 09 de janeiro de 2018, da Presidência da República, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural, altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001 e dá outras providências.

Fonte das informações: Consulta de Portaria, Resoluções e Decisões referentes a gestão financeira dos perímetros públicos de irrigação.

Unidade responsável: Gerência de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação - AI/GEI

Método de levantamento: Publicação no Diário Oficial.

Periodicidade: Anual

Utilização no processo de tomada de decisão: Sim (X) Não (...)

Quadro 3 - Taxas de inadimplência dos componentes K1 e K2 da tarifa de água e da amortização de lotes agrícolas por perímetro de irrigação

SR	Perímetro de Irrigação	Taxas de Inadimplência (%)		
		Componente K1 da Tarifa de Água ⁽¹⁾	Componente K2 da Tarifa de Água ⁽²⁾	Amortização de Lotes Agrícolas ⁽³⁾
1ª SR/MG	Gorutuba	31	0	22
	Jaíba	44	6	35
	Lagoa Grande	64	21	0
	Pirapora	8	14	2
2ª SR/BA	Barreiras Norte	37	75	17
	Ceraíma	0	ND	0
	Estreito	45	76	55
	Formosinho	17	ND	4
	Formoso A e H	40	59	40
	Mirorós	7	37	11
	Nupeba/Riacho Grande	41	64	21
	São Desidério	22	20	19
3ª SR/PE	Bebedouro	34	81	76
	Nilo Coelho	15	21	8
4ª SR/SE	Betume	10	0	19
	Cotinguiba/Pindoba	3	ND	9
	Propriá	4	0	5
5ª SR/AL	Boacica	5	68	2
	Itiúba	4	11	5
6ª SR/BA	Curaçá	31	8	13
	Curaçá CP2	16	ND	12
	Mandacaru	21	2	32
	Manicoba	16	36	11
	Tourão	1	2	0
	Salitre	76	ND	24
Média de Inadimplência		23,68	30,05	17,68
DESCRIÇÃO DOS INDICADORES				
Indicador			Fórmula de cálculo	
1) Taxa de inadimplência do componente K1 da tarifa d'água			Taxa de inadimplência = [1 – (Valor recebido até o vencimento / Valor faturado)] *100	
2) Taxa de inadimplência do componente K2 da tarifa d'água				
3) Taxa de inadimplência de amortização dos lotes agrícolas				
Tipo de componente		Definição do componente		
· Componente K1 da tarifa d'água		Amortização da infraestrutura de irrigação de uso comum do perímetro, conforme Decreto nº 89.496, de 29 de março de 1984. Aprovada a Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação (<i>pendente de regulamentação</i>).		
· Componente K2 da tarifa d'água		Rateio dos custos operacionais dos serviços público de irrigação.		
· Amortização dos lotes agrícolas		Pagamento realizado pelo irrigante referente a concessão do lote em função da área e capacidade de pagamento.		

Fonte das informações: Relatórios de Operação e Manutenção dos Perímetros e Relatório do financeiro da Codevasf.

Unidade responsável: Gerência de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação - AI/GEI

Método de levantamento: Dados contábeis informados pelas gerências dos Distritos que compõe o Relatório do representante da Codevasf no Perímetro e dados do setor financeiro da Codevasf

Periodicidade: Anual

Utilização no processo de tomada de decisão: Sim (X) Não (...)

Nota: (ND) Dados não disponíveis

Quadro 4 - Montante acumulado de valores inadimplidos no pagamento dos componentes k1 e k2 - tarifa de água e amortização de lotes agrícolas

SR	Perímetro de Irrigação	Valores Inadimplidos (R\$1,00)		
		Componente K1 da Tarifa de Água	Componente K2 da Tarifa de Água ⁽¹⁾	Amortização de Lotes Agrícolas
1ª SR/MG	Gorutuba	2.250.253,00	968.546,55	1.358.339,00
	Jaíba	10.959.298,00	4.154.870,58	6.574.236,00
	Lagoa Grande	1.199.129,00	168.238,54	0
	Pirapora	193.650,00	1.420.927,49	2.412,00
2ª SR/BA	Barreiras Norte	162.575,00	557.957,62	1.932.699,00
	Ceraíma	412,00	330.669,97	794,00
	Estreito	1.704.176,00	1.992.991,21	5.268.043,00
	Formosinho	7.340,00	ND	137.604,00
	Formoso A e H	8.234.714,00	21.123.663,85	35.949.818,00
	Mirorós	128.398,00	1.862.223,05	1.601.474,00
	Nupeba/Riacho Grande	478.783,00	5.547.053,15	3.118.197,00
	São Desidério	352.356,00	554.276,13	71.469,00
3ª SR/PE	Bebedouro	1.155.324,00	799.087,98	262.117,00
	Nilo Coelho	7.214.179,00	14.704.159,00	7.321.712,00
4ª SR/SE	Betume	255.906,00	563.011,94	587.152,00
	Cotinguiba/Pindoba	71.730,00	ND	673.766,00
	Propriá	35.391,00	ND	2.231,00
5ª SR/AL	Boacica	177.568,00	1.166.199,96	132.862,00
	Itiúba	35.204,00	ND	66.212,00
6ª SR/BA	Curaçá	2.265.628,00	5.106.453,28	778.741,00
	Curaçá CP2	424.509,00	ND	626.778,00
	Mandacaru	183.386,00	65.219,21	24.210,00
	Maniçoba	1.821.513,00	984.444,93	1.622.788,00
	Tourão	132.994,00	646.705,41	0,00
	Salitre	635.196,00	ND	1.068.415,00
TOTAIS		40.079.612,00	62.716.699,85	69.182.069,00

Fonte das informações: Relatórios de Operação e Manutenção dos Perímetros

Unidade responsável: Gerência de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação – AI/GEI

Método de levantamento: Dados contábeis de faturamentos e receitas informados pelas gerências dos Distritos que compõe o Relatório do representante da Codevasf no Perímetro e dados do setor financeiro da Codevasf.

Periodicidade: Mensal

Utilização processo de tomada de decisão: Sim (X) Não (...)

Notas: (ND) Dados não disponíveis.

(1) Refere-se ao passivo do Distrito, desde sua fundação.

Quadro 5 - Valores faturados e recebidos de k2 por perímetro de irrigação

SR	Perímetro de Irrigação	Faturado (R\$)	Recebido (R\$)
1ª SR/MG	Gorutuba	1.083.575,72	1.345.796,87
	Lagoa Grande	603.595,19	604.324,07
	Jaíba	17.393.034,96	16.372.785,37
	Pirapora	3.437.372,71	2.725.720,01
2ª SR/BA	Barreiras Norte	1.969.398,71	2.057.086,17
	Ceraíma	ND	ND
	Estreito	682.700,75	298.678,00
	Formosinho	ND	ND
	Formoso	16.209.279,40	14.118.743,18
	Mirorós	1.444.422,22	1.485.115,60
	Nupeba/Riacho Grande	4.128.863,71	2.257.515,86
	São Desidério	669.025,48	592.874,68
3ª SR/PE	Bebedouro	2.193.496,68	2.190.904,86
	Nilo Coelho	49.493.509,45	49.405.150,31
4ª SR/SE	Betume	587.203,39	573.977,50
	Cotinguiba	ND	ND
	Propriá	131.870,57	110.871,89
5ª SR/AL	Boacica	922.231,01	457.456,30
	Itiúba	196.914,28	206.526,37
6ª SR/BA	Curaçá	6.502.875,28	5.962.201,07
	Curaçá CP2	ND	ND
	Mandacaru	962.782,00	945.252,99
	Maniçoba	9.141.762,27	9.207.149,89
	Tourão	25.792.738,87	25.792.886,52
TOTAIS		143.546.652,65	136.711.017,51

Fonte das informações: Relatórios de Operação e Manutenção dos Perímetros

Unidade responsável: Gerência de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação - AI/GEI

Método de levantamento: Dados contábeis de faturamentos e receitas informados pelas gerências dos Distritos que compõe o Relatório do representante da Codevasf no Perímetro.

Periodicidade: Mensal

Utilização processo de tomada de decisão: Sim (X) Não (...)

Nota: (ND) Dados não disponíveis.

Quadro 6 - Montante de despesas em operação e manutenção por perímetro de irrigação

SR	Perímetro de Irrigação	Despesas Codevasf		Despesa AO&M Distrito (c)	Despesa total (a+b+c)
		Reabilitação (a)	AO&M (b)		
1ª SR/MG	Gorutuba	12.910.700,83	0	1.906.949,93	14.817.650,76
	Lagoa Grande	0	0	597.662,45	597.662,45
	Jaíba	10.718.082,28	0	16.446.351,25	27.164.433,53
	Pirapora	0	0	3.217.712,12	3.217.712,12
2ª SR/BA	Barreiras Norte	0	0	1.841.639,56	1.841.639,56
	Ceraíma	3.870.636,56	33.463,93	429.460,63	4.333.561,12
	Estreito	0,00	377.254,90	495.561,92	872.816,82
	Formosinho	0	0,00	339.903,62	339.903,62
	Formoso	0	138.240,73	21.897.643,65	22.035.884,38
	Mirorós	0	0,00	1.462.123,49	1.462.123,49
	Nupeba/Riacho Grande	1.570,90	76.526,73	3.163.643,29	3.241.740,92
	São Desiderio	0	0	854.566,91	854.566,91
3ª SR/PE	Bebedouro	0	613.482,04	2.282.930,77	2.896.412,81
	Nilo Coelho	1.213.769,90	355.564,13	45.398.793,86	46.968.127,89
4ª SR/SE	Betume	12.839.135,65	6.202.812,23	716.751,49	19.758.699,37
	Cotinguiba	6.055.953,34	5.567.012,19	ND	11.622.965,53
	Propriá	6.097.628,93	2.951.685,09	139.764,92	9.189.078,94
5ª SR/AL	Boacica	0	3.016.950,58	487.910,81	3.504.861,39
	Itiúba	0,00	2.575.529,19	377.578,78	2.953.107,97
6ª SR/BA	Curaçá	0	547.336,09	6.519.794,88	7.067.130,97
	Curaçá CP2	ND	ND	ND	ND
	Mandacaru	0	0	1.021.418,89	1.021.418,89
	Maniçoba	0	450.354,32	7.743.562,95	8.193.917,27
	Tourão	0	0	25.314.582,04	25.314.582,04
TOTAIS		53.707.478,39	22.906.212,15	142.656.308,21	219.269.998,75

Fonte das informações: Relatórios de Operação e Manutenção dos Perímetros e Relatório do financeiro da Codevasf.

Unidade responsável: Gerência de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação - AI/GEI

Método de levantamento: Consolidação dos dados das despesas anuais informadas pelas Gerências dos Distritos e Representantes da Codevasf, despesas anuais pagas pela Codevasf nos Distritos e informações do setor financeiro da Codevasf quanto aos de valores de K1 reinvestidos nos Perímetros.

Periodicidade: Mensal

Utilização no processo de tomada de decisão: Sim (X) Não (...)

Observação: AO&M: Administração, Operação e Manutenção de Projetos Públicos de Irrigação.

Reabilitação: Modernização e/ou ampliação da infraestrutura de irrigação de uso comum

Quadro 7 - Amortização dos investimentos públicos nas obras de infraestrutura de irrigação de uso comum

SR	Perímetro de Irrigação	Valor da Parcela K1 (R\$/ha ano)
1ª SR/MG	Gorutuba	*
	Jaíba	*
	Lagoa Grande	*
	Pirapora	*
2ª SR/BA	Barreiras Norte ⁽¹⁾	*
	Ceraíma ⁽¹⁾	*
	Estreito I/III ⁽¹⁾	*
	Formosinho ⁽¹⁾	*
	Formoso A	*
	Formoso H	*
	Mirorós	*
	Nupeba	*
	Riacho Grande	*
	São Desidério	*
3ª SR/PE	Bebedouro	*
	Nilo Coelho	*
4ª SR/SE	Cotinguiba/ Pindoba ⁽²⁾	*
	Betume ⁽²⁾	*
	Propriá ⁽²⁾	*
5ª SR/AL	Boacica ⁽²⁾	*
	Itiúba ⁽²⁾	*
6ª SR/BA	Curaçá	*
	Maniçoba	*
	Mandacaru	*
	Tourão	*
	Salitre	*

Fonte das informações: Portaria nº 148 do Ministério da Integração Nacional de 06/04/2018.

Unidade responsável: Gerência de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação - AI/GEI

Método de levantamento: Publicação no Diário Oficial pelo Ministro da Integração Nacional - MI.

Periodicidade: Anual

Utilização no processo de tomada de decisão: Sim (X) Não (...)

Notas: ⁽¹⁾ Perímetros que não possui capacidade de pagamento da tarifa K1.

⁽²⁾ Os perímetros localizados nos estados de Alagoas e Sergipe (baixo São Francisco) estão dispensados do pagamento da tarifa K1. Esses perímetros foram implantados para compensar os danos na produção agrícola em função da contenção das águas pela barragem de Sobradinho, no estado da Bahia, que reduziu significativamente as várzeas inundadas para cultura de arroz.

* Para o ano de 2018 a cobrança de K1 foi suspensa segundo a Portaria MI nº 552 de 24/12/18

Quadro 8 - Ocupação dos projetos públicos de irrigação – Codevasf

SR	Perímetro	Nº Lotes Irrigáveis	Área Irrigável Total (ha)	Lotes Irrigáveis Ocupados ⁽¹⁾				Área Irrigável Ocupada (ha)			
				Familiar	Empresa	Outros	Total	Familiar	Empresa	Outros	Total
1ª	Gorutuba	458	4.734,48	393	65	0	458	2.473	2.261	0	4.734
	Jaíba	2.261	26.029,88	1.801	311	5	2117	9.145	8.004	7.290	24.440
	Pirapora	37	1.236,00	0	37	0	37	0	1.236	0	1.236
	Lagoa Grande	48	1.538,00	0	48	0	48	0	1.538	0	1.538
1ª SR Total		2.804	33.538	2.194	461	5	2.660	11.618	13.040	7.290	31.948
2ª	Barreiras Norte	155	1.651,86	107	28	5	140	739,14	569,982	50,3115	1.359
	Baixio de Irecê	253	17.641,07	216	37	0	253	4207,86	13.433	0	17.641
	Ceraíma	112	408,19	112	0	0	112	408,19	0	0	408,19
	Estreito I *	140	494,098	140	0	0	140	494,1	0	0	494,1
	Estreito II *	68	461,5	68	0	0	68	461,5	0	0	461,5
	Estreito III *	239	1.173,56	239	0	0	239	1.174	0	0	1.174
	Estreito IV	677	5.844,00	116	0	0	116	638,7855	0	0	638,7855
	P. Formoso	41	407,695	39	1	0	40	320,19	80	0	400,19
	Formoso A	873	7.780,63	691	162	19	872	2.948	4.763	70	7.781
	Formoso H	365	4.353,10	254	83	0	337	1.886	2.110	0	3.996
	Mirorós	245	2.159,34	157	34	0	191	795,6079	976,55	0	1.772
	Nupeba	188	2.677,16	99	50	24	173	551,54	988,6	1.072	2.612
	Riacho Grande	107	1.653,00	74	20	10	104	524,8555	535,65	497,77	1.558
	São Desidério	310	1.688,56	310	0	0	310	1.689	0	0	1.689
2ª SR Total		3.773	48.394	2.622	415	58	3.095	16.838	23.457	1.690	41.985
3ª	Bebedouro	148	2.418,00	115	5	1	121	1.034	858	0	1.892
	Pontal Norte	334	4.128,68	0	0	0	0	0	0	0	0
	Pontal Sul	337	3.514,97	299	18	0	317	1792,8	795,98	0	2588,78
	Nilo Coelho	2.343	18.667,15	1.983	244	0	2227	12.027	6.024	0	18.051
3ª SR Total		3.162	28.729	2.397	267	1	2.665	14.854	7.678	0	22.532
4ª	Betume	753	2.860,00	753	0	0	753	2.860	0	0	2.860

SR	Perímetro	Nº Lotes Irrigáveis	Área Irrigável Total (ha)	Lotes Irrigáveis Ocupados ⁽¹⁾				Área Irrigável Ocupada (ha)			
				Familiar	Empresa	Outros	Total	Familiar	Empresa	Outros	Total
	Cot/Pindoba	475	2.232,00	462	12	1	475	1.918	296	18	2.232
	Propriá	311	1.177,00	311	0	0	311	1.177	0	0	1.177
4ª SR Total		1.539	6.269	1.526	12	1	1.539	5.955	296	18	6.269
5ª	Boacica	770	2.761,59	770	0	0	770	2.762	0	0	2.762
	Itiúba	229	900,3294	227	0	2	229	888,64	0	11,6894	900,3294
5ª SR Total		999	3661,919	997	0	2	999	3650,23	0	11,6894	3661,919
6ª	Curaçá	282	4.168,83	260	22	0	282	1.783	2.386	0	4.169
	Mandacaru	56	450,16	54	2	0	56	398,66	51,5	0	450,16
	Manicoba	293	4.847,11	242	51	0	293	1.821	3.026	0	4.847
	Salitre - Etapa I	323	5.098,76	255	67	1	323	1.684	2.772	643	5.099
	Tourão	51	14.237,00	37	14	0	51	189	14.048	0	14.237
6ª SR Total		1.005	28.802	848	156	1	1005	5.876	22.283	643	28.802
TOTAL GERAL		13.282	149.394	10.584	1.311	68	11.963	58.791	66.754	9.653	135.198

Fonte: Planilhas eletrônicas, sistema de dados.

Unidade responsável: Gerência de Administração Fundiária - AI/GAF

Método de apuração: Consolidação dos dados das Unidades Regionais de Administração Fundiária - Relatórios do Sistema de Gestão – SIG

Periodicidade: Anual

Utilização no processo de tomada de decisão: Sim (X) Não ()

Nota: ⁽¹⁾ Lotes Ocupados: Escrituras, contratos de promessa de compra e venda, cessão de uso, concessão de uso

Quadro 9 - Produção dos projetos públicos de irrigação por ocupação – Codevasf

SR	Perímetros	Culturas Temporárias			Culturas Permanentes			Total		
		Área Cultivada (ha)	Produção (T)	VBP (R\$ Mil)	Área Cultivada (ha)	Produção (T)	VBP (R\$ Mil)	Área Cultivada (ha)	Produção (T)	VBP (R\$ Mil)
1ª SR/MG	Gorutuba	10	8	12	1.673	24.937	32.843	1.683	24.945	32.855
	Jaíba ¹	2.597	43.059	59.339	8.925	211.319	207.685	11.522	254.378	267.024
	Lagoa Grande			0	891	10.986	8.805	891	10.986	8.805
	Pirapora			0	1.120	24.537	22.909	1.120	24.537	22.909
	Total	2.607	43.067	59.351	12.609	271.779	272.242	15.216	314.846	331.593
2ª SR/BA	Barreiras Norte	101	1.726	773	910	18.714	14.656	1.011	20.440	15.428
	Ceraíma ²	5	7	16	49	450	425	55	457	441
	Estreito	176	942	910	590	3.366	2.723	766	4.308	3.633
	Formoso	373	6.102	4.808	8.928	206.901	216.411	9.301	213.003	221.220
	Mirorós	65	300	384	924	15.773	15.131	989	16.073	15.514
	Nupeba/ Riacho Grande	114	985	940	1.395	29.451	29.234	1.509	30.436	30.174
	Piloto Formoso	13	185	113	394	10.500	13.125	407	10.685	13.238
	São Desidério/ Barreiras Sul ³	296	976	1.301	1.634	9.140	3.075	1.930	10.116	4.376
	Total	1.143	11.222	9.244	14.824	294.295	294.780	15.967	305.517	304.024
3ª SR/PE	Bebedouro	242	1.254	1.034	1.014	22.606	48.316	1.256	23.860	49.350
	Nilo Coelho	889	7.944	6.937	22.107	705.036	1.418.309	22.996	712.980	1.425.246
	Total	1.131	9.198	7.971	23.120	727.642	1.466.626	24.252	736.840	1.474.596
4ª SR/SE	Betume	4.335	17.898	9.199				4.335	17.898	9.199
	Cotinguiba/ Pindoba ⁴	1.362	5.914	4.079	178	2.323	1.744	1.540	8.237	5.824
	Propriá ⁴	551	2.002	1.452				551	2.002	1.452
	Total	6.247	25.814	14.730	178	2.323	1.744	6.426	28.137	16.474

SR	Perímetros	Culturas Temporárias			Culturas Permanentes			Total		
		Área Cultivada (ha)	Produção (T)	VBP	Área Cultivada (ha)	Produção (T)	VBP	Área Cultivada (ha)	Produção (T)	VBP
				(R\$ Mil)			(R\$ Mil)			(R\$ Mil)
5ª SR/AL	Boacica ⁵	2.427	9.311	5.520	1.459	105.852	8.391	3.887	115.163	13.911
	Itiúba ⁵	1.243	8.835	6.273	47	3.791	284	1.290	12.626	6.557
	Total	3.670	18.145	11.793	1.507	109.644	8.675	5.177	127.789	20.468
6ª SR/BA	Curaçá	364	9.474	4.688	4.167	104.523	155.009	4.532	113.998	159.697
	Mandacaru ¹	203	5.185	4.426	328	6.610	6.836	531	11.795	11.262
	Maniçoba	216	4.687	3.109	7.848	278.065	153.001	8.064	282.752	156.109
	Salitre	736	29.503	19.410	2.841	236.371	59.304	3.577	265.874	78.714
	Tourão ¹	58	1.057	1.150	14.634	1.626.358	132.457	14.693	1.627.415	133.606
	Total	1.578	49.906	32.782	29.818	2.251.927	506.607	31.396	2.301.834	539.389
TOTAL		16.376	157.353	135.871	82.057	3.657.610	2.550.674	98.434	3.814.963	2.686.545

Fonte: 1ª GRI/UAP; 2ª GRI/UAP; 3ª GRI/UAP; 4ª GRI/UAP; 5ª GRI/UAP; 6ª GRI/UAP; Distrito de Irrigação Jaíba (DIJ); Associação dos Usuários do Projeto Pirapora (AUPPI); Associação dos Produtores Irrigantes da Margem Esquerda do Rio Gorutuba (ASSIEG); Distrito de Irrigação do Gorutuba (DIG); Associação dos Produtores do Perímetro Irrigado de Formosinho (ASPIIF); Distrito de Irrigação Nilo Coelho (DINC); Distrito de Irrigação Bebedouro (DIB); Distrito de irrigação de Cotinguiba-Pindoba (DICOP); Associação de Produtores de Propriá (APPRO); União dos Produtores do Perímetro Irrigado Curaçá (UPROPIC); Distrito de Irrigação de Curaçá.

Unidade responsável: Gerência de Apoio à Produção - AI/GAP

Método de levantamento: Coleta de dados a campo e coleta de dados no mercado local.

Responsável técnico: Distritos de Irrigação e Representantes da Codevasf.

Periodicidade: Anual

Utilização no processo de tomada de decisão: Sim (X) Não ()

Notas:

⁽¹⁾ Não estão somados nos totais as áreas externas com concessão de água desses projetos que juntos apresentaram 2.003 hectares de área cultivada, 132.512 toneladas de produção e R\$15.443,5 mil em VBP.

⁽²⁾ A produção do projeto foi reduzida devido a problemas de escassez de água

⁽³⁾ Os dados não incluem a área utilizada coma Psicultura que somou 140 hectares de área ocupada, 1.700 toneladas de produção e R\$ 13.600 mil de VBP.

⁽⁴⁾ Os dados não incluem a área utilizada com a aquicultura e pecuária dos projetos Cotinguiba-Pindoba e Propriá, que somaram 499 hecatres de área ocupada, 1.194 toneladas de produção e R\$ 5.115,9 mil de VBP.

⁽⁵⁾ Os dados não incluem a área utilizada com a aquicultura e pecuária dos projetos Boacica e Itiúba, que somaram 699 hectares de área ocupada, 956 toneladas de produção e R\$ 8.509,7 mil em VBP.

Quadro 10 - Produção dos projetos públicos de irrigação por tipo de cultura – Codevasf

SR	Perímetros	Culturas Temporárias			Culturas Permanentes			Total		
		Área Cultivada (ha)	Produção (T)	VBP	Área Cultivada (ha)	Produção (T)	VBP	Área Cultivada (ha)	Produção (T)	VBP
				(R\$ Mil)			(R\$ Mil)			(R\$ Mil)
1ª SR/MG	Gorutuba	10	8	12	1.673	24.937	32.843	1.683	24.945	32.855
	Jaíba ¹	2.597	43.059	59.339	8.925	211.319	207.685	11.522	254.378	267.024
	Lagoa Grande			0	891	10.986	8.805	891	10.986	8.805
	Pirapora			0	1.120	24.537	22.909	1.120	24.537	22.909
	Total	2.607	43.067	59.351	12.609	271.779	272.242	15.216	314.846	331.593
2ª SR/BA	Barreiras Norte	101	1.726	773	910	18.714	14.656	1.011	20.440	15.428
	Ceraíma ²	5	7	16	49	450	425	55	457	441
	Estreito	176	942	910	590	3.366	2.723	766	4.308	3.633
	Formoso	373	6.102	4.808	8.928	206.901	216.411	9.301	213.003	221.220
	Mirorós	65	300	384	924	15.773	15.131	989	16.073	15.514
	Nupeba/ Riacho Grande	114	985	940	1.395	29.451	29.234	1.509	30.436	30.174
	Piloto Formoso	13	185	113	394	10.500	13.125	407	10.685	13.238
	São Desidério/ Barreiras Sul ³	296	976	1.301	1.634	9.140	3.075	1.930	10.116	4.376
	Total	1.143	11.222	9.244	14.824	294.295	294.780	15.967	305.517	304.024
3ª SR/PE	Bebedouro	242	1.254	1.034	1.014	22.606	48.316	1.256	23.860	49.350
	Nilo Coelho	889	7.944	6.937	22.107	705.036	1.418.309	22.996	712.980	1.425.246
	Total	1.131	9.198	7.971	23.120	727.642	1.466.626	24.252	736.840	1.474.596
4ª SR/SE	Betume	4.335	17.898	9.199				4.335	17.898	9.199
	Cotinguiba/ Pindoba ⁴	1.362	5.914	4.079	178	2.323	1.744	1.540	8.237	5.824
	Propriá ⁴	551	2.002	1.452				551	2.002	1.452
	Total	6.247	25.814	14.730	178	2.323	1.744	6.426	28.137	16.474

SR	Perímetros	Culturas Temporárias			Culturas Permanentes			Total		
		Área Cultivada (ha)	Produção (T)	VBP	Área Cultivada (ha)	Produção (T)	VBP	Área Cultivada (ha)	Produção (T)	VBP
				(R\$ Mil)			(R\$ Mil)			(R\$ Mil)
5ª SR/AL	Boacica ⁵	2.427	9.311	5.520	1.459	105.852	8.391	3.887	115.163	13.911
	Itiúba ⁵	1.243	8.835	6.273	47	3.791	284	1.290	12.626	6.557
	Total	3.670	18.145	11.793	1.507	109.644	8.675	5.177	127.789	20.468
6ª SR/BA	Curaçá	364	9.474	4.688	4.167	104.523	155.009	4.532	113.998	159.697
	Mandacaru ¹	203	5.185	4.426	328	6.610	6.836	531	11.795	11.262
	Maniçoba	216	4.687	3.109	7.848	278.065	153.001	8.064	282.752	156.109
	Salitre	736	29.503	19.410	2.841	236.371	59.304	3.577	265.874	78.714
	Tourão ¹	58	1.057	1.150	14.634	1.626.358	132.457	14.693	1.627.415	133.606
	Total	1.578	49.906	32.782	29.818	2.251.927	506.607	31.396	2.301.834	539.389
TOTAL		16.376	157.353	135.871	82.057	3.657.610	2.550.674	98.434	3.814.963	2.686.545

Fonte: 1ª GRI/UAP; 2ª GRI/UAP; 3ª GRI/UAP; 4ª GRI/UAP; 5ª GRI/UAP; 6ª GRI/UAP; Distrito de Irrigação Jaíba (DIJ); Associação dos Usuários do Projeto Pirapora (AUPPI); Associação dos Produtores Irrigantes da Margem Esquerda do Rio Gorutuba (ASSIEG); Distrito de Irrigação do Gorutuba (DIG); Associação dos Produtores do Perímetro Irrigado de Formosinho (ASPIIF); Distrito de Irrigação Nilo Coelho (DINC); Distrito de Irrigação Bebedouro (DIB); Distrito de irrigação de Cotinguiba-Pindoba (DICOP); Associação de Produtores de Propriá (APPRO); União dos Produtores do Perímetro Irrigado Curaçá (UPROPIC); Distrito de Irrigação de Curaçá.

Unidade responsável: Gerência de Apoio à Produção - AI/GAP

Método de levantamento: Coleta de dados a campo e coleta de dados no mercado local.

Responsável técnico: Distritos de Irrigação e Representantes da Codevasf.

Periodicidade: Anual

Utilização no processo de tomada de decisão: Sim (X) Não ()

Notas:

⁽¹⁾ Não estão somados nos totais as áreas externas com concessão de água desses projetos que juntos apresentaram 2.003 hectares de área cultivada, 132.512 toneladas de produção e R\$15.443,5 mil em VBP.

⁽²⁾ A produção do projeto foi reduzida devido a problemas de escassez de água

⁽³⁾ Os dados não incluem a área utilizada com a piscicultura que somou 140 hectares de área ocupada, 1.700 toneladas de produção e R\$ 13.600 mil de VBP.

⁽⁴⁾ Os dados não incluem a área utilizada com a aquicultura e pecuária dos projetos Cotinguiba-Pindoba e Propriá, que somaram 499 hectares de área ocupada, 1.194 toneladas de produção e R\$ 5.115,9 mil de VBP.

⁽⁵⁾ Os dados não incluem a área utilizada com a aquicultura e pecuária dos projetos Boacica e Itiúba, que somaram 699 hectares de área ocupada, 956 toneladas de produção e R\$ 8.509,7 mil em VBP.

Anexo 3 - Informações sobre as Providências Adotadas para Atender às Deliberações em Acórdãos do TCU

Quadro 1- Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento no exercício

UNIDADE JURISDICIONADA				
Denominação completa				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf				
DELIBERAÇÃO EXPEDIDA PELO TCU				
Processo	Documento	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TC 012.387/2012-6	Acórdão nº 2678/2015 - Plenário	1.6.1	DE	Ofício nº 1099/2015-TCU/SecexPrevidência.
Data da ciência: 29/10/2015				
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf				
Descrição da Deliberação:				
Determinar à Controladoria Geral da União (CGU) que informe nas próximas prestações de contas da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) quanto ao andamento da Ação Ordinária 4155- 62.2011.4.1.3309, movida pelo Distrito de Irrigação do Projeto Estreito (DIPE), com o objetivo de homologar acordo de indenização pela Codevasf aos produtores do Perímetro de Estreito em virtude das perdas de safras decorrentes de estiagem ocorrida nos exercícios de 2009 e 2010.				
JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELO SEU NÃO CUMPRIMENTO				
Setor responsável pela implementação				
Assessoria Jurídica - PR/AJ				
Justificativa para o seu não cumprimento:				
A mais recente posição referente à Ação Judicial Ordinária nº 4155-62.2011.4.01.3309, que tramita na Justiça Federal da Bahia – Guanambi é de 3/9/2018: "petição ofício documento juntado". Frente ao despacho do MM Juiz Felipe Aquino Pessoa de Oliveira, a Codevasf está no “aguardo dos trâmites do processo nº 0004155-62.2011.4.01.3309 - 1ª Vara – Guanambi”.				

Fonte: Plano de providências – Sistema Siga (Auditoria Interna – Consad/AU)

UNIDADE JURISDICIONADA				
Denominação completa				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf				
DELIBERAÇÃO EXPEDIDA PELO TCU				
Processo	Documento	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TC 025.496/2015-8	Acórdão nº 3191/2016 - Plenário	9.2	DE	Ofício nº 1432/2016-TCU
Data da ciência: 12/12/2016				
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf				
Descrição da Deliberação:				
Determinar à 7ª Superintendência da Codevasf que, no prazo de 120 dias a contar do encerramento do prazo para prestação de contas dos recursos referentes ao Termo de Compromisso 7.002.00/2011, informe a esta Corte o resultado da execução do referido ajuste, instaurando a competente tomada de contas especial, caso necessária, encaminhando-lhe, a título de subsídio, cópia das peças 17, 18, 24, 25, 26 e 30 destes autos;				

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELO SEU NÃO CUMPRIMENTO				
Setor responsável pela implementação				
7ª Superintendência Regional - 7ª/SR				
Justificativa para o seu não cumprimento:				
Foi informado na Nota Técnica nº 15/2018 e corroborado na Nota Técnica nº 10/2018, ambas originadas na 7ª Superintendência Regional, que o 6º Termo Aditivo alterou o prazo de vigência do Termo de Compromisso 7.002.0/2011, passando de 14/12/2018 para 13/06/2020. A determinação será cumprida no prazo estabelecido. Ou seja, "120 dias a contar do encerramento do prazo para prestação de contas dos recursos".				

Fonte: Plano de providências – Sistema Siga (Auditoria Interna – Consad/AU)

UNIDADE JURISDICIONADA				
Denominação completa				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf				
DELIBERAÇÃO EXPEDIDA PELO TCU				
Processo	Documento	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TC 031.872/0016-6	Acórdão nº 1743/2016 - Plenário	9.6.1	RE	Ofício nº 1709/2016-TCU/SECEX-PB
Data da ciência: 30/11/2016				
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf				
Descrição da Deliberação:				
Estabeleçam mecanismos de planejamento integrado de metas para empreendimentos no Semiárido destinados ao aumento da disponibilidade hídrica em sistemas de abastecimento de água, mediante soluções conjuntas de racionalização de esforços e recursos financeiros, de forma a alcançar a maior efetividade possível para a população alvo da política.				
JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELO SEU NÃO CUMPRIMENTO				
Setor responsável pela implementação				
Presidência - PR				
Justificativa para o seu não cumprimento:				
A Codevasf aguarda resposta relativa ao Ofício nº 67/2019/PR/GB, de fevereiro de 2019, endereçado ao Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), solicitando informações quanto ao atendimento ao recomendado à Funasa, Ministério das Cidades, MI, Codevasf e DNOCS no subitem 9.6.1 do Acórdão nº 1743/2016 – Plenário.				

Fonte: Plano de providências – Sistema Siga (Auditoria Interna – Consad/AU)

UNIDADE JURISDICIONADA				
Denominação completa				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf				
DELIBERAÇÃO EXPEDIDA PELO TCU				
Processo	Documento	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TC 013.531/2015-8	Acórdão nº 2135/2017 - Plenário	9.6.1	RE	Ofício nº 847/2017-TCU/Sefit, de 5/10/2017
Data da ciência: 11/10/2017				
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf				

Descrição da Deliberação:

Estabelecer diretrizes para avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional, para gestão dos riscos de TI aos quais o negócio está exposto, e, ainda, para a obtenção, desenvolvimento e retenção de competências de pessoal de TI, com vistas à evolução da governança de TI da empresa, à semelhança das orientações contidas na ABNT NBR ISO/IEC 38.500:2009 - Governança Corporativa de TI, itens 2 e 3;

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELO SEU NÃO CUMPRIMENTO**Setor responsável pela implementação**

Área de Gestão Estratégica – AE

Justificativa para o seu não cumprimento:

A Gerência de Tecnologia da Informação – AE/GTI, em atendimento a recomendação, elaborou o Catálogo de Serviços de TI, evidenciado pelo processo administrativo nº 59500.001892/2017-24. O Catálogo está em revisão final pela Gerência de TI e será publicado e automatizado no software de atendimento ao usuário implantado na Codevasf. Será realizada a abertura dos chamados e a avaliação do desempenho dos serviços, junto às unidades usuárias dos serviços de TI. O prazo para conclusão é 18/03/2019.

Outra ação planejada pela AE/GTI e executada pela Unidade de Governança – AE/GTI/UGT, evidenciada pelo processo nº 59500.000128/2018-12, é a identificação, definição e formalização dos processos de Governança de TI com base no ITIL e normativos vigentes. A implantação inicial será com os processos de Gestão de Incidentes, Gestão de Ativos e Gestão de Configuração. A previsão para conclusão desses processos é 11 de novembro de 2019. A Gerência de Gestão de Pessoas (AA/GGP) está trabalhando na implantação de uma Gestão por Competência no âmbito da empresa. O projeto estava previsto no Plano Anual de Negócio (PAN) do exercício de 2018, aprovado pelo Consad, e a Gerência de Tecnologia da Informação (AE/GTI) será priorizada. Atualmente, a Gerência de TI informa no início do exercício, as necessidades levantadas junto às Unidades subordinadas a essa Gerência.

A AE/GTI visando exercer a retenção do conhecimento técnico na Gerência implantou as ferramentas Wikipédia, (<http://wiki.codevasf.gov.br>), Mantis (<http://mantis.codevasf.gov.br>) e CITSMART (<http://citsmart.codevasf.gov.br>) onde seus empregados registram respectivamente os métodos e técnicas utilizadas nos procedimentos, soluções técnicas para correção de erros nos sistemas de informação e soluções técnicas aos chamados de helpdesk.

Fonte: Plano de providências – Sistema Siga (Auditoria Interna – Consad/AU)

UNIDADE JURISDICIONADA				
Denominação completa				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf				
DELIBERAÇÃO EXPEDIDA PELO TCU				
Processo	Documento	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TC 013.531/2015-8	Acórdão nº 2135/2017 - Plenário	9.6.3	RE	Ofício nº 847/2017-TCU/Sefit, de 5/10/2017
Data da ciência: 11/10/2017				
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf				
Descrição da Deliberação:				
Elaborar e aprovar um plano anual de capacitação com vistas ao aprimoramento técnico de seu quadro de pessoal de TI;				
JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELO SEU NÃO CUMPRIMENTO				
Setor responsável pela implementação				
Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico – AA				
Justificativa para o seu não cumprimento:				
Em atenção à Deliberação em tela, informamos que, conforme consta do processo nº 59500.000202/2018-09, fls. 21 a 26, foi aprovado o Plano Estratégico de Capacitação, bem como o Programa Anual de Capacitação 2018.				

Dentre as dimensões de capacitação, consta à fl. 23 o plano de capacitação específico para o pessoal de TI da Codevasf, cujos cursos foram realizados ainda no ano de 2018. Para o ano de 2019, estamos novamente em fase de levantamento das necessidades de capacitação para TI, aguardando posicionamento da Gerência de Tecnologia de Informação para submeter o programa de capacitação 2019 à aprovação da Presidência da Empresa.

Fonte: Plano de providências – Sistema Siga (Auditoria Interna – Consad/AU)

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa					
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
DELIBERAÇÃO EXPEDIDA PELO TCU					
Processo	Documento	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
TC 013.531/2015-8	Acórdão nº 2135/2017 - Plenário	9.6.4	RE	Ofício nº 847/2017-TCU/Sefit, de 5/10/2017	
Data da ciência: 11/10/2017					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf					
Descrição da Deliberação:					
Estabelecer e implementar um processo de gestão de riscos de TI, com vistas a maximizar os benefícios de suas ações suportadas pela TI, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, EDM03.02 – Direct Risk Management (Dirigir a Gestão de Riscos – tradução livre) e APO 12 – Manage Risk (Gestão de Riscos – tradução livre), na ABNT NBR ISO 31.000:2009 - Gestão de Riscos - Princípios e diretrizes e na ABNT NBR ISO 38.500:2009, itens 3.3 e 3.5;					
JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELO SEU NÃO CUMPRIMENTO					
Setor responsável pela implementação					
Área de Gestão Estratégica - AE					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A Codevasf, visando a atender aos preceitos da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto regulamentador nº 8945/2016 alterou o Estatuto Social da empresa, conforme Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias de 13 de abril de 2017, de 08 de agosto de 2017 e de 23 de março de 2018 e processo administrativo nº 59500.001020.2017-66, instituindo a Secretaria de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos. Em 21 de fevereiro de 2018, por meio da Resolução nº 87 e Deliberação nº 11, de 11 de maio de 2018, foi aprovada a Política de Integridade, Riscos e Controles Internos (PGIRC). Está em andamento a proposta de alteração do Regimento Interno e Estrutura Organizacional para contemplar a Secretaria como estrutura orgânica na empresa, evidenciado pelo processo nº 59500.001855/2018-05. A Secretaria de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos, como Unidades Internas de Governança, tem dentre suas competências: “VI - coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos aos quais a Empresa está sujeita; VII - coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos; ” Dessa forma, a Secretaria atuará na concepção e institucionalização da Gestão de Riscos Corporativos (GRC) da Codevasf, sendo os Riscos de TI, uma das disciplinas da categoria de riscos corporativo. Em reunião realizada no dia 07/08/2018, entre a Secretaria de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos e a Gerência de Tecnologia da Informação, foi acordado um planejamento para estabelecer e implementar um processo de gestão de riscos de TI na Codevasf, com vistas a maximizar os benefícios de suas ações suportadas pela TI, seguindo diretrizes estabelecidas na ISO 31000. O planejamento das atividades vem sendo ajustado conforme se dá a execução, e atualmente contempla a implantação de um Framework a ser desenhado para o Gerenciamento de Riscos de TI, estruturado em 11 (onze) grandes etapas, a saber: • Estabelecimento do Contexto Estratégico • Definição de critério e priorização das ações estratégicas • Identificação dos Riscos • Análise e Avaliação dos Riscos Inerentes • Análise e Avaliação dos Riscos Residuais					

- Respostas ao Riscos
- Desenho de Indicadores KRI's
- Monitoramento e Análise Crítica
- Desenho do processo (atividades, responsáveis, alçadas e prazos)
- Documentação do processo
- Aprovação por meio de determinação para compor o regramento interno da GTI

Cada etapa do FrameWork terá um conjunto de atividades a serem cumpridas. No primeiro momento será priorizada a primeira etapa "Contexto Estratégico", com as seguintes atividades:

- Entender os Objetivos Estratégicos;
- Definir o Apetite para os Riscos Cibernéticos ou de TIC;
- Estabelecer a Política de Segurança de TIC para conhecer os objetivos de prevenção, detecção e redução de vulnerabilidades a serem empregados;
- Desenhar o Processo de Gestão de Riscos de TIC; e
- Classificar os dados e informações quanto a seu nível de relevância para a instituição.

Sob orientação da Secretaria de Riscos, foi delimitado o escopo de trabalho e esse será baseado no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.

A terceira etapa, "Identificação dos Riscos", está em andamento. Os eventos de riscos – Operacional, Legal, Orçamentário/Financeiro e Integridade – estão sendo identificados para cada uma das ações no Plano de Ação, priorizadas até o identificador de número 24 do PDTI.

Desta forma, a conclusão de cada etapa será um marco para acompanhamento do projeto, que tem sua conclusão prevista para 9/909/2019.

Fonte: Plano de providências – Sistema Siga (Auditoria Interna – Consad/AU)

UNIDADE JURISDICIONADA				
Denominação completa				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf				
DELIBERAÇÃO EXPEDIDA PELO TCU				
Processo	Documento	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TC 013.531/2015-8	Acórdão nº 2135/2017 - Plenário	9.6.5	RE	Ofício nº 847/2017-TCU/Sefit, de 5/10/2017
Data da ciência: 11/10/2017				
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf				
Descrição da Deliberação:				
Elaborar um planejamento das ações de segurança da informação e comunicações, com vistas a adequar essas ações aos requisitos ou pressupostos estabelecidos pelo planejamento organizacional, à semelhança das orientações contidas no item 3.1 da Norma Complementar 2/IN01/DSIC/GSIPR, além de ser boa prática prevista na ABNT NBR ISO/IEC 27.001:2013, item 6, bem como no Cobit 5, Prática de Gestão APO 13.2.				
JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELO SEU NÃO CUMPRIMENTO				
Setor responsável pela implementação				
Área de Gestão Estratégica – AE				
Justificativa para o seu não cumprimento:				
A Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC foi aprovada pela Diretoria Executiva, por meio da Resolução nº 141, de 27 de março de 2018 e Deliberação nº 12, de 11 de maio de 2018, e está disponível no site da Codevasf, http://www2.codevasf.gov.br/empresa/governanca-de-ti . Com a aprovação da POSIC, ficaram instituídos o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações da Codevasf – CSIC e a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança em Redes Computacionais – ETIR. Concomitante com essa aprovação, foi designado o Gestor de Segurança da Informação, por meio da Determinação nº 001, da Área de Gestão Estratégica – AE, de 22 de maio de 2018, responsável, de acordo com o Art. 10, item I da POSIC, pela coordenação do CSIC e da ETIR. Foram constituídos por meio da Decisão nº 922, da Presidência, a composição temporária desse Comitê e, por meio da Determinação nº 002, de 5 de junho de 2018, da Área de Gestão Estratégica – AE, a composição				

temporária da ETIR para que fossem elaborados os respectivos Regimentos Internos, evidenciados pelos processos administrativos nº 59500.001450/2018-69 e 59500.001132/2018-06, assim como executar as competências definidas nos Art. 8º e Art. 9º da POSIC. O regimento do CSIC está na Área de Gestão Estratégica – AE, para formatação, e o regimento da ETIR está na Assessoria Jurídica, visando à aprovação, pela Diretoria Executiva.

O CSIC será responsável por priorizar e aprovar os itens que irão compor o Plano de Segurança da Informação, definindo quais serão as atividades do plano e suas prioridades, seus prazos para cumprimento e, se houver, os valores que tornarão essa atividade exequível. Entretanto, nas reuniões do CSIC, que foram realizadas para a elaboração do seu regimento interno, ficou decidido que as novas decisões serão tomadas em sua constituição definitiva, após a aprovação do regimento interno, incluindo, as atividades que irão compor o Plano de Segurança da Informação.

Desse modo, a minuta do Plano de Segurança da Informação será elaborada pela Unidade de Governança de TI (AE/GTI/UGT) para apresentação aos integrantes definitivos do CSIC, para aprovar a proposta de atividades e suas prioridades, para, em seguida, encaminhar o documento para aprovação pela Diretoria Executiva. **Estima-se que a aprovação do Plano de Segurança da Informação, do período 2019-2021, seja realizada até 28/06/2019.**

Fonte: Plano de providências – Sistema Siga (Auditoria Interna – Consad/AU)

Quadro 2 - Deliberações do TCU que devam ser tratadas no relatório por força de acórdão específico

UNIDADE JURISDICIONADA				
Denominação completa				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf				
DELIBERAÇÃO EXPEDIDA PELO TCU				
Processo	Documento	Item	Tipo	Comunicação Expedida
032.587/2011-2	Acórdão nº 5782/2012 - 1ª Câmara	1.8	DE	Ofício nº 2853/2012-TCU/SECEX-4, de 01/10/2012.
Data da ciência: 04/10/2012				
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf				
Descrição da Deliberação:				
Determinar à Codevasf que informe anualmente em seu relatório de gestão o estágio das providências relativas à transferência definitiva da gestão dos perímetros públicos de irrigação (item 1.3.1.6 do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 190190 da CGU, exercício 2006, e item 32 da instrução da unidade técnica).				
PROVIDÊNCIAS RELATIVAS À TRANSFERÊNCIA DEFINITIVA DA GESTÃO DOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO NO ANO DE 2018				
Setor responsável pela implementação				
Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação – AI				
Justificativa para o seu não cumprimento:				
De 2011 a 2018, a Codevasf executou investimentos em reabilitação e modernização das infraestruturas de irrigação de uso comum de 7 (sete) PPI considerados em melhores condições para a transferência definitiva da gestão, com recursos inscritos no PAC, da ordem de R\$ 200 milhões. Contudo, em razão da complexidade das referidas ações, em razão de intervenções em sistemas em operação, com dificuldades de paralisação da sua operação para as intervenções necessárias, além de, de forma recorrente, descontinuidades orçamentárias e administrativas, muitas dessas ações não foram ainda concluídas. Porém, enfatiza-se que, as ações “obreiras” são apenas uma componente do processo, que envolve elaboração de estudos e formulação de propostas sobre a tarifa K1, correspondente à amortização dos investimentos públicos em infraestruturas de irrigação de uso comum dos PPI; investimentos em ações de modernização dos sistemas de irrigação parcelar, para sistemas mais eficientes, que resultem em economia de água, de custos, aumento de produção, produtividade e de rentabilidade, com base no projeto piloto do PPI Mandacaru, em Juazeiro/BA, contribuindo decisivamente para a sustentabilidade dos PPI; intensa atuação em ações de segurança hídrica dos PPI, no período 2013-2017, em face da crise hídrica do rio São Francisco, com investimentos em infraestruturas emergenciais de captação de água e com interlocução junto à ANA, CHESF, Organizações de Irrigantes (Distritos de Irrigação) e municípios; revisões, para adequações legais e ajustes de obrigações, conforme o caso, dos Termos de Referência para os contratos de Cessão de Uso celebrados entre a Codevasf e os Distritos de Irrigação dos PPI; regulação das tarifas				

d'água K2 dos PPI, através das análises e aprovações dos Planos Operativos Anuais - POA dos Distritos de Irrigação, de forma a possibilitar a execução sustentável das atividades de O&M, dentre outras ações.

Situações específicas:

Reassentamento de Itaparica: Está em andamento na AGU o processo de conciliação nº 00688.000213/2018-97, que consiste em implementar as determinações do ACÓRDÃO n. 101/2013, proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) e, por conseguinte, do plano de ação elaborado pelo GT CHESF-CODEVASF “TRANSFERÊNCIA PATRIMONIAL DOS PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO DO EMPREENDIMENTO ITAPARICA”, sob a coordenação, à época, da Casa Civil da Presidência da República, CODEVASF e Chesf. A partir da concretização da referida transferência patrimonial, condicionado à disponibilidade orçamentária, a Codevasf poderá implementar o Plano de Trabalho avençado, que permitirá o desenvolvimento das ações que visam a transferência da gestão dos PPI do reassentamento de Itaparica para as organizações de irrigantes, com base no modelo adotado pela empresa há mais de 30 anos em seus empreendimentos de irrigação e conforme determinado pelo TCU no Acórdão nº 101/2013.

PPI Jacaré-Curituba: Concluído o processo de conciliação AGU nº 00688.000504/2018-85, em que se celebrou o Acordo de Cooperação para desenvolvimento de ações conjuntas entre O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI, Codevasf e INCRA para realizar a transferência de gestão do Projeto Público de Irrigação Jacaré-Curituba, localizado no Municípios de Poço Redondo e Canindé do São Francisco, no Estado de Sergipe aos irrigantes. O referido Acordo deverá ser subscrito pelo Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, sucessor do MI para o assunto em tela.

Um dos pontos fundamentais para a condução e efetivação dos processos de transferência de gestão dos PPI é a regulamentação da Lei nº 12.787/2013, cuja proposta foi encaminhada pela extinta SENIR/MI em setembro de 2016, estando até hoje na Casa Civil da Presidência da República, carecendo dos encaminhamentos subsequentes para a sua publicação.